

**UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO**

LUCIANA DE SOUZA VITÓRIO

**TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA: ANÁLISE QUANTO ÀS INTERFERÊNCIAS DO
TURISMO DE PESCA NO BAIXO RIO BRANCO, RORAIMA, BRASIL**

**CAXIAS DO SUL
2014**

LUCIANA DE SOUZA VITÓRIO

**TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA: ANÁLISE QUANTO ÀS INTERFERÊNCIAS
DO TURISMO DE PESCA NO BAIXO RIO BRANCO, RORAIMA, BRASIL**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Turismo da Universidade de Caxias do Sul – UCS, linha de pesquisa L1 – Turismo, organizações e sustentabilidade, como parte dos requisitos para obtenção do Título de Mestre em Turismo.

Orientador: Prof. Dr. Silvio Luiz Gonçalves Vianna

**CAXIAS DO SUL
2014**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Universidade de Caxias do Sul
UCS - BICE - Processamento Técnico

V845t Vitório, Luciana de Souza, 1980-
Turismo de base comunitária : análise quanto às interferências do turismo de pesca no Baixo Rio Branco, Roraima, Brasil / Luciana de Souza Vitório. - 2014.
132 f. : il. ; 30 cm

Apresenta bibliografia.
Dissertação (Mestrado) – Universidade de Caxias do Sul, Programa de Pós-Graduação em Turismo, 2014.
Orientador: Prof. Dr. Silvio Luiz Gonçalves Vianna

1. Turismo – Caracará (RR). 2. Pescaria – Caracará (RR). 3. Guias turísticos (Pessoas) – Caracará (RR). I.Título.

CDU 2.ed.: 338.48(811.4)

Índice para o catálogo sistemático:

1. Turismo – Caracará (RR)	338.48(811.4)
2. Pescaria – Caracará (RR)	338.48-52:799.1(811.4)
3. Guias Turísticos (Pessoas) – Caracará (RR)	338.48-057(811.4)

Catalogação na fonte elaborada pela bibliotecária
Ana Guimarães Pereira – CRB 10/1460.

“Turismo de base comunitária: análise quanto às interferências do turismo de pesca no Baixo Rio Branco, Roraima, Brasil”

Luciana de Souza Vitório

Dissertação de Mestrado submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hospitalidade – Mestrado, da Universidade de Caxias do Sul, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em Turismo e Hospitalidade, Área de Concentração: Desenvolvimento Regional do Turismo.

Caxias do Sul, 05 de novembro de 2014.

Banca Examinadora:



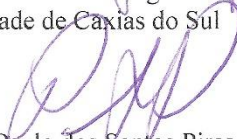
Prof. Dr. Silvio Luiz Gonçalves Vianna (Orientador)
Universidade de Caxias do Sul



Prof. Dr. Eurico de Oliveira Santos
Universidade de Caxias do Sul



Profa. Dra. Luciene Jung de Campos
Universidade de Caxias do Sul



Prof. Dr. Paulo dos Santos Pires
Universidade do Vale do Itajaí

*Aos ribeirinhos da Amazônia
Roraimense.*

AGRADECIMENTOS

Quando eu quis o Universo conspirou e me conduziu aos lugares e às pessoas certas. Gratidão é o sentimento que invade o meu coração neste momento de concretização de mais uma etapa realizada através dos estudos. Aqueles aqui mencionados tiveram grande parcela de contribuição para que essa vivência fosse realizável.

Agradeço aos meus pais, Nair Sarmento e Lauro Heleno, por acreditarem que através dos estudos seus filhos conseguiriam ir mais longe à busca de seus ideais, sempre se esforçando para garantir a educação de suas “corujas” e os incentivando e apoiando suas escolhas. E a toda a minha família pelo encorajamento e apoio sempre.

Agradeço ao meu companheiro, Henrique, que com sua calma, não mediu esforços para estar sempre ao meu lado, durante esse período. Se mostrando sempre compreensível, paciente e amoroso, principalmente nos momentos de exaustão que às vezes pareciam intermináveis. E a toda a sua família que me recebeu com muito amor me deixando muito à vontade nesse novo seio familiar.

Agradeço ao Professor Silvio Vianna, meu orientador, pela compreensão e profissionalismo com que soube tratar as minhas fragilidades, me instigando a continuar sempre e me guiando no caminho da pesquisa e na construção deste trabalho. MUITÍSSIMO obrigada por tudo Professor!

Agradeço a Família da Dona Jareide que me recebeu em seu lar com tanta amizade e satisfação na Vila Terra Preta, para que eu pudesse realizar a pesquisa de campo num dos lugares mais lindos que já pude conhecer, a Amazônia Roraimense, no baixo Rio Branco em Roraima.

Agradeço aos colegas de mestrado que se tornaram meus amigos, Mirela Honorato, Leandro Bazzoti, Ernani Viana, Arminda Bertuzzi pelo companheirismo e pela amizade que tomou conta dos nossos corações.

Agradeço a todos do PPGTUR, Coordenação, Corpo Docente, Corpo Discente, em especial, a Regina Mantesso, Professora Susana Gastal, Professor Jose Carlos Köche e Professora Luciene Jung Campos que conquistaram minha admiração.

Particularmente, agradeço ao meu Irmão Frank Vitório e a nossas amigas

Joana Silva e Maria do Socorro Guerra pela disposição em atender as minhas solicitações mesmo diante da distância geográfica.

Agradeço aos meus amigos que estão em Roraima, Thiago Alves, Nina Lopes, Cybelle Menezes, Ceiza Uchôa, Fátima Silva, Lázaro Vieira e Mara Maia pelo apoio quando da minha saída de Roraima para a longa viagem do Caburáí ao Chuí e por estarem sempre a disposição seja para uma informação, uma guarida com café, uma carona ao aeroporto/rodoviária ou uma conversa descontraída. Ao meu amigo Max Maia e a sua equipe pelo apoio necessário na cidade de Manaus quando das conexões aéreas entre o norte e o sul do Brasil.

Agradeço a Rebecca Cisne, Rafael José dos Santos, Carla Silveira, Bernardo Ramos, Bruno Schmitt, Flávio Marinho, Tábata Faé, Camila Loss, Marisa Dell Osbel, Viviane Luchese, Marina Moraes, Franco Bossardi, Gilberto Ribeiro, Shana Cristina Weiss, Marcele Breda, Pedro Caser, Nicolás Finkler e Juliana Melatti, pessoas que o Universo colocou em meu caminho durante essa caminhada me presenteando com novos irmãos-amigos.

Agradeço a Deus pelo frio, pelo calor, pelos veranicos, pelo outono, pela primavera, pela neblina, pela chuva, pelas araucárias, pelo nascer e pôr do sol, pelo nascer e pôr da lua, pelas cachoeiras, pelas lágrimas, pelos sorrisos, pelos amigos, pelos casacos quentinhos, pelo alimento, pelas mensagens de pessoas queridas que lembraram de mim quando a temperatura baixava, pela proteção e por todas as coisas providenciais que se manifestam diante de mim. Gratidão!

A humanização do desenvolvimento, ou a sua re-humanização, passa pela reconstituição dos espaços comunitários. O próprio resgate dos valores e a reconstrução da dimensão ética do desenvolvimento exigem que para o ser humano o outro volte a ser humano, um indivíduo, uma pessoa com os seus sorrisos e suas lágrimas

(RIBEIRO, 2009, p. 109).

RESUMO

A região do baixo rio Branco está localizada ao sul do município de Caracaraí, no estado de Roraima, onde há mais de uma década vem se desenvolvendo atividades de turismo de pesca, dentro da Área de Proteção Ambiental (APA) Xeriuini. A vila Terra Preta está inserida nesta APA e tem seus moradores contratados para trabalharem como guias de pesca na atividade turística. Este estudo tem como objetivos: identificar o perfil dos moradores da comunidade de Vila Terra Preta; avaliar qual o estágio de desenvolvimento da atividade de turismo de pesca praticada na região do Baixo Rio Branco; identificar as interferências causadas pela atividade de turismo de pesca que afetam as condições de vida dos residentes da Vila Terra Preta; analisar a receptividade e o envolvimento dos autóctones em relação às atividades desenvolvidas pelos operadores de turismo na região. Fez-se uso de questionário como instrumento de pesquisa exploratória com abordagem quantitativa e qualitativa, chegando a resultados que mostram interferências positivas quanto à geração de empregos e complemento de renda, mesmo que esses postos de trabalhos sejam temporários. Mas, por outro lado interferências prejudiciais à população de peixes devido aos equipamentos usados por turistas/pescadores, percebidas por alguns moradores. Também o turismo não tem contribuído para melhorias na infraestrutura da comunidade e em relação à gestão os entrevistados consideram-se excluídos dos processos de decisão e participação na organização da atividade turística.

Palavras Chave: Turismo, Participação Comunitária, Pesca Esportiva, Roraima

ABSTRACT

The region of the lower Rio Branco is located south of the city of Caracaraí in the state of Roraima, where for more than a decade has been developing fishing tourism activities within the Environmental Protection Area (EPA) Xeriuini. The Vila Terra Preta is inserted in this EPA and its residents have hired to work as fishing guides in tourist activity. This study aims to: identify the profile of the residents of the Vila Terra Preta; assess what stage of development of the activity of fishing tourism practiced in the Lower Rio Branco region; identify the interference caused by the activity of fishing tourism that affect the living conditions of the residents of Vila Terra Preta; analyze the responsiveness and involvement of indigenous in relation to activities undertaken by tourism operators in the region. Made use of a questionnaire as a tool for exploratory research with quantitative and qualitative approach, achieving results that show positive interference as the generation of jobs and income supplement, even if those jobs are temporary jobs. But, on the other hand harmful interference to fish population due to the equipment used by tourists/fishermen, perceived by some locals. Also tourism has not contributed to improvements in community infrastructure and the management respondents consider themselves excluded from decision-making and participation in the organization of tourism.

Keywords: Tourism, Community Participation, Sport Fishing, Roraima.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mapa Político do Estado de Roraima.....	48
Figura 2 – Região do Baixo Rio Branco.....	50
Figura 3 – Perspectiva geográfica saída de campo.....	53
Figura 4 – Barco Regional (viagem da pesquisadora).....	55
Figura 5 – Moradia típica ribeirinha (Vila Terra Preta).....	58
Figura 6 – Companhia Energética de Roraima – CERR - UTE Terra Preta.....	59
Figura 7 – Posto de Saúde de portas fechadas e Casa de Apoio ao Professor	60
Figura 8 – Preparação da farinha de mandioca.....	61
Figura 9 – Alimentação típica ribeirinha.....	62
Figura 10 – Barco Terra Preta (Governo Estadual).....	63
Figura 11 – Escolaridade	65
Figura 12 – Depende economicamente do turismo	66
Figura 13 – Renda Familiar	67
Figura 14 – Naturalidade	68
Figura 15 – Zonas de Pesca Esportiva.....	75
Figura 16 – Preço do Pacote Turístico.....	76
Figura 17 – Itinerário da viagem de pesca.....	77
Figura 18 – Serviço de hospedagem para turistas pescadores	78
Figura 19 – Turista exibindo tucunaré.....	79
Figura 20 – Tucunaré fogado com isca artificial	91
Figura 21 – Resíduos sólidos dispostos em alguns espaços da comunidade	93
Figura 22 – Interações dos atores envolvidos	105
Quadro 1 – Indicadores relacionados ao estágio de desenvolvimento da atividade de turismo de pesca	45
Quadro 2 – Indicadores relacionados às interferências da atividade de turismo de pesca	46
Quadro 3 – Indicadores relacionados ao envolvimento da comunidade em relação ao turismo de pesca	47
Quadro 4 – Órgãos Públicos.....	70
Quadro 5 – Empresas cadastradas no órgão público municipal.....	71
Quadro 6 – Legislação específica para atividade turística.....	71

Quadro 7 – Informações sobre visão dos moradores em relação ao turismo e economia	80
Quadro 8 – Informações sobre a visão dos moradores em relação ao turismo e o modo de vida local.....	84
Quadro 9 – Informações sobre a visão dos moradores em relação ao turismo e meio ambiente.....	89
Quadro 10 – Informações sobre a participação e envolvimento na atividade turística	95

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
1.1 TEMA	16
1.2 PROBLEMA	16
1.3 OBJETIVOS	18
1.4 JUSTIFICATIVAS	18
1.5 ESTRUTURA DO TRABALHO.....	20
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	22
2.1 TURISMO: ASPECTOS CONCEITUAIS.....	22
2.2 TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA	24
2.3 TURISMO DE PESCA	32
2.4 INTERFERÊNCIAS DA ATIVIDADE TURÍSTICA NAS COMUNIDADES RECEPTORAS.....	38
3 METODOLOGIA	43
3.1 INDICADORES.....	44
3.1 CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA	47
3.2 UNIVERSO DE PESQUISA	51
3.3 COLETA DE DADOS	52
4 ANÁLISE DE DADOS	57
4.1 A VILA TERRA PRETA.....	57
4.2 PERFIL DO MORADOR	65
4.3 ESTÁGIO DE DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE DE TURISMO DE PESCA NA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL XERIUINI - REGIÃO DO BAIXO RIO BRANCO.....	69
4.4 INTERFERÊNCIAS DA ATIVIDADE DE TURISMO DE PESCA.....	80
4.5 PARTICIPAÇÃO E ENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE EM RELAÇÃO AO TURISMO DE PESCA	94
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	100
6 REFERÊNCIAS	107

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, o estudo do turismo de base comunitária começou a ganhar evidência a partir de meados da década de 1990, em que um coletivo de pesquisadores,¹ de diferentes inserções institucionais e regiões do país, reafirmou a intenção de desenvolver a discussão sobre o assunto, no âmbito dos Encontros de Turismo de Base Local (ENTBL). As edições deste encontro viabilizaram a consolidação de redes não formais de pesquisadores engajados nesta reflexão. A partir de então, passaram a desenvolver pesquisas em colaboração, projetos em parceria com a gestão pública, e a publicar importantes textos² de referência em pesquisas sobre o tema (Irving, 2009).

É interessante destacar que de vinte (20) pesquisadores que tiveram estudos selecionados para a coletânea do livro: Turismo e Desenvolvimento Local, organizado por Adyr Balasteri Rodrigues (1999), resultado do 1º Encontro Nacional de Turismo de Base Local (1997), apenas um (01) possuía graduação e mestrado em Turismo, sendo os outros pesquisadores vindos de outras áreas como: geografia, economia, ciências sociais e comunicação, tanto em suas graduações como em suas pós-graduações.

No âmbito internacional, observam-se também várias pesquisas sobre o turismo de base comunitária em interfaces com a economia, gestão,

¹ Marcelo José Lopes de Souza (UFRJ); Ireleno Porto Benevides (UFCE); Arlete Moysés Rodrigues (UNICAMP); Sarah Strachman Bacal (USP); Marcos Aurélio Tarlombani da Silveira (UFPR); Adyr Aparecida Balasteri Rodrigues (USP). Estes são alguns dos pesquisadores que tiveram trabalhos selecionados do 1º Encontro Nacional de Turismo de Base Local – ENTBL, realizado em São Paulo-SP de 1 a 14 de maio de 1997 e organizado pelo Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo – USP. Esses trabalhos, além de outros, compõem a Obra: Turismo e Desenvolvimento Local organizado por Adyr Balasteri Rodrigues e publicado pela Editora Hucitec no ano de 1999.

² Como pode o turismo contribuir para o desenvolvimento local? (SOUZA, 1999); Para uma agenda de discussão do turismo como fator de desenvolvimento local (BENEVIDES, 1999); Desenvolvimento Sustentável e atividade turística (RODRIGUES, 1999); Impacto do Turismo nos núcleos receptores: necessidade de normatização (BACAL; MIRANDA, 1999); Planejamento territorial e dinâmica local: bases para o turismo sustentável (SILVEIRA, 1999); Turismo Local: oportunidades para inserção (RODRIGUES, 1999). Estes são títulos de alguns dos artigos reunidos na coletânea da Obra: Turismo e Desenvolvimento Local em que a organizadora Adyr Balasteri Rodrigues, na apresentação, ressalta que os estudos que compõem a obra têm a finalidade precípua de trazer a público reflexões de cientistas especializados no fenômeno do turismo ou que, embora não *experts*, se dispuseram a contribuir para a discussão.

sustentabilidade, com publicações nas principais bases de dados, como: Emerald, Sage, Science Direct, Scopus, Wiley on Line Library.

Observa-se que os pesquisadores que têm estudado o fenômeno do turismo na sua interface com o desenvolvimento local vêm de diferentes áreas, como a geografia, por exemplo. É o caso de Rodrigues (1999) que, sob a ótica da Geografia, destaca o turismo de base local como uma atividade capaz de levar determinado território ao desenvolvimento. Sendo o território entendido como espaço onde vivem as pessoas, o turismo de base local seria o aproveitamento do potencial natural e cultural do território para beneficiar os moradores que vivem nesse território. Para a autora, essa abordagem é focada no desenvolvimento local e na escala geográfica do local. Por isso, o nome dado é “turismo de base local” diferenciando do foco na comunidade, cujo conceito é o turismo de base comunitária.

Coriolano (2009; 2003), pesquisadora que se dedicou às comunidades de pescadores do litoral cearense, trata o assunto como “turismo comunitário”. Para a autora as comunidades litorâneas pesquisadas têm resistido ao modelo hegemônico de apropriação das áreas litorâneas para o turismo globalizado e também utilizado o turismo, adaptando-o às suas condições, para se colocarem no mercado e auferir ganhos para sua sobrevivência, organizadas em cooperativas e associações considerando preceitos da economia solidária. Ainda na visão da autora, mesmo sendo uma forma de resistência ao turismo dominante, o turismo comunitário é ao mesmo tempo complementar a ele. Não obstante os grupos pesquisados trabalhem com o turismo para se colocar no mercado, o que verdadeiramente torna singular a experiência de turismo comunitário é o caráter de resistência ao sistema.

Irving (2003; 2009), dedica-se nas teorias do desenvolvimento local e intercede pela gestão participativa e pelo protagonismo social, mas sua análise foca-se no entendimento de “comunidade”. Essa autora afirma que a dimensão comunitária é, essencialmente, uma dimensão de coletividade e não uma estratificação de classe social. Os atores do turismo de base comunitária não são necessariamente gente de “baixa renda”, mas coletividades quaisquer que sejam.

Burstyn, Bartholo e Delamaro (2009), organizadores da obra Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras, identificam a

existência de processos situados de desenvolvimento³, baseado em recursos naturais disponíveis no sítio e no protagonismo das comunidades locais, utilizam as expressões “turismo situado” ou “turismo situado de base comunitária”.

Considerando ainda os estudos de Mendonça e Irving (2004), Goodwin e Santilli (2009), Ribeiro (2009), Armstrong (2012) entre outros citados ao longo deste trabalho, observa-se que o turismo comunitário favorece a inclusão da comunidade no processo de tomada de decisões, no planejamento e também na execução da atividade turística. Além de permitir que a população faça uso dos benefícios da atividade em busca da inclusão socioeconômica, dentre outras demandas geradas pelo turismo em uma localidade que o empreenda.

Com base nessa compreensão de turismo de base comunitária, que considera o desenvolvimento local, a comunidade, a gestão participativa, o protagonismo social e diante da situação favorável à pesquisa encontrada pela pesquisadora em visita profissional realizada na região do Baixo Rio Branco no ano de 2012, mais precisamente na Vila Terra Preta, município de Caracaraí-RR, onde se tem uma história singular, surgiu o interesse deste estudo para analisar as interferências da atividade turística de pesca praticada nessa região, a partir da visão da comunidade.

Ressalta-se que este estudo se utilizará do termo interferência em preterimento de impacto, acompanhando uma corrente de estudos oriundos do Programa de Pós-Graduação em Turismo da Universidade de Caxias do Sul - Camargo, Machiavelli e Ramos (2011), Ramos (2012), Marsilio (2014) - que destacam a conotação negativa que este segundo termo carrega, enquanto que o termo interferências abarcaria as interações da atividade de turismo dentro do processo de trocas entre os envolvidos bem como no ambiente.

Em âmbito nacional, o turismo de pesca é uma temática pouco estudada existindo poucas informações nas bases de dados pesquisadas. Mesmo assim, foram encontradas em algumas bases nacionais (RBTUR, Caderno Virtual de Turismo) e internacionais (Sage, Science Direct, Wiley on Line Library) um número

³ Estes autores entendem o turismo de base comunitária sob a ótica da “teoria dos sítios” e da ideia de “desenvolvimento situado” desenvolvidas pelo estudioso Hassan Zaoual. Para eles, o comunitário seria o “sítio simbólico de pertencimento”, ou seja, compreendendo as comunidades que congregam crenças, mitos, valores e experiências, conhecimentos empírico e/ou teórico e o saber-fazer (BURSTYN; BARTHOLO; DELAMARO, 2009, p. 79).

reduzido publicações sobre o tema. Este estudo usa como referência, para este assunto, documentos oficiais, como a legislação específica do Ministério da Pesca e Aquicultura, Ministério do Meio Ambiente, Ministério do Turismo que versam sobre orientações para o turismo de pesca/pesca amadora.

Também foram consultados estudos do acervo de dissertações do Programa de Pós-Graduação em Turismo – PPGTUR da Universidade de Caxias do Sul que tratam sobre a visão de residentes dos locais sobre mudanças socioculturais nas localidades tomadas como objetos de estudos, dos quais se destacam: Beber (2004), Maio (2006), Teixeira (2009) e Dall’Agnol (2009), além de Anais de Eventos Acadêmicos como o ENTBL (2010), Seminário Anptur (2011) e Semintur (2012).

Enfim, este trabalho visa contribuir para a discussão sobre o turismo de base comunitária, como modelo de gestão, em relação ao turismo de pesca, como atividade a ser desenvolvida tendo a opinião e participação comunitária. É interessante ressaltar que poucas publicações relacionadas a este assunto foram encontradas, e por isso reforça-se o caráter inovador deste estudo.

1.1 TEMA

Interferências do Turismo de Pesca na Região do Baixo Rio Branco, Município de Caracaraí – Roraima.

1.2 PROBLEMA

A região do Baixo Rio Branco é composta por dezessete comunidades: Sacai, Terra Preta, Lago Grande, Caicumbi, Cachoeirinha, Canauini e Panacarica, pertencentes ao município de Caracaraí-RR; e Santa Maria do Boiaçu, Santa Maria Velha, Dona Cota, Remanso, Paraná da Floresta, São José, Itaquera, São Jorge, Samaúma e Xixau pertencentes ao município de Rorainópolis-RR. Essas comunidades, em sua maioria, são formadas por populações ribeirinhas que têm na pesca artesanal sua principal atividade. O acesso a essa região somente é possível por via fluvial, ficando isolada da sede do município, distando 357 km,

aproximadamente. Há mais de dez anos, aproximadamente, um grupo de empresários vem desenvolvendo a atividade de turismo, vendendo pacotes para a prática de pesca amadora nos rios da região.

No caso da Vila Terra Preta, comunidade eleita para esta pesquisa, esses empresários contratam seus moradores, para trabalhar como condutores de barco de pesca. Isso, pelo conhecimento que possuem sobre os locais propícios para a pesca e a experiência na condução de barcos, que esses moradores detêm. Alguns rios e igarapés dessa região apresentam em suas águas o *tucunaré*⁴, um dos peixes mais desejados nessa modalidade de pesca (Dados da visita, 2012).

Contando com os recursos naturais da região e com a vinda de turistas durante esses anos, os empresários conseguiram promover a região do Baixo Rio Branco como um destino de pesca amadora. No ano de 2010, o destino “Baixo Rio Branco” foi considerado um dos melhores destinos de turismo de pesca do mundo (FORBES, 2010), e nos anos seguintes observou-se uma crescente na vinda de turistas-pescadores para o local.

Em visita à região, realizada no ano de 2012, observou-se também que a comunidade de Vila Terra Preta, a qual tem seus moradores requisitados para o trabalho durante a temporada de pesca, enfrenta vários problemas de ordem socioeconômica, ficando, evidentemente, excluída do processo decisório para realização dessa atividade. Tendo como benefício apenas “alguns empregos” durante a temporada.

O município de Caracaraí-RR, ainda não possui um plano local de turismo, ficando apenas a cargo do estado, a concessão de licença para a prática da pesca amadora para os pescadores e licença ambiental para as empresas.

Considerando o referencial teórico consultado, e enxergando na atividade turística, mais especificamente no turismo de base comunitária – em que as sociedades locais possuem controle efetivo sobre seu desenvolvimento e gestão (WWF-INTERNACIONAL, 2002) – uma possibilidade para o envolvimento desses moradores na atividade e por vislumbrar que o turismo, nesse modelo de gestão, pode ser uma alternativa para esse caso, se a comunidade assim o quiser.

⁴ *Cichla* spp – nome científico do tucunaré. Este peixe por sua esportividade e também pelo tamanho encontrado na região do Baixo Rio Branco se destaca como um dos potenciais fatores de atração ao turista pescador (FILHO; ANDRETTA; NOGUEIRA, 2005, p. 10)

Considerando ainda, que a atividade turística vem sendo concebida de maneira exógena e objetivando conhecer a opinião da comunidade sobre a situação, surgiu o seguinte problema de pesquisa: **Quais as interferências causadas pela atividade de turismo de pesca praticada na região do Baixo Rio Branco, sob a ótica da comunidade da Vila Terra Preta – Município de Caracaraí - RR?**

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo Geral

Analisar, sob a ótica da comunidade de Vila Terra Preta, as interferências da atividade de turismo de pesca na região do baixo Rio Branco, município de Caracaraí, Roraima.

1.3.2 Objetivos Específicos

- Identificar o perfil dos moradores da comunidade de Vila Terra Preta;
- Avaliar qual o estágio de desenvolvimento da atividade de turismo de pesca praticada na região do Baixo Rio Branco;
- Identificar as interferências causadas pela atividade de turismo de pesca que afetam as condições de vida dos residentes da Vila Terra Preta;
- Analisar a receptividade e o envolvimento dos autóctones em relação às atividades desenvolvidas pelos operadores de turismo na região;

1.4 JUSTIFICATIVAS

A Vila Terra Preta é uma comunidade ribeirinha pertencente ao município de Caracaraí, localizada na região do Baixo Rio Branco, ao sul do estado de Roraima, no limite deste com o estado do Amazonas.

Em visita a essa região, no início do ano de 2012, quando foi constatada a

existência da prática de pesca esportiva, observou-se também que a Vila Terra Preta é formada, em sua maioria, por pescadores artesanais que, sazonalmente, recebem a influência da atividade de turismo de pesca. Essa atividade vem sendo fomentada por operadores/agenciadores do estado de Roraima e do Amazonas que contratam os moradores da vila para trabalhar durante a temporada de pesca.

Diante das inquietações surgidas após a visita realizada e diante de um aparente cenário de possibilidades favoráveis ao desenvolvimento de um turismo que contemple os anseios dessa comunidade, como o turismo de base comunitária, esta pesquisa se torna relevante ao abordar como a comunidade é afetada pela atividade turística, em três aspectos:

a) econômico – a compreensão da situação econômica decorrente do contrato de serviços entre os operadores e os moradores requisitados para o trabalho, em relação às interferências oriundas dessa relação;

b) social – a compreensão da condição social da comunidade como um todo, uma vez que, as interferências advindas da relação econômica, afetam não somente aos moradores contratados, mas também suas famílias e o modo de vida das mesmas;

c) ambiental – a compreensão da interação resultante da atividade praticada no meio ambiente natural e das possíveis modificações que essa prática pode trazer tanto para o ambiente quanto para a população residente.

Do ponto de vista científico, este trabalho mostra-se importante por ser um trabalho destinado a contribuir para a discussão sobre as interferências da atividade turística, analisadas sob a ótica da comunidade. Na busca pelo tema nas bases de dados internacionais (Emerald, Sage, Science Direct, Scopus, Wiley on Line Library) e nas nacionais (RBTUR, Caderno Virtual de Turismo, Periódicos Capes, Rosa dos Ventos, Turismo Visão e Ação) foram encontrados oitenta e três (83) artigos, destes, apenas dez (10) abordam a atividade turística sob a ótica das comunidades estudadas. Os outros se referem a: diagnóstico para implantação de modelos de gestão, experiências de sucesso do Turismo de Base Comunitária, desenvolvimento local, economia solidária, entre outros. Desta forma, poder ser observada pouca quantidade de informações sistematizadas sobre o assunto a ser estudado.

Em suma, esta pesquisa poderá subsidiar estudos do Turismo numa região promissora para a pesquisa, não apenas na área de Turismo, mas também em

outras áreas afins. A importância aumenta ainda mais pela região onde está situado o objeto de estudo, por estar inserida numa área de proteção ambiental, a APA Xeriuni⁵, além de ter em seu entorno as unidades de conservação: APA Baixo Rio Branco⁶, Estação Ecológica Niquiá⁷ e Parque Nacional Serra da Mocidade⁸. Por isso, espera-se que os frutos desta pesquisa possam incentivar outros trabalhos acadêmicos, produzindo conhecimentos sobre o tema, pois o âmbito científico é repleto de possibilidades, sujeitos e indagações que somente por meio da pesquisa torna-se viável encontrar respostas.

1.5 ESTRUTURA DO TRABALHO

Este trabalho está organizado em cinco partes. A primeira contém a introdução quanto ao assunto que será discutido neste estudo, abrange o tema de pesquisa que norteou seu desenvolvimento, contextualiza e aborda o problema de pesquisa que deu origem ao estudo, apresenta o objetivo geral e seus respectivos objetivos específicos criados com o intuito de apontar soluções para o problema de pesquisa e encerra esta parte inicial com a apresentação das justificativas econômicas, sociais e acadêmicas que dão suporte à realização do estudo.

Na segunda parte, é apresentado o referencial teórico, iniciando com algumas considerações sobre aspectos conceituais do Turismo e sobre aspectos conceituais

⁵ Criada pelo Decreto Nº 25, de 08 de dezembro de 1999, com o objetivo de conservar as áreas representativas dos ecossistemas ali existentes e promover o desenvolvimento social e econômico das comunidades de povos tradicionais nela encontrados. Localiza-se no município de Caracará, com uma área aproximada de 1.671.694 ha (um milhão, seiscentos e setenta e um mil, seiscentos e noventa e quatro hectares) (CARACARÁ, 1999).

⁶ Criada pela Lei Nº 555 de 14 de julho de 2006, com o objetivo de preservar os ambientes naturais ali existentes, com destaque para condições e necessidades das populações locais, com vistas ao desenvolvimento e adaptação de métodos e técnicas de uso sustentável dos recursos naturais, bem como, realizar pesquisas científicas e desenvolver atividades de educação ambiental. Localiza-se no município de Rorainópolis, com uma área aproximada de 1.207.657 ha (um milhão, duzentos e sete mil, seiscentos e cinquenta e sete hectares) (RORAIMA, 2006).

⁷ Criada pelo Decreto Nº 91.306 de 03 de junho de 1985, localiza-se em terras da União, situadas no Município de Caracará, no Território de Roraima, com uma área aproximada de 286.600 ha (duzentos e oitenta e seis mil e seiscentos hectares) (BRASIL, 1985).

⁸ Criado pelo Decreto S/Nº de 29 de abril de 1998, com o objetivo de proteger e preservar amostras dos ecossistemas ali existentes e possibilitar o desenvolvimento da pesquisa científica e de programas de educação ambiental. Localiza-se no Município de Caracará, Estado de Roraima, com uma área aproximada de 376.812ha (trezentos e setenta e seis mil, oitocentos e doze hectares) (BRASIL, 1998).

do Turismo de Base Comunitária, bem como as vantagens e desvantagens deste modelo de gestão, além de abordar também o envolvimento e participação da comunidade nas ações previstas pelo referido modelo. Na sequência, aborda-se o assunto Turismo de Pesca elucidando alguns aspectos conceituais e normativos em âmbito nacional, estadual e municipal. E, finaliza-se o referencial teórico com uma discussão sobre as interferências da atividade turística em comunidades receptoras.

Em seguida, a terceira parte descreve a metodologia adotada para este estudo, abrangendo a caracterização do objeto de pesquisa (neste estudo reuniu-se o máximo de informações a respeito do objeto), o universo de pesquisa, a definição de indicadores que nortearam o estudo e os instrumentos escolhidos para a coleta de dados.

Na quarta parte apresenta-se a análise dos dados coletados e as informações identificadas baseadas nas respostas dos sujeitos de pesquisa, dos quais se pôde traçar um perfil. Também, nesta parte, expõem-se as informações sobre a Vila Terra Preta e a atividade de turismo de pesca desenvolvida na região, quanto ao seu estágio de desenvolvimento.

Por fim, a quinta parte do presente trabalho traz as considerações finais sobre a pesquisa, os resultados e suas contribuições, finalizando este documento, constam o referencial bibliográfico usado para o embasamento teórico/metodológico deste estudo, os apêndices e anexos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta parte do trabalho objetiva-se proporcionar ao leitor a compreensão do caminho teórico percorrido pelo autor, de maneira a facilitar o entendimento de como foi estudado o fenômeno em foco. Para alcançar este objetivo, primeiramente, faz-se necessário esclarecer aspectos conceituais quanto ao entendimento do que o pesquisador define como: turismo, turismo de base comunitária e turismo de pesca. Em seguida é realizado um diálogo com os autores que versam sobre: o envolvimento e a participação da comunidade em modelos de turismo comunitário e também sobre as interferências das atividades turísticas em comunidades receptoras.

2.1 TURISMO: ASPECTOS CONCEITUAIS

Nos últimos anos, a pesquisa em Turismo tem crescido consideravelmente, observando a quantidade de publicações nessa área de estudo. Porém, são visíveis, os problemas ainda encontrados, na elaboração de um conceito que leve à sua compreensão, de modo que contemple todos os elementos que conformam sua estrutura. Esses problemas acabam gerando dificuldades para quem se propõe a fazer investigações sobre a temática.

Andrade (2002) relata que, quase todas as conceituações surgidas no início do século XX com o intuito de especificar a realidade do fenômeno turístico, se perderam por falta de fundamentação ou por falta de atribuição de paternidade respeitável.

O autor ressalta que, os estudiosos⁹ dessa época consideraram, em suas análises, apenas o conjunto: viagens; consumo de bens e serviços; dispositivos legais de distinção entre turismo, migração e profissionalismo dos viajantes. Assim, eles mostravam-se unilaterais, economicistas e sem abertura a um processo de ampliação. Mas, apesar de nenhum desses estudiosos, ter analisado o turismo por completo, suas ideias, de certa forma, contribuíram para a fundamentação da teoria

⁹ Herman von Schullard, economista austríaco; Edmond Picard, economista belga; e os integrantes do corpo de doutrina da Escola de Berlim: Robert Glücksman, Willi Benschmidt, Arthur Borman (ANDRADE, 2002).

do turismo.

Uma definição em que os aspectos social e cultural, e não apenas o econômico, se faz presente é a de De La Torre (1992, p.19), que afirma que o turismo é:

[..] um fenômeno social que consiste no deslocamento voluntário e temporário de indivíduos ou grupos de pessoas que, fundamentalmente por motivo de recreação, descanso, cultura ou saúde saem do seu local de residência habitual para outro, no qual não exercem nenhuma atividade lucrativa nem remunerada, gerando múltiplas inter-relações de importância social, econômica e cultural.

Essa definição mais ampla permite uma visualização mais complexa do fenômeno, visto que são consideradas as inter-relações, sociais e culturais no local receptor, e também o deslocamento, essencialmente por motivo de recreação, entre outros. Porém, deixa de considerar o aspecto da permanência do indivíduo nesse local.

Cooper et al (2001, p. 42), ao analisarem o problema de conceituação do tema, dizem que “[...] é difícil encontrar uma base de coerência na abordagem da definição de turismo. Por isso, têm sido criadas definições para contemplar necessidades e situações específicas”. Para os autores é vital que se façam tentativas nesse sentido, não apenas para possibilitar a credibilidade e a propriedade àqueles que estão envolvidos na atividade, mas também “[...] para considerações práticas de medição e legislação”.

Assim, convém citar a definição da Organização Mundial do Turismo - OMT, que segundo Goldner, Ritchie e McIntosh (2002), é a oficialmente aceita: “[...] atividades de pessoas que viajam para lugares afastados de seu ambiente usual, ou que neles permaneçam por menos de um ano consecutivo, a lazer, a negócios ou por outros motivos” (OMT, 2003, p.20).

No entendimento de Goldner, Ritchie e McIntosh (2002, p. 23), em qualquer tentativa para definir turismo descrevendo completamente sua abrangência, devem ser levados em consideração os distintos grupos participantes deste setor e que são afetados pela atividade do turismo: o turista; as empresas fornecedoras de bem e serviços; o governo da área ou da comunidade anfitriã; e a própria comunidade anfitriã. E definem turismo como: “[...] a soma de fenômenos e relações originados da interação de turistas, empresas, governos locais e comunidades anfitriãs, no

processo de atrair e receber turistas e outros viajantes”.

Retomando Cooper et al (2001), sobre definições abrangendo necessidades e situações específicas, elege-se como conceituação para esta pesquisa, a definição de Moesch (2000, p. 9), que numa visão de caráter mais epistemológico e considerando que o turismo deixou de ser uma preocupação teórica secundária e passou a ser um objeto de conhecimento, devido a sua expansão como fenômeno, o define como:

[...] uma combinação complexa de inter-relacionamentos entre produção e serviços, em cuja composição integram-se uma prática social com base cultural, com herança histórica a um meio ambiente diverso, cartografia natural, relações sociais de hospitalidade, troca de informações interculturais.

Para a autora, um posicionamento apenas economicista diante dessa complexidade significa um reducionismo no tratamento epistemológico do turismo, e que o epicentro do fenômeno turístico é de caráter humano, “[...] pois são os homens que se deslocam” (p. 9), são as pessoas da localidade que os recebem.

Após a revisão dessas definições, fica a reflexão sobre o turismo envolver basicamente pessoas, percorrendo, ao mesmo tempo, os vieses econômico, ambiental, cultural e político, sendo uma atividade que pode movimentar grandes cifras e contribuir consideravelmente para a economia e desenvolvimento das localidades. Porém, de uma perspectiva local, muitas vezes, pode ser visto como um inimigo, devastador de recursos naturais e não condizente com a vontade dos residentes locais (ALVES; VITÓRIO, 2010).

Portanto, diante desse pensamento é interessante pensar, planejar e implementar um modo de turismo que contemple não somente os anseios da comunidade, mas também as necessidades dos moradores locais. No âmbito dessa discussão, o turismo de base comunitária surge como uma alternativa, e no próximo item abordar-se-á esse assunto com maior profundidade.

2.2 TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA

O turismo de base comunitária ou turismo comunitário surgiu como uma alternativa ao turismo convencional, apesar de ser, em grande parte dependente da

mesma infraestrutura turística utilizada pelo turismo convencional, especialmente em termos de transporte (GOODWIN; SANTILLI, 2009). Esse tipo de turismo busca se contrapor ao turismo massificado, requer menor densidade de infraestrutura e serviços e valoriza uma vinculação situada nos ambientes naturais e na cultura local. “Não se trata, apenas, de percorrer rotas exóticas, diferenciadas daquelas do turismo de massa. Trata-se de um outro modo de visita e hospitalidade, [...] ainda que porventura se dirija a um mesmo destino” (BURSTYN; BARTHOLO; DELAMARO, 2009, p. 86).

No entendimento de Maldonado (2005, p. 05), a dinâmica social que está impulsionando muitas comunidades através da atividade turística, representa uma oportunidade para fortalecer as estruturas democráticas e as práticas solidárias, tendo, por exemplo, os processos de consulta e participação dos seus membros na tomada de decisão. O autor define o turismo comunitário como:

[...] toda forma de organização empresarial sustentada na propriedade e também na autogestão dos recursos patrimoniais comunitários, de acordo com as práticas democráticas e solidárias no trabalho e na distribuição dos benefícios gerados pela prestação de serviços turísticos, com vista a fomentar encontros interculturais de qualidade com os visitantes¹⁰. (tradução da autora)

Para Ribeiro (2009), esta definição, genérica, também pode englobar diversas formas operativas empresariais, como a familiar e a comunitária, que geram arranjos híbridos de fluxos de recursos e de benefícios entre estes dois grupos de atores sociais. Goodwin (2009, p. 11) ressalta que não há rigor suficiente na utilização do conceito de turismo de base comunitária, sendo utilizado de forma flexível, às vezes ampla para “[...] descrever uma variedade de atividades que estimulem e apoiem uma gama de objetivos de desenvolvimento econômico e social, e conservação”.

Goodwin (2009, p. 12) cita a definição do Instituto de Turismo de Base Comunitária da Tailândia, que considera mais rigorosa: “[...] é o turismo que leva em conta a sustentabilidade ambiental, social e cultural. Ele é gerenciado e de propriedade da comunidade, para a comunidade, com a finalidade de permitir que os visitantes aumentem sua consciência e aprendam sobre a comunidade e suas

¹⁰ [...] toda forma de organización empresarial sustentada en la propiedad y la autogestión de los recursos patrimoniales comunitarios, con arreglo a prácticas democráticas y solidarias en el trabajo y en la distribución de los beneficios generados por la prestación de servicios turísticos, con miras a fomentar encuentros interculturales de calidad con los visitantes (MALDONADO 2005, p. 05).

maneiras locais de vida”.

Nessa direção a WWF-Internacional (2001), em seus estudos de base para a certificação do turismo sustentável no Brasil, alerta para o fato de que, a atividade turística desordenada provoca desequilíbrios socioambientais e econômicos. Essa instituição conceitua turismo comunitário da seguinte forma:

[...] pode ser definido como aquele onde as sociedades locais possuem controle efetivo sobre seu desenvolvimento e gestão. E por meio do envolvimento participativo desde o início, projetos de turismo devem proporcionar a maior parte de seus benefícios para as comunidades locais (WWF-INTERNACIONAL, 2001, p. 2).

Percebe-se que a participação é o elemento chave para que os objetivos do turismo comunitário sejam efetivados, e para que os benefícios cheguem realmente à comunidade. Silveira (1999) considera que a participação local é um pressuposto decisivo para fortalecer sistemas comunitários.

Na especificação do conceito de participação, entretanto, o desenvolvimento do turismo sustentável deve deixar clara a distinção entre a participação ampla em todos os estágios do processo de planejamento, implementação e controle de ações de desenvolvimento, e a simples manipulação de recursos humanos para a implementação de projetos, programas ou planos turísticos concebidos de fora e impostos à população de forma mais ou menos autoritária (SILVEIRA, 1999, p. 96).

Na visão do autor, a participação local não deve ser confundida com modelos daquele tipo que “informa” a população sobre as ações políticas. Ao contrário, ela se fundamenta no envolvimento real de todos os atores sociais no processo de gestão, pois, somente, através do engajamento efetivo poderão participar do planejamento e das tomadas de decisão, referente a seu patrimônio, sendo o grau de comprometimento, desses atores, o fator determinante para a inclusão pretendida.

Para Mendonça e Irving (2004), a participação significa divisão das responsabilidades na construção coletiva de um processo que objetiva o fortalecimento comunitário. Esse fortalecimento abre caminhos que apontam para uma nova realidade social, sem injustiças e exclusões. A legitimidade dessa participação, segundo as autoras, se dá por meio da construção da cidadania e pela diminuição da distância entre teoria e prática.

Na visão de Burstyn, Bartholo e Delamaro (2009, p. 81), a relação entre as práticas turísticas e o desenvolvimento socioeconômico local é uma perspectiva

possibilista¹¹. De acordo com os autores, cabe às instituições representantes do conhecimento moderno, o papel fundamental de cooperação, marcado por uma “pedagogia de monitoramento e acompanhamento” a ser realizada de forma singular em cada situação. Para os autores,

[...] pensar as atividades turísticas como promotoras do desenvolvimento na região onde se estabelecem requer, então, conceber modelos que busquem a superação das privações de liberdades que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas e comunidades que têm seus modos de vida situacionalmente afetados pela implantação dessas novas práticas. Isto implica pensar uma política de turismo integrada a uma política de desenvolvimento mais ampla, cujo foco deve estar na inclusão social por meio da afirmação da identidade cultural e da cidadania como suporte da ampliação do exercício efetivo de liberdades substantivas.

Os autores ressaltam que os empreendimentos, nessa modalidade de turismo, não possuem uma configuração fixa, e que eles corporificam estruturas e objetivos, contextos e valores culturais locais, mas não estão isentos de influências externas, divergências internas e conflitos de interesse.

Os mesmos autores, ainda destacam o significado desses empreendimentos comunitários para a democracia e o bem estar, estejam ou não as comunidades reunidas em cooperativas, microempresas, sindicatos ou outras formas de livre associação, ou, existam ou não redes solidárias com organizações não-governamentais internacionais ou apenas nacionais.

Enfim, seja qual for a forma de reunião das comunidades ou das parcerias firmadas, é preciso considerar, no planejamento, as vantagens e as desvantagens desse modelo de gestão. Desta maneira, o próximo tópico busca avançar no entendimento de como o Turismo de Base Comunitária pode contribuir para o desenvolvimento do turismo ou como ele pode comprometê-lo.

2.2.1 Vantagens e desvantagens do turismo comunitário

¹¹ Os autores enfatizam a importância e o valor das experiências de turismo de base comunitária, passíveis de serem implementadas numa imensa variedade de formas, sob uma perspectiva possibilista e não determinista e prescritiva dos caminhos do desenvolvimento situado e do turismo em particular. Não pretendem afirmar que os empreendimentos comunitários estão isentos de influências externas, divergências internas e conflitos de interesse (BURSTYN; BARTHOLO; DELAMARO, 2009).

Irving (2009), em seu trabalho intitulado: reinventando a reflexão sobre turismo de base de comunitária, diz que “[...] uma premissa essencial é que este se desenvolva em escala limitada, definida a partir dos recursos locais, potencialidades e restrições identificadas com a participação direta das populações envolvidas”.

A autora considera um equívoco imaginá-lo como uma alternativa em substituição ao turismo de massa, no que diz respeito à geração de receita, não sendo este o objetivo de iniciativas desta natureza. Essa proposta comunitária se vincula a um segmento específico e “[...] a uma nova filosofia de se fazer e pensar o turismo” (p. 115).

Os estudos de Burstyn, Bartholo e Delamaro (2009), Zamignan e Sampaio (2010), Grimm e Sampaio (2011), e Guzmán, Cañizares e Pavón, (2011), destacam os benefícios do turismo comunitário: “[...] esse turismo respeita as heranças culturais e tradições locais, podendo servir de veículo para revigorá-las e mesmo resgatá-las. Tem centralidade em sua estruturação e o estabelecimento de uma relação dialogal e interativa entre visitantes e visitados” (BURSTYN; BARTHOLO; DELAMARO, 2009, p.86).

As trocas culturais também são apontadas por Zamignan e Sampaio (2010), ao mencionarem a aproximação com a comunidade anfitriã: “[...] favorece o intercâmbio cultural, estimulado pela convivência direta e cotidiana, facilitando a troca de experiências e o agradável relacionamento de hospitalidade entre os turistas e os habitantes locais” (ZAMIGNAN; SAMPAIO, 2010, p.14).

Grimm e Sampaio (2011) destacam a preservação dos atrativos naturais: “[...] outro determinante do turismo comunitário é o contato com a natureza até mesmo em lugares pouco explorados, podendo atender a dinâmica de conservação de locais muitas vezes ameaçados pela exploração extrativista” (GRIMM; SAMPAIO, 2011, p. 66).

O turismo comunitário possibilita a apropriação, pela comunidade, de benefícios gerados pela atividade, passando-a de espectadora à protagonista de seu próprio desenvolvimento, uma vez que os recursos são aplicados para as melhorias locais. “A relação entre autóctones e visitantes sobrepõem as relações comerciais, consolidando laços afetivos singulares que caracterizam a essência do turismo comunitário” (SAMPAIO; ZAMIGNAN, 2012, p.14).

Este tipo de turismo é avaliado pela comunidade local de uma forma muito

positiva, porque é percebido como uma forma de gerar benefícios econômicos através da criação de novos postos de trabalho. Da mesma forma, o desenvolvimento do turismo significaria também a criação de recursos tais como: serviços de saúde, educação e infraestrutura na comunidade (GUZMÁN; CAÑIZARES; PAVÓN, 2011).

Goodwin e Santilli (2009) ressaltam que, apesar de há mais de 30 anos, ser difundido como um tipo de turismo em que as necessidades sociais, ambientais e econômicas das comunidades locais são atendidas, por meio da oferta de um produto turístico, muitos dos projetos que foram implantados em países em desenvolvimento não foram devidamente monitorados, tanto em relação ao seu sucesso como também ao seu fracasso, isso impossibilitou a quantificação dos benefícios reais para as comunidades.

Para Armstrong (2012), a comunidade coesa e resistente é a mais provável de realizar um trabalho comunitário. Para a autora, motivação e comprometimento são os pontos cruciais, a comunidade deve ter expectativas realistas e uma boa compreensão do turismo e seu potencial, sendo capaz de lidar com as interferências da atividade.

Não se deve considerar apenas as vantagens do turismo de base comunitária. Empreendimentos de turismo comunitário, como já foi mencionado, não estão isentos de influências externas, de divergências internas e de conflitos de interesse.

Fortunato e Silva (2013, p.128), ao analisarem os conflitos na gestão comunitária da Prainha do Canto Verde-CE, “[...] em que grupos de posições antagônicas disputam a preferência por um determinado modelo de turismo, seria um equívoco afirmar que o turismo comunitário não acarreta tensões e conflitos internos”.

Para os autores também seria um equívoco continuar difundindo uma ideologia “romantizada” do ideal comunitário, tornando-se relevante pensar nesses conflitos e nas ambivalências para que ocorram avanços conceituais, sem desconsiderar o aspecto fundamental que proporciona às comunidades receptoras, a ampliação da sua participação democrática e das melhorias socioculturais por meio do desenvolvimento local.

Pode-se postular que, por meio do turismo, muitas comunidades estão tomando consciência do potencial considerável de seus ativos patrimoniais (recursos

culturais, naturais, físicos e humanos), buscando valorizar os primeiros (recursos culturais e naturais) e desenvolver as competências técnicas e empresariais destes últimos (físicos e humanos), afim de enfrentar com eficácia, as pressões competitivas do mercado global (MALDONADO, 2005).

Para superar os obstáculos e seguir em frente, Araujo e Gelbcke (2008), acreditam que as experiências do turismo comunitário ainda precisam de: 1 - políticas públicas direcionadas ao setor; 2 - uma melhor convergência entre oferta e demanda, que passa necessariamente por uma mudança do estilo de vida, voltado à valorização das identidades culturais, do que propriamente ao puro consumo; 3 - uma maior interação entre diferentes setores econômicos, dentro e fora das comunidades e; 4 - do desenvolvimento de uma “cultura democrática”, da participação efetiva das comunidades nos processos de decisão.

No tocante ao mercado consumidor, seria necessário um trabalho sério de conscientização, educação e esclarecimento sobre o significado do turismo comunitário, por que “[...] não são raros os conflitos entre oferta e demanda, ou seja, entre o que é oferecido pelas comunidades de maneira simples e autêntica, e aquilo que os turistas esperam com relação às atividades e ‘conforto’” (ARAUJO; GELBCKE, 2008, p. 373).

Para esses autores, também seria interessante explorar os aspectos que diferenciam os turismos comunitário e convencional, por meio de estratégias de *marketing*, determinando o perfil dos visitantes e estimulando a criação de opções de oferta.

A comunidade precisa estar informada, educada e preparada para essas ações, garantindo a sua participação e o seu envolvimento, cumprindo seu papel e colocando em prática os princípios do turismo comunitário. No tópico a seguir esse envolvimento será discutido e analisado com o intuito de entender como ele pode ser ampliado

2.2.2 O envolvimento da comunidade no processo de decisão

Irving (2009) ressalta que o turismo de base comunitária é resultado da demanda direta de grupos sociais que residem no lugar turístico, e que mantêm com

este território uma relação cotidiana de dependência e sobrevivência material e simbólica.

A população local precisa aprender a organizar-se e ainda desenvolver uma consciência crítica sobre o turismo, estando atenta ao que está sendo planejado e preocupando-se com a condição ambiental futura. Essa preocupação deve partir dos residentes locais. Rebelo (1999), propõe um Plano de Educação Turística:

[...] a educação das comunidades é uma necessidade, [...] uma alternativa de prevenção e superação dos impactos da atividade. Significa o reordenamento educativo das comunidades em função do dinamismo e inovação requeridos pela demanda e potencial turístico existentes. [...], a comunidade em geral poderá aprender a planejar, gerir e usufruir os benefícios do turismo (REBELO, 1999, p. 89).

O envolvimento da comunidade no dinamismo local da atividade turística depende do entendimento que a população tem da relevância da sua participação. Para Irving (2009) não é possível imaginar uma iniciativa de turismo de base comunitária vinda de uma decisão externa, de uma intervenção alheia à realidade e aos modos de vida locais.

Diante dessa reflexão, nota-se que a valorização local e o comprometimento dos anfitriões com os valores coletivos são fundamentais para o alcance dos objetivos e para o combate a fatores externos. Irving (2009) observa que, embora frequentemente atores externos à atividade funcionem como indutores, se a iniciativa não tiver motivação endógena e expressar o desejo dos grupos sociais locais, ela certamente não atenderá às demandas de desenvolvimento local e nem contribuirá para o protagonismo social.

Oliveira e Marinho (2009) avaliam que se a comunidade não está preparada para receber o turista, seja pela deficiência de equipamentos e objetos que servem de apoio à sua prática social, seja por carência de preparação da coletividade, o turismo será uma atividade meramente econômica que não reproduz benefícios socioculturais em comunidades que se esforçam em abrir suas portas para visitação.

No tocante a isso, Coriolano (2009, p. 283) afirma que quando os residentes possuem o controle produtivo da atividade desde o planejamento, “[...] conseguem melhorar suas economias, as oportunidades para o lugar, e se preocupam com o envolvimento participativo, não de forma individualista, daí o avanço para as gestões integradas [...]”. Desta forma desenvolve-se o espírito comunitário, facilitando os enfrentamentos aos fatores externos.

Assim podem realizar projetos que dão a garantia de melhores condições de vida para o local e também condições para melhor receber visitantes. No caso da comunidade tomada como objeto de estudo, a atividade que vem sendo desenvolvida é o turismo de pesca que, passa a ser o assunto abordado no próximo tópico.

2.3 TURISMO DE PESCA

No Brasil, o turismo de pesca, como temática de pesquisa, ainda é pouco discutido e praticamente inexistem informações em bases de dados. Porém, alguns artigos já foram publicados em livros organizados como Trigo (2005) e Panosso Neto e Ansarah (2009) como também em Anais do ENTBL (2010). No âmbito internacional, as bases que dispõem em número reduzido algumas publicações são a Sage, a Science Direct e a Wiley on Line Library e versam mais precisamente sobre a pesca esportiva (sport fishing).

Solha (2009, p. 316) ressalta que qualquer estudo com a pretensão de tecer um panorama sobre esse assunto deve considerar a sua amplitude e complexidade, que “[...] geram dificuldades em função da pouca informação disponível, sistematizada ou não, e da compreensão bastante superficial que se tem sobre a atividade no país”.

Para este estudo, adotaram-se como referência documentos oficiais, como leis, portarias, decretos e relatórios do Ministério da Pesca e Aquicultura, Ministério do Meio Ambiente, Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, Agencia Nacional de Águas – ANA.

Também foram consultadas publicações do Ministério do Turismo (MTUR) que contém orientações específicas para o turismo de pesca. Essas publicações fazem parte de uma ação do MTUR que, propõe a segmentação como estratégia para estruturar e comercializar destinos e roteiros turísticos do Brasil.

Tradicionalmente, por definição, a pesca é o ato de extrair organismos aquáticos, tanto em águas continentais (rios, barragens, lagos, lagoas e açudes), quanto em águas marinhas (MTUR, 2010). Com o passar dos anos, o desenvolvimento da atividade de pesca permitiu classificá-la em categorias

conforme suas características. Uma dessas categorias é a pesca amadora que é praticada por lazer ou esporte, ou seja, o praticante não depende dela para sobreviver. É uma atividade que se popularizou com o passar dos anos (MTUR, 2010). Para Ditton et al (2002), o custo, geralmente, baixo e a não necessidade de preparo físico na prática da pesca amadora são fatores que contribuem para a popularidade da atividade.

Alguns termos que serão usados no decorrer deste trabalho merecem atenção quanto ao aspecto legal e conceitual. Conforme a Lei nº 11.959/2009:

- **Recursos Pesqueiros** – “são os animais e os vegetais hidróbios passíveis de exploração, estudo ou pesquisa pela pesca amadora, de subsistência, científica, comercial e pela aquicultura”;

- **Pesca** – “toda operação, ação ou ato tendente a extrair, colher, apanhar, apreender ou capturar recursos pesqueiros”;

- **Pesca Amadora** – “quando praticada por brasileiro ou estrangeiro, com equipamentos ou petrechos previstos em legislação específica, tendo por finalidade o lazer ou o desporto”. A pesca amadora é tratada como atividade pesqueira de natureza não comercial;

- **Pescador Amador** – “a pessoa física, brasileira ou estrangeira, que, licenciada pela autoridade competente, pratica a pesca sem fins econômicos”;

- **Pescador Profissional** – “a pessoa física, brasileira ou estrangeira residente no País que, licenciada pelo órgão público competente, exerce a pesca com fins comerciais, atendidos os critérios estabelecidos em legislação específica” (BRASIL, 2009).

Martos e Martos (2005, pag. 383) mencionam as diferenças entre a pesca amadora e a pesca esportiva em conformidade com a Associação Brasileira de Pesca Esportiva (ABPE), a primeira “[...] praticada pela grande maioria dos pescadores, diferencia-se da pesca profissional por seu caráter não comercial”. Tendo como objetivo proporcionar prazer em contato com a natureza e momentos de relaxamento e contemplação. A pesca esportiva “[...] é uma atividade competitiva entre pessoas ou grupos”.

A Portaria nº 30 de 23/05/2003 emitida pelo Ministério do Meio Ambiente através do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), no seu Art. 1º estabelece normas gerais para o exercício da pesca amadora

em todo território nacional, inclusive competições e cadastros de entidades da pesca amadora junto ao referido instituto. Nos termos desta portaria entende-se por:

- Competições de Pesca – toda atividade na qual os participantes deverão estar inscritos junto à entidade organizadora, visando concurso com ou sem premiação, atendendo às seguintes categorias:
 - a) Provas Internas - praticadas, exclusivamente, entre os associados das entidades responsáveis.
 - b) Provas Interclubes - realizadas entre Clubes, ou entre pescadores amadores a eles associados.
 - c) Torneios abertos - realizados entre pescadores amadores filiados ou não a clubes.
 - d) Competições interestaduais - realizadas entre Federações, Ligas, Clubes ou outras Entidades da Pesca Amadora, ou ainda entre pescadores amadores a elas associados, provenientes de mais de um Estado.
 - e) Competições com participação internacional - realizadas com a participação de pescadores de outros países.
- Entidades da Pesca Amadora – Clubes, Associações, Ligas, Federações, ou qualquer outra forma de organização de pescadores amadores (IBAMA, 2003).

A Portaria versa ainda que: “[...] as empresas privadas e órgãos públicos que organizam excursões, programas, torneios, encontros, festivais e competições de pesca, tornam-se responsáveis pelo evento”; que a licença para pesca amadora “[...] terá validade em todo o território nacional” e que “[...] normas editadas por órgãos regionais ou estaduais referentes aos petrechos, tamanhos mínimos e máximos de captura, cotas de captura por pescador, períodos e locais permitidos para pesca deverão ser respeitados, desde que mais restritivas.” (IBAMA, 2003).

De acordo com o documento do Ministério do Turismo sobre a Segmentação do Turismo/Marcos Conceituais, ainda que existam registros da atividade de pesca como forma de lazer no Brasil desde meados do século XX, foi somente a partir do ano de 1998 que a atividade passou a ser trabalhada e considerada, oficialmente, como um segmento turístico (MTUR, 2010). Para isso contou com o incentivo do Programa Nacional de Desenvolvimento da Pesca Amadora (PNDPA) que tem como principal objetivo a transformação da atividade de pesca amadora em instrumento de desenvolvimento econômico, social e conservação ambiental (MTUR, 2010).

Esse programa foi executado pelo Ministério do Meio Ambiente/Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e pelo Ministério do Esporte e Turismo/Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR). Após a criação do Ministério do Turismo, no ano de 2003, foi assumido o desafio de estruturar esse tipo de turismo, definindo diretrizes e estratégias de desenvolvimento. Parcerias com a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da

Presidência da República (SEAP/PR) também foram firmadas, ademais da atuação conjunta com o PNDPA/IBAMA e outros colaboradores.

Desse trabalho em conjunto resultou a definição de um marco conceitual, características e abrangência do segmento de Turismo de Pesca elaborado com base nas discussões e proposições do Grupo Técnico Temático “Turismo de Pesca”, no âmbito da Câmara Temática de Segmentação do Conselho Nacional do Turismo (MTUR, 2006).

A construção do conceito de Turismo de Pesca fundamenta-se em dois aspectos principais: os movimentos turísticos que ocorrem em territórios específicos, em razão da disponibilidade de espécies de peixes; e o perfil do turista de pesca. Esse perfil é definido pela motivação, que determina a evolução da atividade de pesca como opção de lazer, caracterizando-a pelo usufruto dos recursos naturais de forma sustentável, de acordo com as peculiaridades das duas atividades – pesca e turismo – e com as legislações que as regem (MTUR, 2010).

Assim, define-se: “[...] turismo de pesca compreende as atividades turísticas decorrentes da prática da pesca amadora” (MTUR, 2010, p. 28). Para entendimento dessa definição, é necessário compreender o significado do termo “atividades turísticas”, por ser considerado fundamental nessa definição.

As “atividades turísticas” são entendidas como o conjunto de atividades e serviços gerados em função do turismo, no caso do turismo de pesca, sendo a viabilização da prática da pesca amadora aos indivíduos que se deslocam a partir de sua residência habitual. Esse conjunto envolve a oferta de equipamentos, produtos e serviços, tais como: operação e agenciamento turístico; serviços de transporte; meios de hospedagem; serviços de alimentação; recepção e condução; eventos; material para pesca; e outras atividades complementares que existam em função do turismo de pesca (MTUR, 2010).

No Brasil, conforme Martos e Martos (2005) ainda não se explora, de maneira adequada, toda a potencialidade para o fomento da atividade, visto que a diversidade da ictiofauna nas águas brasileiras proporciona muitas opções para a prática da pesca amadora e constitui um grande potencial para atrair praticantes dessa modalidade de pesca, gerando oportunidades para o turismo.

Dados do Ministério do Meio Ambiente mostram que todas as regiões do país, praticamente, apresentam boas condições para o desenvolvimento da pesca

amadora, principalmente a região amazônica para a pesca do tucunaré, peixe que é considerado o embaixador da pesca amadora e também o Pantanal. Essas regiões já vêm atraindo pescadores nacionais e internacionais (MTUR, 2010).

O Ministério do Turismo trabalha o turismo de pesca no âmbito da pesca amadora, de acordo com as legislações e normas vigentes, levando em consideração a prática do pesque e solte (catch and release)¹² que, visa promover a conservação do recurso pesqueiro, garantindo a atratividade e a competitividade do destino de turismo de pesca por mais tempo (MTUR, 2010), e ressalta ainda que:

Para fins turísticos – de planejamento, promoção e comercialização de Turismo de Pesca, principalmente para o mercado internacional –, utiliza-se o termo **Pesca Esportiva** (grifo nosso). Trata-se da pesca amadora caracterizada pela prática de devolver à água os peixes menores (protegidos por lei) e também os maiores (principais reprodutores e atrativos turísticos). O abate, quando ocorre, limita-se aos de tamanho intermediário, para o consumo no local da pescaria. É também conhecida como Pesca Desportiva (MTUR, 2006, pag. 28).

Nesse caso os termos esportiva e desportiva, não configuram, essencialmente, competição de pesca conforme estabelecido na Portaria IBAMA nº 30 de 23/05/2003, mas embasa-se na definição do art. 2º Inciso II, “Pesca Esportiva - modalidade da pesca amadora em que é obrigatória a prática do pesque e solte, sendo vedado o direito à cota de transporte de pescados, prevista na legislação”. No caso de competição de pesca, a lei é determinante “[...] as empresas privadas e órgãos públicos que organizam excursões, programas, torneios, encontros, festivais e competições de pesca, tornam-se responsáveis pelo evento” (IBAMA, 2003).

¹² Sistema de pesca que propõe que os peixes de menor tamanho, fora dos padrões permitidos, ou ainda os maiores exemplares, sejam preservados vivos e retornem aos ambientes, pois são reprodutores em potencial (MARTOS; MARTOS, 2005, pag. 385).

Embora a prática de pescar e soltar ainda não seja uma imposição legal obrigatória em todo o país, tem-se observado um aumento de sua normatização, concomitante ao aumento do rigor da legislação que trata da pesca, de forma geral. Pescar e soltar, nesse sentido, não é apenas uma forma de lazer, mas uma forma de garantir a reprodução das espécies e a sustentabilidade do Turismo de Pesca. [...] o pesque e solte não é simplesmente devolver o peixe à água, mas sim praticar uma pescaria que permita a sua sobrevivência. Porém, para praticá-la, são necessários alguns conhecimentos, uma vez que soltar o peixe não significa jogá-lo, simplesmente, na água (MTUR, 2010, pag. 19).

O IBAMA publicou um Manual intitulado Pesque-e-solte: informações gerais e procedimentos práticos com orientações sobre essa prática (IBAMA, 2006).

No próximo tópico será apresentado um histórico das leis e normas mais representativas para a atividade de pesca amadora em âmbito nacional.

2.3.1 Política e Legislação para a pesca amadora no Brasil

Martos e Martos (2005) consideram que o turismo de pesca é uma atividade importante, porém regulamentada, basicamente, na esfera ambiental. Optou-se por fazer um breve histórico sobre os aspectos legais e históricos dessa atividade, em âmbito nacional.

O Decreto nº 23.672 – Código da Pesca – de 1934 instituiu a obrigatoriedade de uma licença para a prática da pesca amadora, a proibição da comercialização do pescado capturado por amadores, além de um registro especial no Serviço de Caça e Pesca para os clubes ou associações de pescadores amadores. Foi o marco legal, em que aparecem, pela primeira vez, regulamentações específicas para essa modalidade (MPA, 2010).

A partir daí, essas regulamentações específicas foram sendo alteradas e revogadas por novos decretos. O primeiro decreto foi revogado pelo Decreto Lei nº 794 de 1938, que aprovou o novo código de pesca. Este, foi alterado pelo Decreto nº 1708 de 1939, sendo revogado em 1942, pelos Decreto-Lei nº 5030 e Decreto nº 5520 de 1943; tendo sua vigência restabelecida em 1945 pelo Decreto-Lei nº 8526, e novamente foi revogado de forma parcial em 1954 pela Lei Ordinária nº 2238 e de forma definitiva pelo Decreto Lei nº 221 de 1967, que vigora parcialmente até os dias atuais (MPA, 2010).

Desde 1967, a única determinação ainda vigente é a relacionada à autorização para praticar a pesca amadora por meio da emissão de licença anual, a ser emitida mediante o pagamento de taxa anual (MTUR, 2010).

O novo marco legal para a pesca amadora está na Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, que dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, revogando parcialmente o Decreto-Lei nº 221 de 1967. Sendo, assim, as normas que tratam da pesca e aquicultura, inclusive a pesca amadora, foram atualizadas e modernizadas (MTUR, 2010).

Em relação ao turismo, o aporte legal está na Lei nº 11.771 de 2008 – Política Nacional de Turismo – que define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico, em que alguns de seus objetivos são: desenvolver, ordenar e promover os diversos segmentos turísticos; propiciar a prática de turismo sustentável nas áreas naturais; preservar a identidade cultural das comunidades e populações tradicionais eventualmente afetadas pela atividade turística; propiciar a competitividade do setor por meio da melhoria da qualidade, eficiência e segurança na prestação dos serviços; estabelecer padrões e normas de qualidade, eficiência e segurança na prestação de serviços por parte dos operadores, empreendimentos e equipamentos turísticos (MPA, 2010).

No ano de 2010, a Lei nº 11.958 de 26 de junho, criou o Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), em que delega ao mesmo a competência de coordenar a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Pesca e Aquicultura (Lei 11.959/2009), na qual a pesca amadora também é regulamentada (MPA, 2010).

Enfim, essa lei define oficialmente pesca, pesca amadora e turismo de pesca. Mas, segundo o Relatório do I Encontro Nacional de Pesca Amadora, o conceito de pesca amadora definido na lei não consegue contemplar toda a cadeia produtiva que envolve essa modalidade (MPA, 2010). Desta maneira, para melhor compreender as consequências às quais a comunidade local está sujeita em razão do desenvolvimento das atividades turísticas o próximo tópico tem por objetivo apresentar uma discussão com vários autores que pesquisaram este assunto.

2.4 INTERFERÊNCIAS DA ATIVIDADE TURÍSTICA NAS COMUNIDADES RECEPTORAS

As interferências da atividade turística estão relacionadas a um conjunto de modificações ou consequência de eventos, provocados pelo desenvolvimento do turismo nas localidades receptoras (RUSCHMANN, 1999).

O termo impacto tem sido usado com bastante frequência, nos meios de comunicação mais diversos, sem que se tenha uma definição precisa de seu significado. Erroneamente a tendência no uso deste termo está associada apenas a uma reação negativa, o que tem sido muito recorrente, mas o impacto também pode ser considerado positivo (VASCONCELOS; CORIOLANO, 2008).

Também os pesquisadores fazem bastante uso do termo, conforme sustenta Santana (2009, p. 148), o termo impacto carregaria uma “[...] conotação de indesejável, de choque, de avanço de uns sobre os outros”, enquanto o termo efeitos abarcaria “[...] os resultados de um encontro, nem sempre expressos como positivos ou negativos para o conjunto de atores”.

Outros autores que sustentam uma diferenciação terminológica para a interpretação das consequências do relacionamento entre os atores, visitantes e visitados, com a estrutura do turismo perante o ambiente social, cultural, ambiental, político e econômico do local receptor, são Camargo, Machiavelli e Ramos (2011, p. 8), ao defenderem a utilização do termo “interferências”, numa perspectiva de que o turismo “[...] pode sim aparecer como um facilitador desse encontro e conseqüentemente dessa troca, mas não como o culpado desse processo”.

No caso deste estudo, adota-se o termo interferência por reconhecer a complexa relação dos envolvidos, mas assumindo que, mesmo desproporcionalmente, todos os envolvidos possuem responsabilidade e autonomia nesse processo de troca e por considerar um termo de uso mais pertinente em relação ao estudo do turismo, uma vez que se trata de uma atividade humana, o que predispõe em maior ou menor grau algum tipo de intervenção no ambiente onde será desenvolvida a atividade.

Do ponto de vista econômico, as interferências provenientes da atividade turística segundo a OMT (2003), podem ser vistas em termos de: 1 - empregos e renda oriundos do trabalho no setor turístico; 2 - estímulo ao empresariado local, através do estabelecimento de empreendimentos turísticos locais, e desenvolvimento de habilidades para o trabalho com o turismo, que podem ser transferidas a outras atividades; 3 - ganhos em câmbio estrangeiro, no âmbito nacional, regional e local; 4 - contribuição aos rendimentos do governo, inclusive em âmbito local, caso haja impostos relacionados à atividade (esses rendimentos podem ser empregados na melhoria dos serviços à comunidade e na estrutura básica local); e 5 - incentivo para a expansão de outras atividades econômicas locais (agricultura, pesca, artesanato).

O estudo de Oliveira e Teixeira (2005) analisou a contribuição socioeconômica das empresas ligadas à atividade turística e verificou que a maior contribuição destas é a geração de empregos diretos, mesmo havendo os empregos temporários

na alta estação. Para Barbosa et al (2006), a importância do turismo numa economia depende basicamente de condições naturais e econômicas, como existência de atrativo turístico, infraestrutura urbana, equipamentos turísticos e acessibilidade ao mercado consumidor. Segundo os autores:

[...] o adequado tratamento econômico do turismo, somente pode ser feito caso se conheça detalhadamente os impactos econômicos derivados dessa atividade, [...] uma vez que revela as relações entre os setores da economia e o turismo, assim como prevê estimativas sobre as mudanças que poderão ocorrer na economia após uma ação (p. 399).

Cooper et al (2001) ressaltam que as análises econômicas tendem a analisar o turismo por uma perspectiva unilateral, ressaltando o lado positivo dos impactos econômicos dessa atividade, mesmo sabendo que há diversas consequências econômicas negativas, como: a sazonalidade; os trabalhos temporários; e a inflação. Mas, por outro lado, os estudos dos impactos ambientais, sociais e culturais tendem a focar mais as despesas inerentes ao desenvolvimento turístico, mesmo sabendo que tais situações podem ser positivas, como proteção de sítios naturais e recursos culturais, educação ambiental, elevação da autoestima local.

Vasconcelos e Coriolano (2008), afirmam que as consequências socioambientais são relativas às grandes mudanças que ocorrem na natureza e também na sociedade. É necessário o estabelecimento de critérios para definir se as ações humanas ou as atividades econômicas têm em seu conjunto resultados positivos ou negativos. E exemplificam:

Se o homem muda o curso de um rio, provoca um impacto ligado mais a natureza com resultados para a sociedade. Se uma comunidade recebe turistas em maior proporção que o número de habitantes, causa impacto mais na sociedade, mas com rebatimentos na natureza. Daí, porque Natureza e Sociedade podem ser vistas como uma unidade, a separação é apenas para estudos (VASCONCELOS; CORIOLANO, 2008, pag. 262).

Sperb e Teixeira (2006), ao analisarem a perspectiva dos gestores públicos sobre a sustentabilidade ambiental, consideraram que é preciso o estabelecimento de uma política que oriente ações de saneamento básico, educação ambiental, legislação específica e capacidade de carga.

De uma perspectiva socioambiental, a OMT (2003) aponta alguns aspectos positivos em relação à prática de um turismo sustentável: 1 - ajuda a justificar e a pagar a conservação de áreas naturais importantes e da vida selvagem, pois

representam atrativos para os turistas; 2 - ajuda a melhorar a qualidade ambiental geral das áreas, visto que os turistas gostam de visitar lugares que sejam atrativos, limpos e não poluídos (a melhoria da infraestrutura para o turismo também contribui para uma maior qualidade ambiental); 3 - aumenta a conscientização local, uma vez que os residentes observam o interesse dos turistas em relação à conservação e percebem a importância de preservar o meio ambiente; 4 - renova a autoestima dos residentes em relação à cultura, na medida em que observam o interesse dos turistas em aprender algo a respeito da comunidade; e 5 - facilita a troca cultural entre turistas e residentes, na qual um aprende sobre a cultura do outro, levando-os ao entendimento mútuo e a aceitação e ao relacionamento pacífico entre os povos.

Ao analisar os impactos da atividade do turismo em comunidades rurais na Costa Rica, Barrera (2007) a enxerga como uma atividade apropriada para estimular a capacidade empresarial das famílias da comunidade e permite a recuperação e valorização da cultura local. Para isso, o autor considera que o turismo precisa estar como uma atividade secundária, assim, a comunidade manterá seus meios de vida tradicionais como a agricultura e a pesca, por exemplo.

Por outro lado, diversas consequências negativas podem ser geradas se a atividade do turismo não for bem planejada, desenvolvida e gerenciada: 1 - Poluição da água (rios, lagos, igarapés, etc.); 2 - poluição sonora; 3 - paisagem suja, um problema resultante do descaso com o lixo; e 4 - desequilíbrio ecológico e perturbação da vida selvagem pelo contato excessivo, e às vezes, incorreto (OMT, 2003). Esses fatores destacam-se dentre outros decorrentes da prática turística inadequada. Colocando a comunidade em foco, Silva e Maia (2008) analisaram a sua percepção quanto aos benefícios da atividade turística. Expuseram aspectos positivos e negativos: uma pequena parte dos moradores locais percebeu um impulso na economia local e a preservação ambiental, porém, outros não quiseram se posicionar sobre o assunto. Os autores consideram que esse fato está relacionado ao nível de informação ou ao grau de aproveitamento financeiro por parte dos moradores e sugerem a definição de diretrizes claras, em conjunto, pela população, setor privado e setor público.

Souza (2012) investigou sobre qual a percepção da comunidade em relação aos impactos socioambientais do turismo de massa e considerou que benefícios

como, empregos e distribuição de renda, estão relacionados ao maior nível de escolaridade e formação profissional dos beneficiados.

O estudo de Pinho e Santos (2013) buscou identificar e analisar os passivos ambientais decorrentes da instalação e operação de um complexo turístico, os autores consideram que o turismo pode ser um dinamizador da economia, porém, a base comunitária precisa cobrar ações do governo e das empresas, para combater a contaminação por despejo de efluentes líquidos sem o devido tratamento, acarretando assim uma vasta poluição.

Essas interferências somente serão amenizadas mediante a prática de um turismo sustentável que considere em seu planejamento ações minimizadoras das mesmas. As comunidades receptoras da destinação turística precisam estar inseridas na discussão sobre esse tipo de turismo, para isso é de fundamental importância investigar sobre o que a comunidade pensa a respeito das atividades turísticas, que conhecimentos ela detém sobre essas atividades e se elas estão dispostas a trabalhar com essas atividades.

3 METODOLOGIA

Tendo em vista, os objetivos, as possibilidades e os limites desta pesquisa, adotou-se o estudo de caso como delineamento para este estudo. Poupart et al (2008, p. 128), afirmam que de uma forma geral, os termos “design”, “delineamento”, “plano de pesquisa”, “projeto de pesquisa”, entre outros, “[...] acabam designando a mesma coisa, quase com poucas nuances”. Para os autores, geralmente esses termos referem-se ao documento no qual o pesquisador apresenta o que ele pretende realizar e o modo como procederá.

Este estudo foi realizado por meio de uma pesquisa exploratória que, segundo Köeche (2011, p. 126) é um tipo de pesquisa que tem como objetivo fundamental “[...] descrever ou caracterizar a natureza do fenômeno”. É um processo de investigação em que são identificadas e apontadas as características do fenômeno. O autor afirma que, “[...] na pesquisa exploratória não se trabalha com a relação entre variáveis, mas com o levantamento da presença de variáveis que se quer conhecer e da sua caracterização quantitativa ou qualitativa”. Nesse sentido, a pesquisa exploratória permitirá a familiarização do estudo com a atual situação do objeto estudado.

Esta pesquisa tem abordagem qualitativa e também quantitativa, visto que a análise e a interação de dados que foram coletados se deram sob essas perspectivas. Para Poupart et al (2008, p. 129), dados quantitativos podem ser analisados qualitativamente, bem como os dados qualitativos “[...] podem ser analisados de por meio de uma aparelhagem destinada a quantificação dos dados”, e também ampliam as possibilidades de entendimento quanto ao fenômeno que é foco do estudo.

Este estudo utilizou-se de recursos metodológicos como: pesquisa documental e aplicação de questionários. A pesquisa documental refere-se à necessidade de reunir informação sobre a região onde está situada a Vila Terra Preta, objeto deste estudo. A aplicação de questionários mostrou-se essencial para coleta de dados primários que viabilizaram à pesquisadora o alcance dos objetivos específicos definidos para esta pesquisa.

3.1 INDICADORES

Para auxiliar no cumprimento dos objetivos estabelecidos, foram definidos indicadores para orientar a elaboração do instrumento de pesquisa. Esses indicadores estão baseados em estudos que analisaram os impactos da atividade turística em comunidades. A construção desses indicadores está fundamentada no estudo de Vianna (2011) que por sua vez, pautou-se em pesquisas de vários estudiosos, dentre os quais se pode destacar a pesquisa de Crouch e Ritchie (1995)¹³, que contribuíram de maneira significativa na definição dos indicadores que foram utilizados para o desenvolvimento do seu trabalho.

Para o alcance do primeiro objetivo, **identificar o perfil dos moradores da comunidade de Vila Terra Preta**, serão considerados os seguintes indicadores: faixa etária; gênero; naturalidade; escolaridade; estado civil; quantidade de filhos e renda familiar para que seja traçado um perfil socioeconômico do morador da comunidade.

O quadro 01 apresenta dentro da variável “desenvolvimento”, os indicadores que serão considerados para alcançar o segundo objetivo específico: **avaliar qual o estágio de desenvolvimento da atividade de turismo de pesca praticada na região do Baixo Rio Branco**, visando à compreensão da atual situação da atividade quanto à sua organização e gestão. Nos estudos de Oliveira e Teixeira (2005), Sperb e Teixeira (2006) e Silva e Maia (2008) foram considerados elementos como o perfil das empresas turísticas, a geração de empregos e a atuação do setor público nas atividades de turismo. Neste estudo, além desses elementos, busca-se verificar a existência de legislação específica para o turismo de pesca, a quantidade

¹³ Geoffrey I. Crouch e J. R. Ritchie (1995) “[...] desenvolveram um estudo para analisar qual o impacto causado pelos empreendimentos turísticos na competitividade de uma destinação. Para alcançar seu objetivo desenvolveram uma pesquisa exploratória de longa duração para descobrir quais os indicadores mais importantes para se avaliar o potencial competitivo de uma destinação. Concluíram que novos empreendimentos, especialmente os pequenos negócios contribuíam para a competitividade da destinação em algumas situações, dentre as quais: competição, cooperação, especialização, inovação, facilitação (em função da diversidade de serviços oferecidos), investimentos, crescimento, distribuição de resultados e equidade, aceitação de riscos, produtividade, preenchimento de espaços diversificação de produtos, sazonalidade e desequilíbrio” (VIANNA, 2011, p.20).

de empresas atuantes na atividade e a quantidade de empregos gerados diretamente na localidade e região.

Quadro 1 – Indicadores relacionados ao estágio de desenvolvimento da atividade de turismo de pesca

Variável	Indicadores	Base Teórica
Desenvolvimento	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Existência de órgãos públicos específicos para assuntos de turismo de pesca ✓ Existência de legislação específica para a atividade de turismo de pesca ✓ Quantidade de empresas cadastradas ✓ Tempo de existência das empresas ✓ Número de funcionários das empresas existentes ✓ Quantidade de empregos gerados pelas empresas ✓ Quantidade de empregos gerados na localidade e região 	Oliveira e Teixeira (2005); Sperb e Teixeira (2006); Barrera (2007); Silva e Maia (2008); Souza (2012)

Fonte: Elaboração da autora

No quadro 02 estão dispostos os indicadores que auxiliarão no alcance do objetivo específico que envolve a **identificação das interferências causadas pela atividade de turismo de pesca que afetam as condições de vida dos residentes da Vila Terra Preta**. Neste aspecto, os autores estudados consideraram em seus estudos as seguintes interferências: Oliveira e Teixeira (2005) analisaram a contribuição socioeconômica das empresas turísticas; Barbosa et al (2006) avaliaram as interferências econômicas do turismo e suas implicações no desenvolvimento local; Rennó e Teixeira (2007) avaliaram a interferência da expansão do turismo nos hábitos de uma comunidade de pequeno porte; Silva e Maia (2008) analisaram os benefícios, percebidos pelos moradores de uma comunidade, gerados pela atividade turística; Souza (2012) analisou a reação e adaptação nas comunidades receptoras em relação às interferências socioambientais causadas pelo turismo; Pinho e Santos (2013) identificaram e avaliaram os passivos ambientais oriundos de empreendimentos turístico-hoteleiros e seus impactos diretos na base comunitária.

Com base nesses estudos, elegeram-se as variáveis econômicas, sociais e ambientais e a partir dessas variáveis, apontam-se os indicadores relacionados aos elementos que se quer identificar, no caso, quais as interferências causadas pela atividade de turismo de pesca. Busca-se a compreensão de como essa atividade está interferindo na atual condição econômica e socioambiental da comunidade.

Pois, entende-se que a identificação e análise dessas interferências poderão subsidiar, tanto a comunidade, como o setor privado e o setor público nas ações para ampliar a participação e o envolvimento dos residentes na atividade turística.

Quadro 2 – Indicadores relacionados às interferências da atividade de turismo de pesca

Variáveis	Indicadores	Base Teórica
Economia	<ul style="list-style-type: none"> ✓ A atividade de turismo de pesca gera renda na localidade e região ✓ A atividade de turismo de pesca gera emprego na localidade e região ✓ A atividade de turismo de pesca gera impostos no âmbito estadual ✓ A atividade de turismo de pesca gera impostos no âmbito municipal 	OMT (2003); Oliveira e Teixeira (2005); Barbosa et al (2006); Rennó e Teixeira (2007); Silva e Maia (2008); Dall' Agnol (2009); Souza (2012); ISA (2011); Pinho e Santos (2013)
Social	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Os impostos gerados pela atividade turística são investidos em melhorias para a comunidade ✓ As taxas de serviços são revertidas em benefícios para a comunidade ✓ A comunidade se sente valorizada pelo interesse dos turistas em visitar a região ✓ A atividade de turismo de pesca interfere nos hábitos da comunidade ✓ A atividade de turismo de pesca contribui para o aumento de prostituição/criminalidade/vandalismo na região 	
Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> ✓ A atividade de turismo de pesca gera resíduos que contribuem para a poluição do ambiente ✓ Atividade de turismo ajuda a preservar e conservar o meio ambiente na localidade ✓ A comunidade desenvolve ações para a preservação ambiental ✓ Os empresários desenvolvem ações para preservação ambiental 	

Fonte: Elaboração da autora

O quadro 03 apresenta dentro da variável “participação”, os indicadores que foram considerados visando alcançar o objetivo específico que está ligado à **análise da receptividade e do envolvimento dos autóctones em relação às atividades desenvolvidas pelos operadores de turismo na região**, buscando o entendimento da concepção, por parte dos moradores, sobre a atividade do turismo de pesca. O estudo de Barrera (2007) identificou que o envolvimento das famílias nas atividades de turismo comunitário ajudou a aumentar a capacidade empresarial das mesmas.

Neste aspecto, considera-se a organização, a participação efetiva e o conhecimento da comunidade em relação ao turismo.

Quadro 3 – Indicadores relacionados ao envolvimento da comunidade em relação ao turismo de pesca

Variável	Indicadores	Base Teórica
Participação	<ul style="list-style-type: none"> ✓ A comunidade apoia o desenvolvimento das atividades desenvolvidas na localidade ✓ A comunidade participa efetivamente das atividades desenvolvidas ✓ A comunidade tem conhecimento sobre a legislação relacionada às atividades ✓ A comunidade está organizada em associações ou cooperativas ✓ Quantidade de pessoas envolvidas na atividade turística 	Barrera (2007); Figueiredo (2009); Fortunato e Silva (2011)

Fonte: Elaboração da autora

3.1 CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA

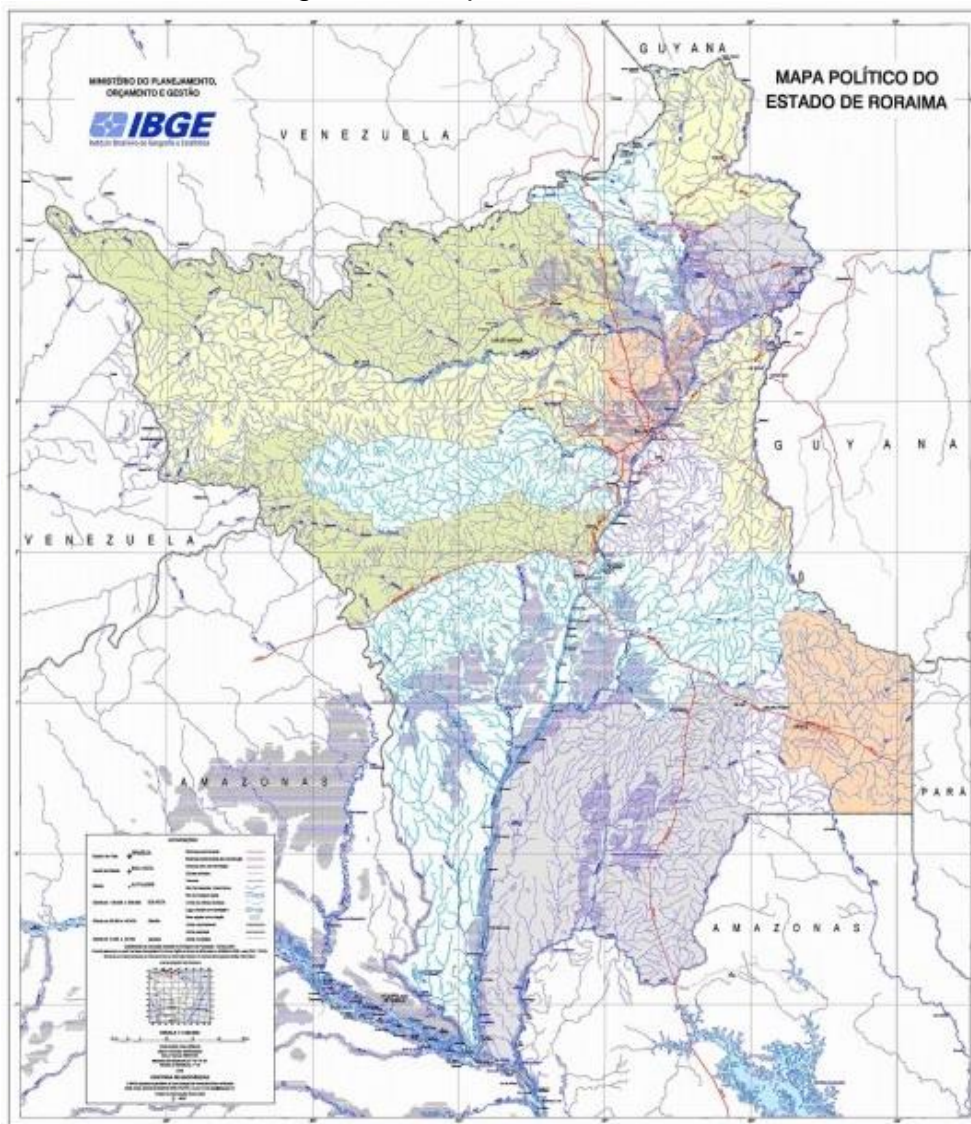
Roraima é o estado mais setentrional do Brasil ocupando uma área de 225.116,1 km², possui uma população estimada em 469.520 habitantes no ano de 2012, apresentando uma densidade demográfica de 1,55 hab/km², com a taxa de crescimento populacional estimada em 3,41% ao ano (IBGE, 2012). Ao norte, Roraima limita-se com a República Bolivariana da Venezuela (extensão de 958 km), ao sul faz fronteira com os estados do Amazonas e Pará, a leste com a República Cooperativista da Guiana (extensão de 964 km) e oeste com o Estado do Amazonas e República Bolivariana da Venezuela (SEPLAN, 2004).

O estado caracteriza-se por possuir a maior variedade de fisionomias vegetais dentre os estados amazônicos pela ocorrência de forte gradiente pluviométrico do sul para o norte do mesmo e pelas variações altitudinais e de substrato geológico (CINTRA; BEZERRA, 2001). Quanto às estações, possui duas estações bem definidas: o inverno caracterizado pela intensidade de chuvas e compreende os meses de abril a setembro, e o verão, caracterizado pela seca que se estende de outubro a março (FILHO; ANDRETTA; NOGUEIRA, 2005).

O Estado de Roraima, conforme apresentado na figura 1, é composto por 15

municípios: Pacaraima, Amajari, Uiramutã, Bonfim, Alto Alegre, Boa Vista (capital), Caracaraí, Iracema, Caroebe, São João da Baliza, São Luís do Anauá, Cantá, Normandia, Rorainópolis e Mucajaí. O município onde está situada a região pesquisada é o município de Caracaraí que fica localizado a sudoeste (01o48'58" de latitude e 61o07'41" de longitude) do estado de Roraima, do qual detém a maior área física, 47.623,6 Km², sendo o segundo município mais antigo do Estado criado pela Lei Federal nº 2.495 de 27 de maio de 1955 (CARACARAÍ, 2013).

Figura 1 – Mapa Político do Estado de Roraima



Fonte: IBGE (2009)

A sede do município está à margem direita do Rio Branco abaixo da Corredeira do Bem Querer¹⁴, ou seja, nos limites navegáveis do rio Branco, sendo considerada a Cidade Porto do Estado. Caracarái está distante da capital do estado, Boa Vista, 135 km, sendo o acesso pela BR – 174. A rodovia BR – 210, conhecida como “Perimetral Norte” também cruza o município, num trecho de 130 km entre a vila Novo Paraíso e a sede municipal (CARACARAÍ, 2010).

A cidade conta com um aeroporto com capacidade para receber aviões de grande porte, porém não existem vôos regulares. Além do aeroporto, conta também com uma rodoviária e apesar de ser considerada a Cidade Porto do Estado, não dispõe de um porto estruturado, ficando os barcos em “portos” improvisados à margem do rio (CARACARAÍ, 2010).

O município tem na pesca uma vocação natural, sendo o maior produtor do Estado (ITERAIMA, 2010, p. 40). Essa vocação natural também leva a região sul do município, conhecida como baixo Rio Branco, a ser considerado um bom destino para o Turismo de Pesca. O Rio Branco é o principal rio da bacia hidrográfica do estado de Roraima, caracterizando-se como o maior tributário do Rio Negro no estado do Amazonas. A bacia do Rio Branco, por sua vez, define hidrogeograficamente os limites do estado de Roraima (FERREIRA et al. 2007).

A região do baixo Rio Branco é habitada por dezessete comunidades ribeirinhas que são: Sacaí, Terra Preta, Lago Grande, Caicumbi, Cachoeirinha, Canauini e Panacarica, pertencentes ao município de Caracarái e Santa Maria do Boiaçu, Santa Maria Velha, Dona Cota, Remanso, Paraná da Floresta, São José, Itaquera, São Jorge, Samaúma e Xixuau pertencentes ao município de Rorainópolis, que estão distribuídas numa zona de confluências de rios e igarapés.

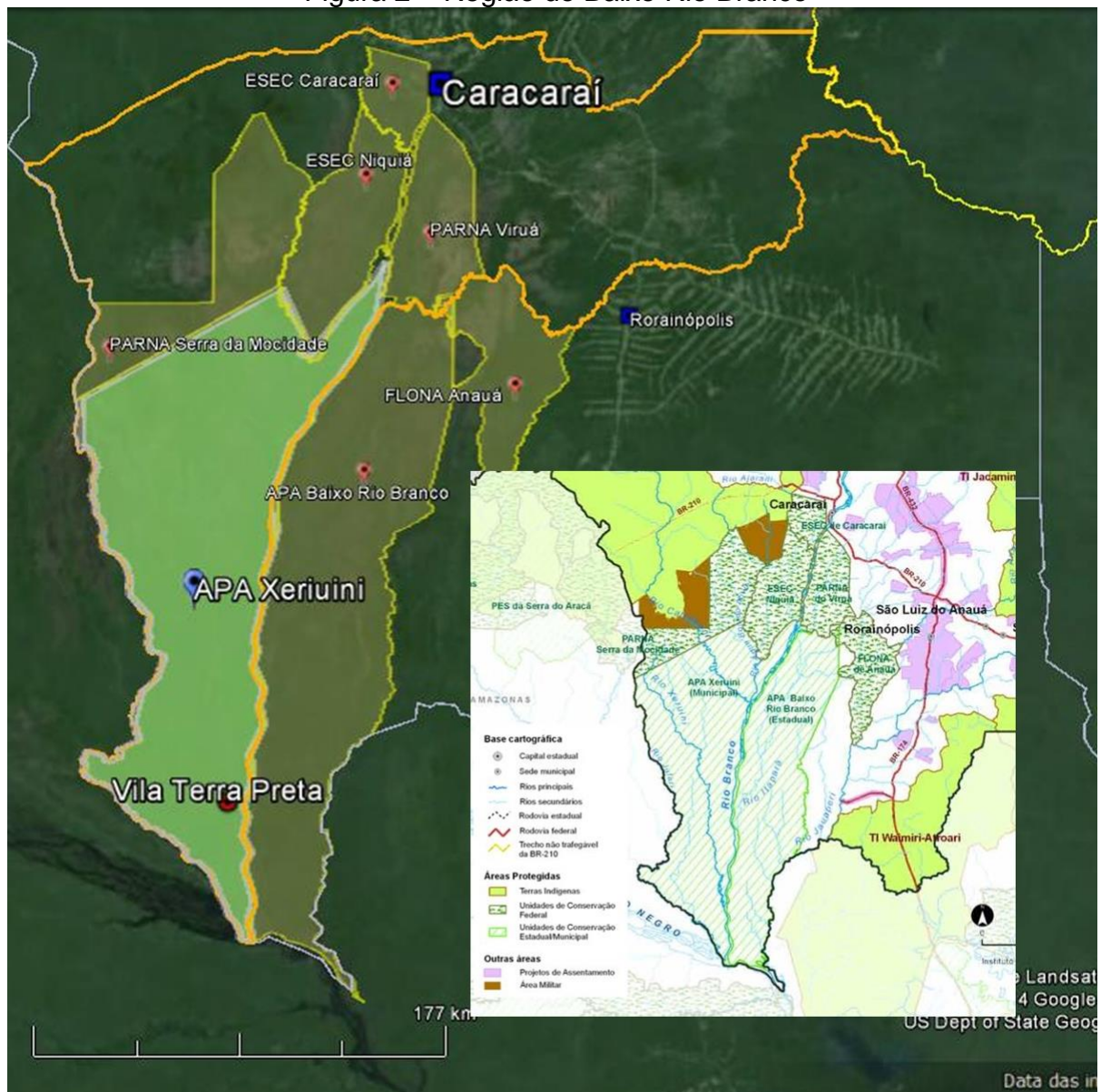
Os rios da região caracterizam-se por apresentar em suas águas o tucunaré, peixe bastante cobiçado por praticantes da pesca esportiva. Um desses rios é o Rio Xeriuni¹⁵, um dos afluentes do Rio Branco. À margem direita desse rio está a Vila Terra Preta, a comunidade ribeirinha escolhida como objeto de estudo.

¹⁴ O rio Branco está dividido em três seções: o alto rio Branco, a partir da confluência dos rios Uraricoera e Tacutu até as corredeiras do Bem-Querer, com 172 Km, o médio rio Branco, das corredeiras do Bem-Querer até a Vista Alegre, logo abaixo da cidade de Caracarái, com 24 Km, e o baixo rio Branco, da Vista Alegre até a sua foz no rio Negro, com aproximadamente 388 Km (FREITAS, 1996, apud FERREIRA, 2007, p. 26).

¹⁵ Afluente do rio Branco pela margem direita, totaliza aproximadamente 200 km de extensão com uma profundidade média de 2 m de águas negras e ácidas, que dificultam a proliferação de insetos como mosquitos e borrachudos. A desembocadura do rio Xeriuni é formada por um paraná (braço de um rio, canal entre dois rios) do rio Amajaú, a jusante das comunidades Santa Maria do Boiaçu e Sacaí (FILHO; ANDRETTA; NOGUEIRA, 2005, pag. 183).

A Vila Terra Preta tem população estimada em 149 habitantes (36 famílias), conforme dados da Secretaria Municipal de Saúde (CARACARAÍ, 2013). Essas famílias vivem basicamente da pesca artesanal e da agricultura como principais atividades desenvolvidas para o seu sustento. Durante a estação seca um número reduzido de pessoas trabalha em atividades de turismo, geralmente como guias locais para turistas pescadores, contratados pelas operadoras de turismo que atuam na região (NOGUEIRA, 2006).

Figura 2 – Região do Baixo Rio Branco



Devido à inexistência de rodovias, conforme mostra a figura 2, o acesso a Vila Terra Preta é possível, somente, por via fluvial, embora não existam linhas regulares

que atendam a região. Também é possível chegar a Vila por via aérea, a mesma possui uma pista construída pelos ribeirinhos para a recepção de aviões de pequeno porte. A Vila Terra Preta situa-se distante 357 km de Caracarái, aproximadamente, com tempo estimado em 35 horas¹⁶ de navegação em barco regional ou 20 horas de navegação em barco equipado com motor de 40HP (NOGUEIRA, 2006).

Em suma, a comunidade ribeirinha Vila Terra Preta encontra-se numa região de difícil acessibilidade pela inexistência de vias terrestres, pela falta de linhas regulares de transporte fluvial e aéreo.

3.2 UNIVERSO DE PESQUISA

A pesquisa foi dirigida aos moradores da Vila Terra Preta que, de acordo com as informações obtidas na Secretaria Municipal de Saúde de Caracarái, possui população estimada em 149 habitantes sendo 55 com faixa etária de 0 a 14 anos e 94 com faixa etária a partir de 15 anos, residindo na comunidade um clã de 36 famílias.

Quanto aos critérios para a escolha dos sujeitos, foram entrevistados todos aqueles, com idade igual ou maior de 15 anos, que se dispuseram a contribuir com a pesquisa respondendo ao questionário, totalizando 76 questionários aplicados, um percentual de 80,85% da população residente.

Durante o período de coleta de dados, a abrangência censitária foi considerada pela pesquisadora como a mais adequada, visto a possibilidade do alcance das 36 famílias residentes na comunidade. Assim, cada família teve pelo menos 01 membro entrevistado.

¹⁶ Esse tempo é estimado para navegação em barco regional, podendo variar de acordo com o tamanho da embarcação (porte, mínimo/máximo calado) e o equipamento (motor) utilizado. A decisão do prático (conductor do barco) de parar a navegação durante a noite por medida de segurança, também é considerada na estimativa do tempo. O nível das águas e o sentido navegado (descendo/subindo o rio) é outro fator que determina a velocidade da navegação. No caso da experiência da pesquisadora, o tempo duração da viagem foi de 30 horas, para a ida, utilizando barco regional de pequeno porte com lotação máxima, partindo do porto da Orla de Caracarái (rio Branco) até o porto da Vila Terra Preta (rio Xeriuni), sem parada durante a noite, com nível de água baixo e navegando no sentido do rio. O retorno demandou 56 horas sendo: 12 horas de navegação no primeiro dia, 8 horas no segundo dia, 12 horas no terceiro dia, 12 horas no quarto dia e 12 horas no quinto dia, utilizando barco de pequeno porte superlotado, com parada durante a noite, pois o nível do rio estava baixíssimo, navegando no sentido contrário do rio.

3.3 INSTRUMENTO DE PESQUISA

A pesquisa qualitativa recorre basicamente às seguintes técnicas: observação participante e entrevista. Essas técnicas se completam com o questionário, a fotografia, os documentos audiovisuais (filme, vídeo), a história de vida e a análise de conteúdo. Geralmente, o pesquisador, desejando recolher o máximo de informações pertinentes, combina, usualmente, vários instrumentos (POUPART et al, 2008).

A comunicação com os sujeitos de pesquisa se deu através de questionário, que segundo Schlüter (2003) é uma lista de perguntas organizadas logicamente e é utilizado para juntar informação sobre um tema particular. Para auxiliar a pesquisadora, também foi elaborado um Diário de Campo para registro de informações que julgasse relevantes para o estudo.

O questionário (apêndice I) teve como base o estudo de Dall'Agnol (2009) e foi elaborado para identificar dados como idade, gênero, escolaridade, estado civil, ocupação, renda familiar, naturalidade, visando traçar o perfil dos sujeitos (moradores), além de conter 48 afirmações a serem analisadas de acordo com a escala Likert, considerando a seguinte variação: 1 – concordo plenamente; 2 – concordo; 3 – concordo parcialmente; 4 – discordo parcialmente; 5 – discordo; e 6 – discordo totalmente. Destaca-se que neste estudo a escala Likert foi utilizada na ordem inversa por conveniência da pesquisadora.

Inicialmente este trabalho tinha a intenção de entrevistar, além dos moradores em geral, abordar também, moradores que trabalharam na atividade turística (temporada 2011-2012 e 2012-2013) com instrumento específico, para isso foi elaborado um roteiro de entrevista (apêndice II). Porém, ao comunicar a intenção à liderança da comunidade, a pesquisadora foi solicitada a não aplicar a entrevista, tendo consentimento apenas para aplicação do questionário (apêndice I) em virtude da justificativa de que nem todos os trabalhadores estariam presentes, visto que o período da visita coincidiu com a data de início da temporada de pesca 2013-2014.

3.3 COLETA DE DADOS

Para a consecução da coleta de dados desta pesquisa foram realizadas

visitas às localidades de Boa Vista, Caracará e Vila Terra Preta (a figura 3 apresenta a perspectiva geográfica da saída de campo). O levantamento dos dados se deu entre os meses de setembro a novembro do ano de 2013. Para garantir aos entrevistados a confidencialidade de suas informações os instrumentos de pesquisa foram numerados de 1 a 76, de maneira a não possibilitar a identificação de seus respondentes.

Figura 3 – Perspectiva geográfica saída de campo



Fonte: Adaptação de Google Earth (2014)

A primeira localidade a ser visitada foi Boa Vista-RR, a capital do Estado de Roraima, onde está a sede da Fundação Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (FEMARH), órgão responsável pelos recursos hídricos do Estado, nesta visita foi possível ter acesso às informações sobre a legislação e a norma de pesca vigente. Ainda em Boa Vista a pesquisadora reuniu-se com o Coordenador do

Laboratório de Turismo, Ecologia e Meio Ambiente (LABTEMA) da Universidade Estadual de Roraima (UERR), para uma conversa sobre as pesquisas científicas desenvolvidas pelo laboratório no Baixo Rio Branco.

A segunda visita foi ao município de Caracaraí-RR, ao qual pertence a região estudada. Em Caracaraí foi possível reuniões com o Secretário Municipal de Meio Ambiente e Turismo, que revelaram informações importantes para o alcance do primeiro objetivo específico. A pesquisadora, também participou de uma Consulta Pública sobre o Zoneamento Ecológico e Econômico do Estado de Roraima. E ainda a realização do teste do instrumento de pesquisa, sendo entrevistados 13 pescadores pertencentes a uma colônia de pescadores do município.

A terceira e última visita foi a Vila Terra Preta, na região do baixo Rio Branco, a qual vale relatar pontos interessantes da mesma. Partindo do Porto da Orla de Caracaraí em Barco Regional de pequeno porte com lotação máxima (16 pessoas), a pesquisadora embarcou no Comandante Mauricinho às 06 horas do dia 11 de outubro do ano 2013, munida de todos os documentos necessários para a consecução da coleta de dados da presente pesquisa e de recursos necessários para sobreviver por 10 dias numa das regiões mais isoladas do Estado de Roraima.

A viagem (ida, descendo o rio) teve duração de 30 horas, sendo 26 horas de navegação pelo Rio Branco até chegar à foz do Rio Xeriuini e mais 4 horas pelo Rio Xeriuini até a Vila Terra Preta, chegada às 12 horas do dia 12 de outubro de 2013.

A pesquisadora visitou todas as famílias residentes na Vila, entrevistou as pessoas dispostas a responder ao questionário e registrou em seu Diário de Campo informações que julgou relevantes para o estudo. Na escola, conversou com os professores, falou sobre Turismo e Meio Ambiente com as crianças, e no dia a dia participou efetivamente de atividades propostas pelos moradores, como pesca, preparação da farinha de mandioca e extração de sementes.

A permanência na Vila se deu do dia 12 ao dia 21 de outubro de 2013, no primeiro dia foram realizadas apenas cinco entrevistas, pois se iniciou a aplicação dos questionários a partir das 14 horas. No segundo dia foram realizadas doze entrevistas, no terceiro dia dez entrevistas, no quarto doze entrevistas, no quinto dia dez entrevistas, no sexto dia quinze entrevistas e sétimo dia doze entrevistas. As entrevistas tiveram tempo de duração de 30 a 40 minutos aproximadamente. No oitavo dia a pesquisadora teve a oportunidade de aprender sobre a extração de

sementes de andiroba, o nono dia foi aproveitado para descansar e no décimo dia na parte da manhã realizou visita de agradecimentos às famílias.

Tendo o privilégio de conhecer um pouco do universo ribeirinho por 10 dias, além de trabalhar na coleta dos dados, a pesquisadora embarcou no Canauinyn no dia 21 de outubro do mesmo ano, às 12 horas, para a viagem de retorno ao município de Caracaraí. Essa viagem teve a duração de 56 horas, devido ao baixíssimo nível de águas do rio Branco, navegando no sentido contrário do rio, aproximadamente 12 horas por dia com pausa durante a noite, 05 dias de viagem (subindo o rio), chegando em Caracaraí no dia 25 de outubro às 17h30m (a figura 4 tenta ilustrar a experiência vivida pela pesquisadora). A pesquisadora teve, ainda, a oportunidade de conhecer, mesmo que de passagem, mais quatro vilas ribeirinhas da região: Lago Grande, Canauini, Sacaí e Santa Maria do Boiaçu.

Figura 4 – Barco Regional (viagem da pesquisadora)



Fonte: Pesquisa de Campo (2013)

De volta ao município, a pesquisadora ainda reuniu-se com o Secretário Municipal de Planejamento e Finanças e novamente com o Secretário de Meio Ambiente e Turismo, e obteve mais informações sobre as expectativas municipais para com o turismo de pesca, como atividade promissora na economia local.

Essas reuniões, a priori, não faziam parte do planejamento de pesquisa, porém a pesquisadora considerou importantes pelo fato de poder reunir o máximo de informações para o cumprimento do segundo objetivo específico: avaliar o estágio de desenvolvimento da atividade de turismo de pesca na região.

A tentativa de contato com a empresa de turismo atuante na região foi feita através de telefone e e-mail, pois a sede encontra-se na cidade de Manaus-AM, não havendo retorno da parte da mesma, todavia, esse fato não limitou o andamento da pesquisa. Todas as informações referentes a empresa foram identificadas através do seu sítio eletrônico.

Os dados da coleta foram tabulados com auxílio do software Microsoft Office Excel, usado para a elaboração das fórmulas estatísticas simples (média e desvio padrão) utilizadas para a análise estatística descritiva. Assim, na análise dos resultados a média apontará o grau de concordância dos sujeitos de pesquisa, quanto menor a média maior o grau de concordância e quanto maior a média menor o grau de concordância. O desvio padrão indica a homogeneidade e a heterogeneidade da amostra, quanto menor o desvio padrão mais homogênea é a amostra e quanto maior o desvio padrão, mais a amostra é heterogênea. Os dados foram inseridos em planilhas para organização e controle de modo a facilitar a análise dos mesmos, que serão apresentadas na próxima parte deste documento.

4 ANÁLISE DE DADOS

A atividade turística na Amazônia brasileira, segundo Agra e Silveira (2010), tem trazido modificações de contextos e cenários, pois necessita montar suas infraestruturas, interferindo desta forma, no modo de vida da população ribeirinha. Essas interferências podem ser econômicas, culturais e/ou ambientais, tanto positivas quanto negativas.

Segundo Vasconcelos e Coriolano (2008), para analisar as interferências socioambientais faz-se necessário compreender previamente, o modo de vida local, o conhecimento e a percepção dos atores locais, antes do início da atividade turística, para que posteriormente possa ser feita uma comparação entre a situação anterior e as condições atuais.

O presente estudo dedica-se a analisar, sob a ótica da comunidade de Vila Terra Preta, localizada no baixo Rio Branco - Roraima, as interferências da atividade de turismo de pesca praticada nessa região que também é conhecida como Amazônia roraimense.

Primeiramente apresentam-se características do local e modo de vida dos sujeitos da pesquisa, a seguir a identificação do perfil dos moradores da Vila Terra Preta, e posteriormente a avaliação da atividade turística na região do baixo Rio Branco, quanto ao estágio de desenvolvimento em que se encontra; a identificação e análise das interferências do turismo de pesca na visão dos residentes locais; análise da receptividade e envolvimento dos residentes nas atividades desenvolvidas pelos operadores de turismo na região.

4.1 A VILA TERRA PRETA

A Vila Terra é uma das sete comunidades pertencentes ao município de Caracará que está inserida na APA Xeriuini, onde residem 36 famílias. Observou-se que a maioria está ligada por laços parentais. Desses 36 núcleos familiares, 91,67% moram em casas construídas com madeira (figura 5) retirada da floresta que circunda a região. Quanto ao abastecimento de água, 83,33% utilizam a água do Rio Xeriuini captada por meio de bomba d'água e armazenada em bombonas na própria residência. Com relação ao tratamento da água no domicílio, 86,11% usam a

cloração, que consiste em gotejar hipoclorito de sódio, fornecido pelo governo municipal, para purificação da água de consumo. Quanto ao despejo de efluente líquido sanitário, 61% usam fossa rudimentar (conhecida localmente como casinha). No tocante ao destino do lixo, 89% queimam ou enterram o lixo (Caracarái, 2013).

Figura 5 – Moradia típica ribeirinha (Vila Terra Preta)



Fonte: Pesquisa de Campo (2013)

As informações aqui expostas apontam que a referida comunidade necessita, com urgência, de atenção por parte do governo municipal referente ao saneamento básico, uma vez que a falta deste deixa os residentes vulneráveis a doenças e a outros males decorrentes da falta de higiene.

A distribuição de energia elétrica para a comunidade é de responsabilidade da Companhia Energética de Roraima (CERR) feita por meio de gerador de energia a diesel, conforme ilustrado na figura 6. O fornecimento de energia acontece da seguinte forma: o motor é ligado às 06 horas da manhã, permanecendo durante todo o dia, sendo desligado às 23 horas e assim ficando durante toda a noite. A CERR mantém uma balsa distribuidora de combustível para o abastecimento de toda a região do baixo rio Branco.

Figura 6 – Companhia Energética de Roraima – CERR - UTE Terra Preta



Fonte: Pesquisa de Campo (2013)

O serviço de saúde municipal disponibiliza aos moradores da Vila Terra Preta, um posto de saúde com uma pequena farmácia e uma “ambulância” (barco tipo voadeira)¹⁷ sob a responsabilidade de dois funcionários públicos, um técnico em enfermagem e um agente de saúde comunitário, moradores da comunidade. Caso ocorra um acontecimento grave, com relação à saúde de algum morador, o hospital mais próximo fica a 12 horas de barco, na Comunidade de Santa Maria do Boiaçu.

Durante o período da visita notou-se que o posto de saúde e farmácia

¹⁷ Barco de pequeno porte equipado com motor de popa, conhecido localmente com voadeira, por ser mais veloz que a canoa à remo.

estavam de portas fechadas, conforme pode ser observado na figura 7, na qual o posto de saúde é o prédio a esquerda e a casa de apoio ao professor é o prédio a direita, devido à falta de medicamentos, o técnico responsável relatou que há tempos a Secretaria de Saúde não enviava remédios e materiais necessários para o atendimento.

Figura 7 – Posto de Saúde de portas fechadas e Casa de Apoio ao Professor



Fonte: Pesquisa de Campo (2013)

A comunidade conta com uma escola municipal tendo um corpo docente formado por 06 professores, atendendo do 1º ao 8º ano do Ensino fundamental. A referida escola não possui biblioteca e não tem acesso a internet. Conforme relatos dos professores, algumas turmas constituem-se de alunos de séries distintas e vários alunos que concluíram o Ensino Fundamental não dão continuidade nos estudos pelo fato de não haver oferta de Ensino Médio.

Para os alunos que desejam continuar os estudos cursando o nível médio, é necessário o deslocamento com duração de 02 horas até a Vila Caicubí, porém a comunidade está desprovida de transporte escolar, mesmo contando com o barco disponibilizado pelo governo, há a falta de combustível para este fim. Alguns pais relatam que tiveram de encaminhar seus filhos para locais que oferecem este nível

escolar como o município de Caracaraí-RR, Barcelos-AM e até para a capital do Amazonas, Manaus.

Algumas atividades são desenvolvidas no cotidiano dos ribeirinhos, como a pesca, a agricultura, a caça (subsistência), a preparação da farinha de mandioca (que pode ser vista por meio da figura 8), a coleta de sementes e o artesanato. Destas, a que mais se destaca é a preparação da farinha. Cada família tem a sua própria “roça”, a farinha produzida é para consumo próprio, prioritariamente. Porém, dentro de uma lógica econômica peculiar ao modo de vida ribeirinho, por vezes, realiza-se troca com o regatão¹⁸.

Na vila, não existe um comércio desenvolvido, há uma pequena mercearia que oferece mercadorias básicas de uso diário como material de higiene e limpeza, alguns alimentos enlatados e mantimentos.

Figura 8 – Preparação da farinha de mandioca



Fonte: Pesquisa de Campo (2013)

A alimentação (figura 9) baseia-se em pescados, farinha, arroz e feijão, além

¹⁸ Comerciante que percorre os rios da região de barco realizando venda/troca de uma variedade de produtos, como equipamentos de pesca, gás de cozinha, alimentos, e também vestuário.

disso, consomem açaí, castanha e outras frutas da região. O consumo de carne é reduzido, quando consomem, geralmente é proveniente da caça e curiosamente da pesca de quelônios (figura 9) como a *irapuca* e a *tartaruginha* (como são chamados localmente). Também plantam temperos, como cebolinha, coentro e pimenta, a maioria das famílias tem no quintal uma pequena horta. Algumas famílias produzem pães, que às vezes, são trocados por farinha e peixe com outras famílias.

Figura 9 – Alimentação típica ribeirinha



Fonte: Pesquisa de Campo (2013)

Quanto às atividades de lazer, foi possível notar que os adolescentes e jovens reúnem-se para promover um torneio de futebol convidando jovens e adolescentes das vilas vizinhas mais próximas, alguns relataram que usam a pescaria também como forma de lazer, e realizam outras atividades como remar, nadar, colher frutos na floresta. Durante o período da visita, observou-se que a maioria dos moradores, tanto adultos quanto jovens e crianças, frequentam os cultos da Igreja Assembleia de Deus, que mantém um templo na vila. Eles se consideram, religiosamente, evangélicos.

O meio de transporte utilizado é o barco regional, geralmente de pequeno porte, para deslocamentos mais longos entre uma vila e outra, por exemplo. Para a

pesca diária e pequenos deslocamentos utilizam canoas a remo ou equipada com motor rabeta¹⁹, cada família tem uma ou mais canoas. A comunidade conta com um barco de pequeno porte equipado com motor a diesel (figura 10), disponibilizado pelo governo estadual para o transporte dos moradores da Vila Terra Preta à sede do município Caracaraí, uma vez a cada três meses para que os residentes da Vila possam realizar consultas médicas, utilizar o serviço postal, realizar transações bancárias, entre outras atividades que somente estão disponíveis a esses moradores, quando se encontram na sede do município.

Figura 10 – Barco Terra Preta (Governo Estadual)



Fonte: Pesquisa de Campo (2013)

O isolamento da comunidade torna-se mais evidente, quando é necessário usar o serviço de telecomunicação, estando o aparelho telefônico mais próximo instalado na Comunidade vizinha, Vila Lago Grande, distando 01 hora de barco à remo.

A segurança dos moradores, segundo os comentários dos mesmos, é “[...] *cada um por si e Deus por todos*”, conforme o respondente do questionário nº 23. O

¹⁹ Motor de popa que possui na parte de baixo uma rabeta para sustentar o eixo de transmissão do motor e na ponta (parte que fica na água) está acoplada uma hélice, usado como propulsor de pequenas embarcações, muito comum na região amazônica.

posto policial mais próximo da Vila Terra Preta é um destacamento da Polícia Militar de Roraima que fica na comunidade de Santa Maria do Boiaçu (12 horas de barco). Todavia, é notório que os conflitos existentes na região originam-se na invasão de barcos pesqueiros (pesca clandestina), vindos do Estado do Amazonas, e essa é a maior preocupação dos moradores com a segurança.

Um morador relata que trabalha como “fiscal”, esta função consiste em vigiar a área próxima aos locais de pesca para que embarcações clandestinas²⁰ de pesca comercial não invadam as zonas de pesca esportiva. Relata ainda que as pessoas que trabalham como fiscal portam arma de fogo, fornecida pela empresa de turismo que os contrata para garantir a tranquilidade da pesca do turista.

Esta situação foi apontada pelo Secretário Municipal de Meio Ambiente e Turismo, que apesar de ser uma área de preservação, a população sofre com a falta de fiscalização, o gestor enfatizou que ainda não foi realizado nenhum concurso público para admissão de efetivo para tal função.

Percebe-se que os serviços públicos são oferecidos à população ribeirinha de forma precária, ficando evidente a falta de infraestrutura básica. Por outro lado, categoricamente, todos os entrevistados ressaltaram a satisfação de poder morar em um local tranquilo e bonito, perto da floresta, onde “[...] *tem peixe no rio com fartura, poder dormir com as janelas abertas e longe das coisas ruins da cidade. As crianças nossas brincam à vontade*” (respondente do questionário nº 37).

Contudo, relatam que, o que mais os incomoda é o fato da invasão de barcos de pesca predatória que seguidas vezes invadem clandestinamente a área da comunidade: “[...] *eles vêm aqui e levam os peixes que são para a nossa alimentação e também os que são para o turismo e vendem em Manaus, não tem fiscalização, eles andam armados*” (relato feito pelo respondente do questionário nº 17).

Durante o período da visita foi possível observar que a comunidade não recebe visitantes na sede da Vila, os turistas chegam por via aérea, apenas desembarcam na pista construída para este fim, e em seguida embarcam para navegar pelo Rio Xeriuini em direção às cabanas flutuantes, onde ficam hospedados. Estas cabanas são instaladas nas proximidades das zonas de pesca,

²⁰ Barcos de pesca profissional (predatória), geralmente sem registro no Estado de Roraima, que invadem a área da APA Xeriuini. Também são, comumente, chamados de barcos geleiros por transportarem grande quantidade de gelo para conservação do peixe capturado.

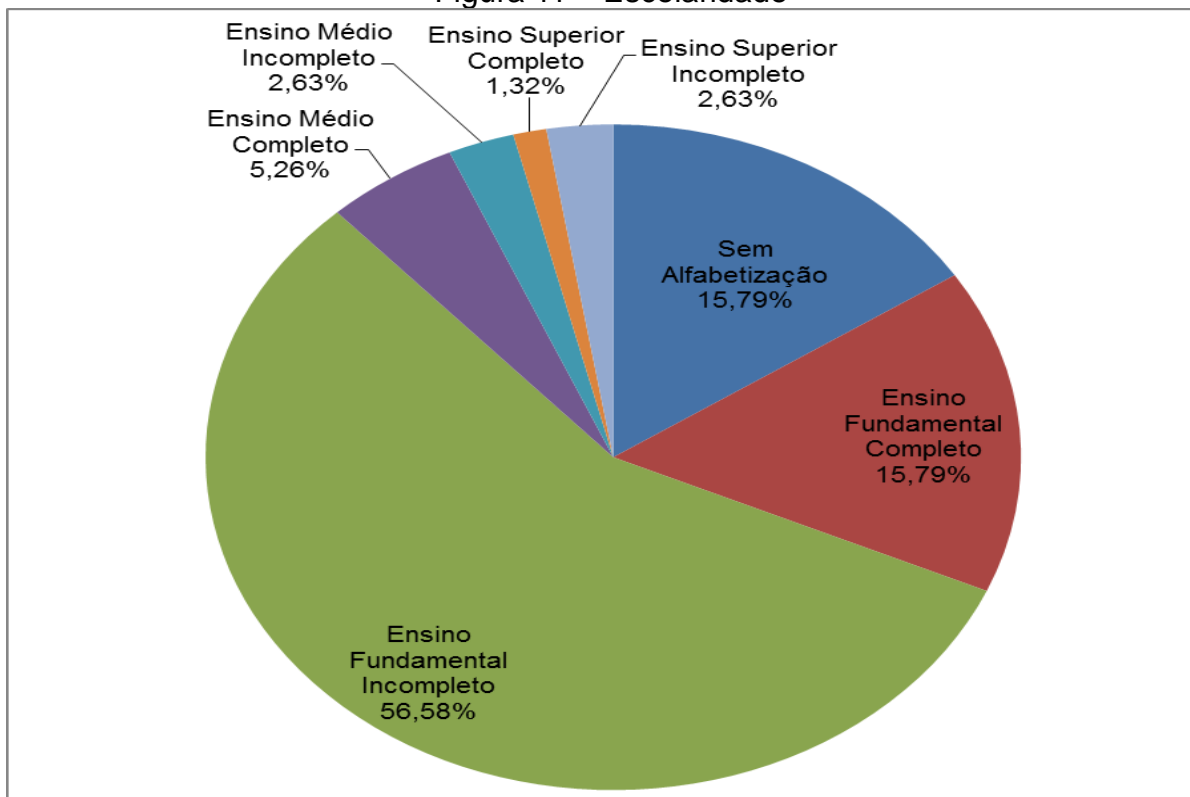
distante da sede da comunidade.

O contato dos turistas com os moradores é quase inexistente, em decorrência disso percebe-se que as oportunidades de negócio proporcionadas por esse contato acabam não sendo exploradas.

4.2 PERFIL DO MORADOR

Foram entrevistados 76 moradores da Vila Terra Preta. Destes, exatos 50% são do sexo masculino e 50% do sexo feminino. Quanto à faixa etária 29% dos entrevistados têm de 18 a 27 anos, 18% de 28 a 37 anos, 22% de 38 a 47anos, 7% de 48 a 57 anos e 11% de 58 a 65, apenas 9% têm mais de 65 anos de idade, isto indica uma população jovem em idade produtiva. Com relação ao estado civil, 54% dos entrevistados estão casados e têm filhos e 40% estão solteiros. Quanto à quantidade de filhos, 9% dos entrevistados tem mais de 8 filhos.

Figura 11 – Escolaridade



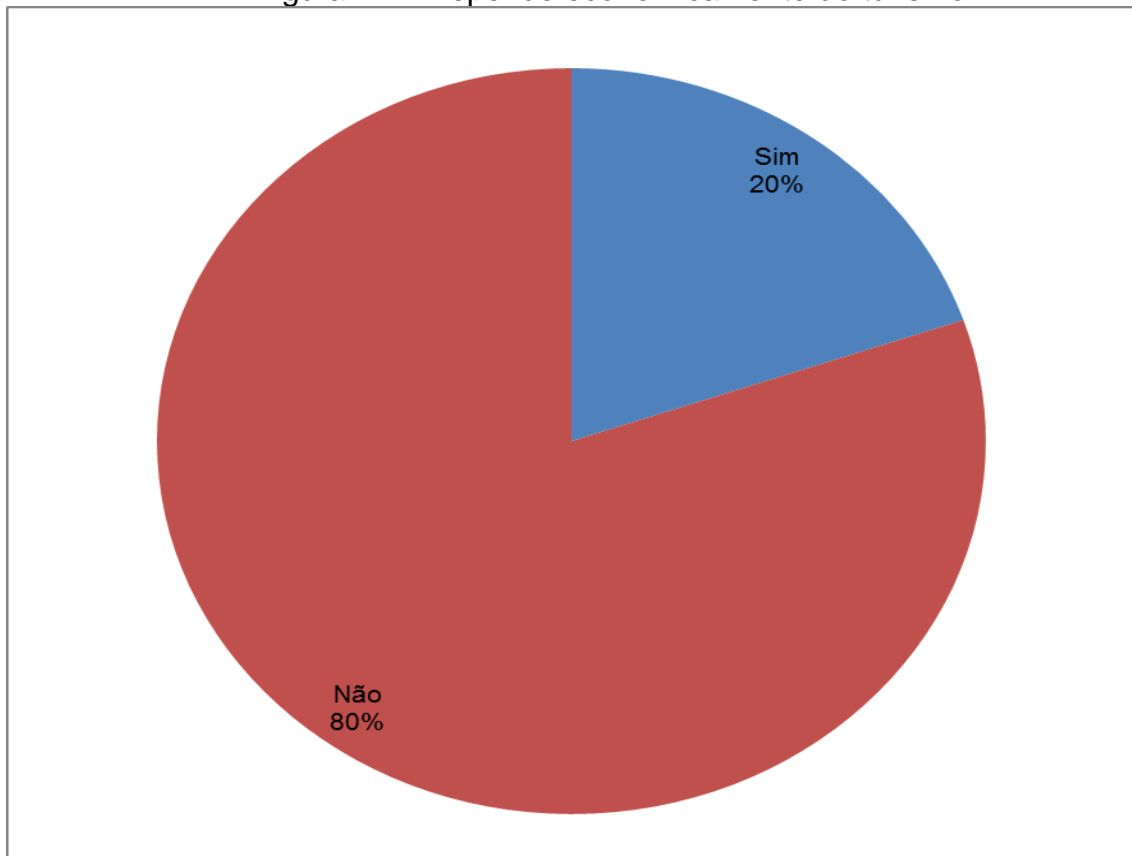
Fonte: A Autora (2014)

Quanto ao nível de escolaridade, mostrado por meio da figura 11, a maioria (56,58%) possui somente o Ensino Fundamental Incompleto, com apenas 5,26%

tendo completado o Ensino Médio Completo. É interessante destacar que as séries mais mencionadas pelos entrevistados que declararam ter cursado o Ensino Fundamental Incompleto foram a 3ª, 5ª e 1ª séries. Também é interessante ressaltar que 15,79% dos respondentes não possuem Alfabetização, apesar de estar em idade adulta, isto indica a necessidade de atenção, por parte dos órgãos educacionais (municipais e estaduais), para ações que contemplem a alfabetização de jovens e adultos.

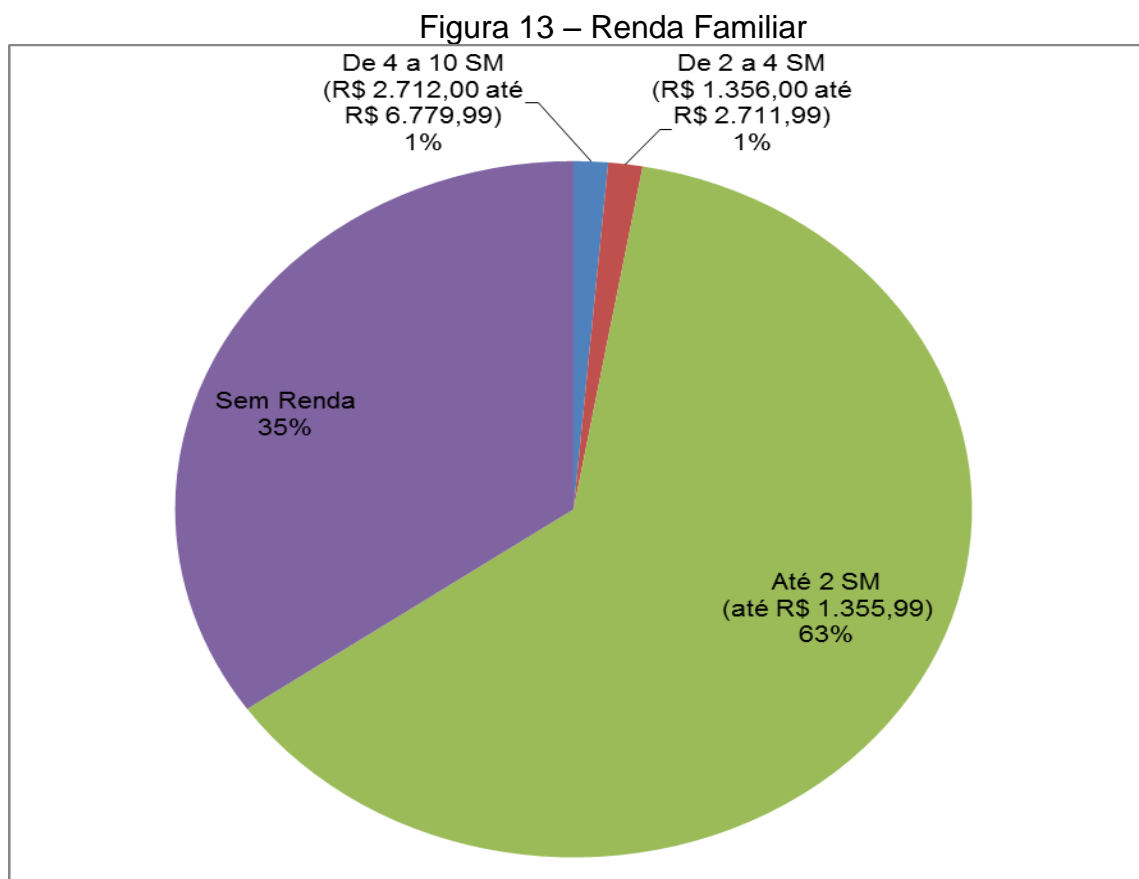
Com relação à ocupação e trabalho, 53% dos respondentes afirmaram que trabalham, realizam alguma atividade laboral, já 47% declararam não ter ocupação, porém comentaram que trabalham em atividades como plantação e colheita (roça), coleta de sementes para artesanato, coleta de castanha e que declaram não ter ocupação por não possuírem nenhum vínculo empregatício. Curiosamente, alguns respondentes que declararam ter ocupação fizeram o mesmo comentário: “trabalho só na roça” ou “trabalho só no turismo”, mesmo não possuindo nenhum vínculo empregatício.

Figura 12 – Depende economicamente do turismo



Fonte: A Autora (2014)

Quando questionados sobre a dependência econômica da atividade turística (figura 12), 80% responderam que não dependem do turismo. Alguns desses entrevistados, mesmo exercendo alguma função no turismo, declararam não depender da atividade, complementaram a resposta afirmando que fora da temporada de pesca se ocupam em outra atividade. Apenas 20% consideram depender da atividade do turismo, apesar da sazonalidade.



Fonte: A Autora (2014)

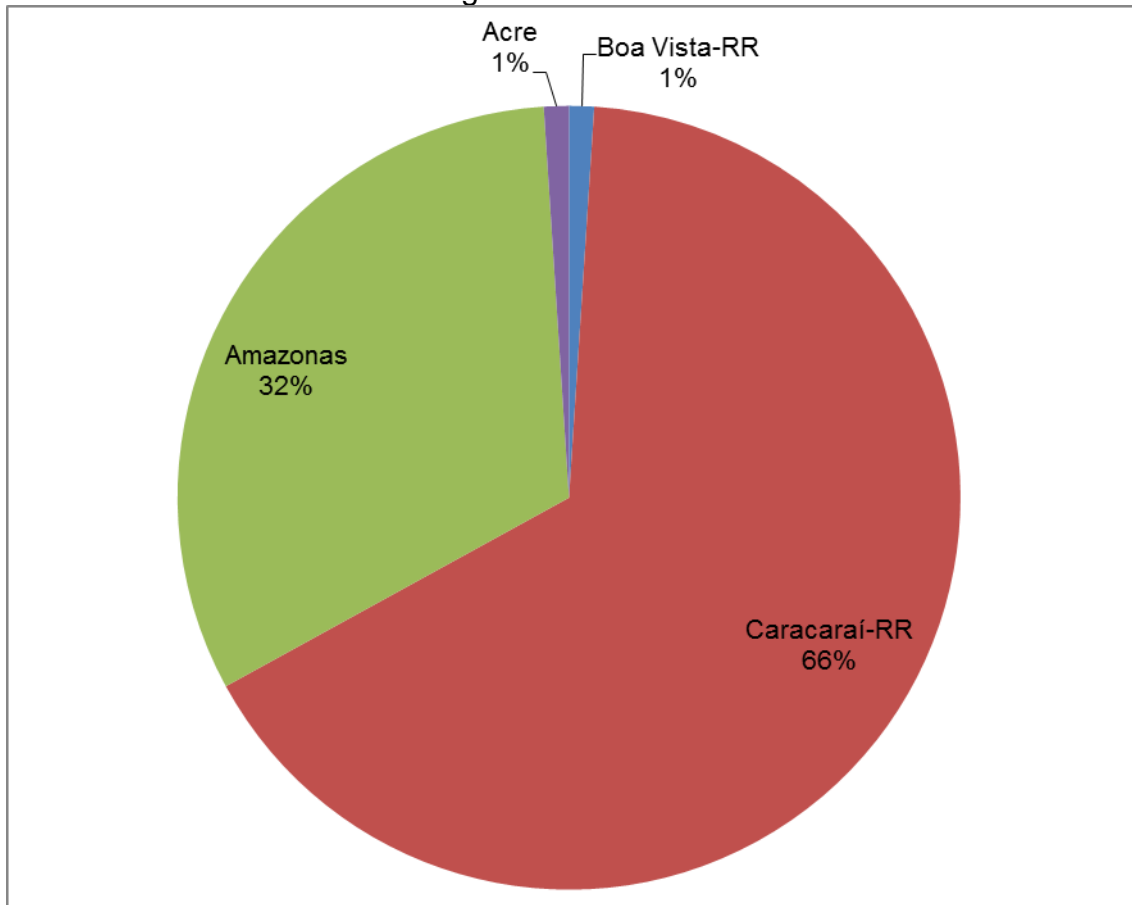
No tocante a renda familiar dos entrevistados, conforme a figura 13, observa-se que 63% declararam ter renda de até 2 (dois) salários mínimos, considerando a definição equivalente a R\$ 678,00²¹ (seiscentos e setenta e oito reais), e 35% afirmaram não ter renda. Quanto a essas informações foi possível entender, no ato da entrevista, o seguinte quadro: dos entrevistados que declaram ter renda, alguns são funcionários públicos, prestam serviço na educação, saúde, fornecimento de energia e transporte; outros afirmaram que trabalham “só na roça” não possuindo nenhum vínculo empregatício; uma minoria estão amparados pelo benefício da

²¹ Piso Salarial vigente durante o período de coleta de dados.

aposentadoria (INSS); e a maioria estão recebendo o benefício do Programa Bolsa Família²².

Vale ressaltar que a maioria dos respondentes que afirmaram receber até dois salários mínimos enfatizaram, no ato da entrevista, que recebem apenas 01 salário mínimo, porém, no questionário não havia a opção de marcar essa informação.

Figura 14 – Naturalidade



Fonte: A Autora (2014)

Quanto à naturalidade dos respondentes verificou-se (figura 14) que 66% são nascidos no município de Caracarái, do total de respondentes 8% afirmam terem nascido na própria Vila Terra Preta e 20% afirmam terem nascido nos vilarejos às margens dos rios da região. Conforme relatos dos moradores algumas parturientes são assistidas com parto natural, na própria localidade. Ressalta-se que o hospital mais próximo da vila, fica a 12 horas de barco. É interessante observar que 32% dos

²² Programa do Governo Federal de transferência de renda para famílias em situação de pobreza, que possuem renda familiar per capita até R\$ 77,00 mensais, baseado na garantia de renda, inclusão produtiva e acesso aos serviços públicos. Este programa foi instituído pela Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004 e é regulamentado pelo Decreto 5.209 de 17 de setembro de 2004 (MDS, 2014).

entrevistados afirmaram ter nascido no estado do Amazonas com a ressalva de que apenas nasceram, pois na região há falta de recursos médicos, e em alguns casos são necessários deslocamentos aos centros urbanos mais próximos.

Para os residentes da Vila Preta o acesso ao estado vizinho é o mais favorável, pelo fato de seguir pelo sentido do rio Branco (descendo). A ida à sede do município (sentido contrário do rio) demanda mais horas de navegação. Na época da estação seca o acesso ao município torna-se ainda mais difícil, as viagens de barco podem durar até uma semana para chegar a Caracaraí.

Encerra-se este tópico, avaliando que os moradores da Vila Terra Preta entrevistados, na sua maioria, são roraimenses, têm baixa escolaridade, podem ser considerados economicamente ativos, observando a faixa etária, trabalham na agricultura e na pesca artesanal, têm renda salarial de até 01 salário mínimo, não dependem economicamente do turismo e não têm acesso a saneamento básico.

4.3 ESTÁGIO DE DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE DE TURISMO DE PESCA NA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL XERIUINI - REGIÃO DO BAIXO RIO BRANCO

A visualização do cenário turístico de pesca na APA Xeriuini no Baixo Rio Branco pode ser feita sob dois aspectos, a gestão municipal do turismo e a atividade operacional da empresa de turismo atuante na região. Neste tópico inicialmente reúne-se informações sobre os órgãos públicos responsáveis pela gestão da área e sobre as legislações vigentes em âmbito estadual e municipal e posteriormente sobre a empresa de turismo que atua na região da Vila Terra Preta/APA Xeriuini.

4.3.1 Órgãos públicos e legislação

O principal órgão público para assuntos de turismo em Caracaraí é a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo, que tem sob sua responsabilidade a fiscalização ambiental e a gestão do turismo de pesca esportiva.

Em âmbito estadual pode-se mencionar a Fundação Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (FEMARH) - antiga Fundação Estadual de Meio

Ambiente, Ciência e Tecnologia (FEMACT) -, que tem por objetivo promover, elaborar, gerir, coordenar e executar a política do meio ambiente e de recursos hídricos do Estado de Roraima, com a finalidade de garantir o controle, a preservação, a conservação e a recuperação ambiental, visando o desenvolvimento socioeconômico sustentável e a melhoria da qualidade de vida da população (RORAIMA, 2011).

Quadro 4 – Órgãos Públicos

Órgão Público	Âmbito Estadual	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Fundação Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (FEMARH) ✓ Secretaria Estadual de Planejamento – SEPLAN/RR
	Âmbito Municipal	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo

Fonte: A Autora (2014)

O município possui um cadastro de empresas credenciadas que podem atuar na atividade turística, mediante a solicitação de licença para a operação. A maioria dessas empresas oferece serviço de barco-hotel. Porém, de acordo com Nogueira et al (2006), no estudo em que apresentam o mapeamento dos hotéis de selva da região do Baixo Rio Branco, foram identificados quatro hotéis de selva (Hotel Royal Amazon Lodge, Hotel Itapará Sport Fishing, Hotel Macaroca e Hotel Poção), dois destes hotéis estão localizados no rio Xeriuini. Esses hotéis oferecem serviços exclusivos de pesca esportiva.

Nogueira et al (2006, p. 06), observam que “[...] os turistas desembarcam no aeroporto de Manaus, de onde tomam um avião de pequeno porte até os hotéis de selva no Baixo Rio Branco, deixando o Estado de Roraima em desvantagem como receptor da demanda de turistas estrangeiros”.

Conforme as informações do Secretário Municipal de Meio Ambiente e Turismo, o quadro 5 mostra as empresas atualmente credenciadas no Órgão municipal. É interessante destacar que do total de oito empresas cadastradas, apenas duas estão constituídas em Caracarái. Essas empresas operam o serviço exclusivo de turismo de pesca nos rios Água Boa do Univini, Itapará e Xeriuini. Neste estudo foi escolhida, para análise (tópico seguinte), a empresa River Plate Pesca por ser a que mais contrata pessoas da Vila Terra Preta, de acordo com os moradores.

Quadro 5 – Empresas cadastradas no órgão público municipal

Empresas de Turismo Cadastradas	Roraima	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Marquitur LTDA. (Caracarái-RR) ✓ Portotur LTDA. (Mucajaí-RR) ✓ Wellington Tomaz Turismo LTDA. (Caracarái-RR)
	Amazonas	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Ecotur Turismo LTDA (Manaus-AM) ✓ Liga de Ecopousadas da Amazônia (Manaus-AM) ✓ River Plate Turismo (Manaus-AM) ✓ Velho Arthur Transporte e Turismo (Manaus-AM) ✓ Marcopolo Turismo (Manaus-AM)

Fonte: Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo

Para tecer um panorama do atual estágio de desenvolvimento do turismo de pesca no Baixo Rio Branco foi interessante observar a legislação pertinente à atividade. O quadro 6 mostra o levantamento da legislação referente ao turismo/pesca.

Quadro 6 – Legislação específica para atividade turística

Legislação	Âmbito Nacional	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Portaria nº 30 MMA/IBAMA de 23 de maio de 2003, estabelece normas gerais para o exercício da pesca amadora em todo território nacional, inclusive competições e cadastros de entidades de pesca amadora junto ao IBAMA. ✓ Instrução Normativa nº 189 MMA/IBAMA de 09 de julho de 2008. Estabelece Acordo de Pesca na Bacia do Baixo Rio Branco, na área localizada entre a vila de Vista Alegre (Paralelo N1°44') e a foz do Rio Branco (Paralelo N -1°25'), no estado de Roraima, abrangendo os municípios de Caracarái e Rorainópolis/RR. ✓ Portaria nº 4 MMA/IBAMA de 19 de março de 2009, estabelece normas gerais para o exercício da pesca amadora em todo território nacional, inclusive competições e cadastros de entidades de pesca amadora junto ao IBAMA. ✓ Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca. ✓ Lei nº 11.771 de 2008 – Política Nacional de Turismo – define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico. ✓ Lei nº 11.958 de 26 de junho de 2010, cria o Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), em que delega ao mesmo a competência de coordenar a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Pesca e Aquicultura (Lei 11.959/2009).
------------	-----------------	---

Continua...

...Continuação

Legislação	Âmbito Estadual	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Lei nº 516, de 10 de janeiro de 2006. Dispõe sobre a pesca no Estado de Roraima, estabelecendo medidas de proteção à ictiofauna e dá outras providências. ✓ Lei nº 555, de 14 de julho de 2006. Dispõe sobre a criação da Área de Proteção Ambiental Baixo Rio Branco. ✓ Decreto nº 7.667 de 29 de janeiro de 2007. Regulamenta a Lei Nº 516 de 10 de janeiro de 2006. ✓ Portaria FEMACT nº 01/2011 de 05 de janeiro de 2011. Estabelece que na região do Baixo Rio Branco, no que tange ao Rio Itapará; Rio Água Boa do Univiní; Rio Xeriuini, nos limites do território do Estado de Roraima, fica permitido apenas a pesca amadora esportiva e a pesca de subsistência, ficando proibida as demais categorias de pesca.
	Âmbito Municipal	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Decreto nº 25 de 08 de dezembro de 1999, dispõe sobre a criação da Área de Proteção Ambiental Xeriuini. ✓ Lei Nº 0378 de 18 de novembro de 2002, institui a licença de pesca esportiva da APA Xeriuini e dá outras providências.

Fonte: IBAMA (2003, 2008), Diário Oficial do Estado de Roraima (2006, 2007, 2011), Diário Oficial da União (2010), Prefeitura de Caracaraí (1999, 2002)

De acordo com o Secretário Municipal, a pesca esportiva vem sendo praticada há aproximadamente de 15 anos e durante este período poucas leis e normatizações foram instituídas para que o município pudesse ter mais controle da atividade na região. Entretanto, de fato as atividades de turismo de pesca estão acontecendo nos rios da região do Baixo Rio Branco, em que as empresas de turismo atuantes têm concessão do órgão público municipal para o uso dos recursos na operação de seus pacotes turísticos.

Por ser um local de difícil acesso, as ações de fiscalização na região ficam comprometidas, pois o município não dispõe de um departamento voltado para este serviço. Segundo o gestor municipal, algumas incursões são feitas pela polícia militar ambiental juntamente com fiscais do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).

Com relação à legislação municipal existente, no ano de 1999, o Decreto nº 25, de 08 de dezembro, instituiu a Área de Proteção Ambiental (APA) Xeriuini, “[...] com o objetivo de conservar as áreas representativas dos ecossistemas ali existentes e promover o desenvolvimento social e econômico das comunidades de

povos tradicionais nela encontrados” (CARACARAÍ, 1999). Esse decreto versa também sobre a celebração de convênios entre o Departamento Especial de Meio Ambiente (DEMATUR) e instituições públicas ou privadas legalmente constituídas, objetivando desenvolver atividades compatíveis com a finalidade da APA Xeriuini. Outro aporte legal sobre a atividade na região é a Lei municipal N° 378, de 18 de novembro de 2002, que dispõe sobre a licença de pesca esportiva na APA Xeriuini.

Em âmbito estadual pode-se destacar o Decreto n° 7.667, de 29/01/2007, o qual regulamenta a Lei N° 516, de 10/01/2006, aprovada para estabelecer medidas de proteção à ictiofauna e também Lei n° 555, de 14/06/2006, a qual versa em seu art. 1° sobre a criação da Área de Proteção Ambiental Baixo Rio Branco (APABRB), com o objetivo de preservar os ambientes naturais ali existentes, com destaque para condições e necessidades das populações locais, com vistas ao desenvolvimento e adaptação de métodos e técnicas de uso sustentável dos recursos naturais, bem como, realizar pesquisas científicas e desenvolver atividades de educação ambiental (RORAIMA, 2006).

Destaca-se, em âmbito nacional, a Instrução Normativa n° 189 MMA/IBAMA, de 09 de julho de 2008, que estabelece o Acordo de Pesca na Bacia do Baixo Rio Branco, desde a área localizada entre a vila de Vista Alegre (Paralelo N1°44') e a foz do Rio Branco (Paralelo N -1°25'), a qual abrange os municípios de Caracaraí e Rorainópolis, no estado de Roraima (IBAMA, 2008).

Essa Instrução Normativa mostra-se fundamental à gestão da área em estudo, pois diante do cenário de conflitos por uso dos recursos pesqueiros, a regulamentação visa dar ordenamento legal ao manejo dos ambientes aquáticos, além de dirimir as constantes agressões aos estoques pesqueiros e os conflitos existentes entre os usuários do recurso, por isso considerou as deliberações dos representantes de ribeirinhos, sindicatos, associações e colônias de pescadores, representantes da classe da pesca esportiva, representantes do Poder Público federal e estadual (IBAMA, 2008).

Após o levantamento dessas regulamentações, é importante identificar características da empresa que, atualmente, tem concessão para operar a atividade de turismo de pesca na área de estudo, assunto do próximo tópico.

4.3.2 Empresa de turismo atuante na APA Xeriuini

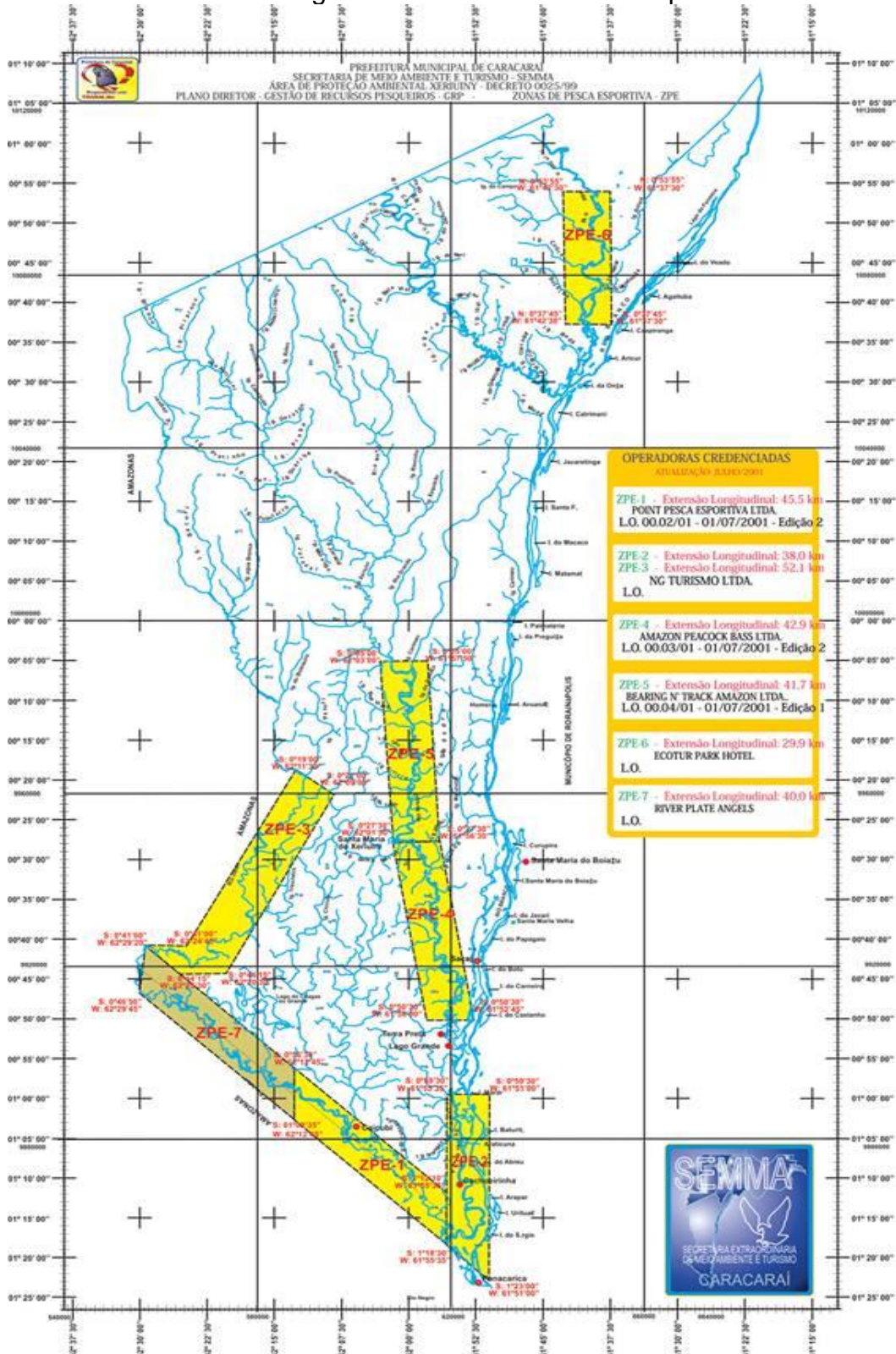
A empresa que atua na região da Vila Terra Preta – APA Xeriuini é a River Plate Pesca. Esta operadora de turismo de pesca faz parte do grupo Liga de Ecopousadas da Amazônia, com sede na cidade de Manaus, estado do Amazonas, constituída desde o ano de 1992. “Desde 2002, as autoridades brasileiras concederam à River Plate licenças de pesca exclusivas para entrar em mais de 12 reservas indígenas e áreas protegidas pelo governo, em troca de compromissos financeiros e humanitários” (RIVER PLATE PESCA, 2014). A operadora River Plate é uma das empresas credenciadas junto ao órgão ambiental municipal e tem zona de pesca demarcada no Baixo Rio Xeriuini, conforme mostra a figura 15, dentro da APA Xeriuini.

Conforme as informações obtidas com o Secretário Municipal, a Prefeitura de Caracaraí fez concessão de uso dos recursos dessa área, conforme figura 15, que foram demarcadas para a pesca esportiva com a finalidade de receber em contrapartida ações para sua preservação. O gestor atual desconhece os processos usados para esta concessão, o mesmo enfatizou que assumiu a secretaria no ano de 2013, tendo essas concessões sido efetuadas/renovadas há mais de 06 anos em gestões anteriores a sua. Ressalta que o antigo gestor não deixou nos arquivos municipais a documentação sobre a validação desse ato e que a atual gestão está se organizando, inclusive passando por auditorias para esclarecimento e transparência das ações do órgão municipal.

No sítio eletrônico da River Plate Pesca, onde foram coletadas todas as informações referentes à mesma, para auxiliar esta pesquisa, já que, a empresa não respondeu aos e-mails enviados pela pesquisadora como também não foram possíveis conversas telefônicas com o responsável administrativo mencionado no primeiro contato telefônico, foi identificado um folheto digital de promoção da pesca do tucunaré, no qual constam os endereços e contatos da empresa, inclusive um indicando a cidade de Caracaraí. Ao ser procurado o endereço da empresa na cidade de Caracaraí, na ocasião da pesquisa de campo em 2013, o local encontrava-se de portas fechadas aparentemente abandonado, quando perguntado aos vizinhos, informaram que a casa estava fechada há um tempo e que pertenceu

ao antigo responsável pelo Departamento Especial de Meio Ambiente e Turismo do município.

Figura 15 – Zonas de Pesca Esportiva



Fonte: Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo (1999)

O fato da empresa não possuir domicílio fiscal em Caracaraí, município sede da Área estudada, o deixa em desvantagem quanto à arrecadação de impostos sobre os serviços, além de que toda operação do serviço comercializado que é organizado a partir de Manaus, deixando o estado de Roraima e o Município de Caracaraí prejudicados como receptores da demanda de turistas, conforme sustenta Nogueira et al (2006).

A empresa oferece serviços para turistas de alto padrão aquisitivo, conforme consta no seu material promocional (anexos I e II) e é especialista em pesca esportiva. Além de outros destinos de pesca, um dos serviços oferecido pela River Plate Pesca, é um pacote turístico para pescar no rio Xeriuini, este pacote é composto por transporte até o local de pesca (aéreo Manaus/Vila Terra Preta/Cabanas Flutuantes/Vila Terra Preta/Manaus), hospedagem em estrutura flutuante, serviços de alimentos e bebidas, e guiamento especializado.

Figura 16 – Preço do Pacote Turístico



ZONAS RESTRITAS
Cabanas Flutuantes

Desde 2002, as autoridades brasileiras concederam à River Plate licenças de pesca exclusivas para entrar em mais de 12 reservas indígenas e áreas protegidas pelo governo, em troca de compromissos financeiros e humanitários. Graças a essas licenças, nossos hóspedes não perdem tempo em pesqueiros em zonas abertas sem peixes, devido à alta pressão da pesca comercial, de subsistência e esportiva, como acontece em áreas do rio que estão abertas ao público.

<p>Tupana, Matupiri e Igapo-Açu (Set - Out 5), Baixo Jufaris (Nov 15 - Mar 1) Baixo Xeriuini (Nov 15 - Fev 15) Baixo Omero (Nov 1 - Dez 7) Baixo Itaparâ (Nov 15 - Fev 28)</p> <p>Vão fretado até pista privada + Barco rápido expresso ou Hidroavião*</p> <p>6 dias de pesca 8 pescadores U\$S 5590 12 pescadores U\$S 4790</p>	<p>Cabeceiras de: Itaparâ, Xeriuini, Jufaris (Jan 3 - Fev 28)</p> <p>8 pescadores U\$S 5590 Mais U\$S 750 com Hidroavião dentro e fora</p>
<p>Semana curta 4 dias de pesca 12 pescadores U\$S 3890</p>	

Incluso no destino de pesca:

- ★ Bote de 21 pés totalmente equipado operado por guia para dois pescadores.
- ★ Todas as refeições, incluindo bebidas alcoólicas (vinho, cerveja e uísque).
- ★ Lavanderia diária e serviços gerais.
- ★ Licenças de pesca. ★ Todos os transfers terrestres. ★ Pernoite na chegada em Hotel em Manaus.

Preços em dólares Americanos / Não aceitamos reservas de número impar / *Hidroavião extra U\$S750 ppax min 8pax

Fonte: River Plate Pesca (2014)

A figura 16 mostra que o pacote para pescar no baixo rio Xeriuini na temporada 2014-2015 custa US\$ 5.590 (cinco mil quinhentos e noventa dólares) por pessoa para 06 dias de pesca (grupo mínimo de 8 pescadores).

A figura 17 mostra o itinerário do serviço oferecido pela empresa. As saídas para o local de pesca na APA Xeriuini são feitas a partir da cidade de Manaus-AM, utiliza-se transporte aéreo até a Vila Terra Preta e o transporte utilizado a partir daí é o barco expresso, por vezes a empresa faz uso de hidroavião com trecho até o local da hospedagem.

Figura 17 – Itinerário da viagem de pesca

Dia 1 (Sexta Feira)	Chegada em Manaus. Será recebido por nossa equipe de recepção quem o levará ao hotel para pernoitar.
Dia 2 (Sábado)	* As partidas para uma de nossas seis Cabanas Flutuantes começam às 6h30min e a viagem é uma combinação de avião fretado e barco expresso. * Se o tempo permitir, poderá pescar durante a tarde.
Dia 3 - Dia 8 (Domingo - Sexta Feira)	* Seis dias completos de pescaria * O café da manhã é servido às 7h e seu guia estará pronto para sair às 7h30min. * Sugerimos que volte ao acampamento para almoçar e tirar um cochilo, já que estará a 5-15 minutos de distância dali.
Dia 9 (Sábado)	* Se o tempo permitir, poderá pescar durante a manhã. * A partida das Cabanas Flutuantes para Manaus será feita por meio da combinação de barco expresso/bote de pesca e avião fretado. * Planejar o seu vôo de retorno para depois das 15:30 horas.

Fonte: River Plate Pesca (2014)

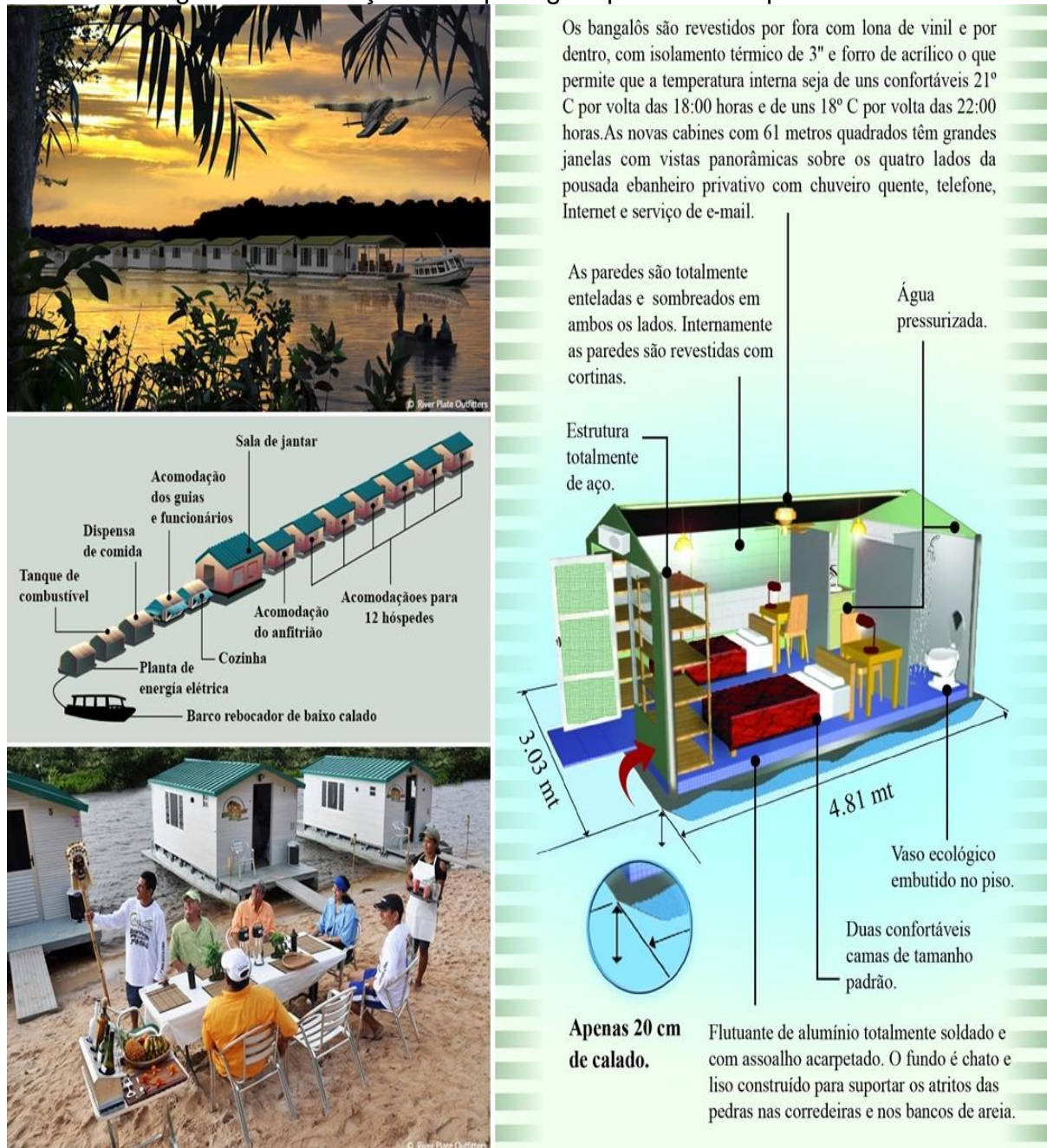
Na proximidade dos locais de pesca é instalada a estrutura flutuante que garante conforto e segurança para o turista pescador. Essa estrutura, além das acomodações para os turistas, dispõe de refeitório, cozinha, acomodação também para funcionários e todo apoio necessário para possibilitar o atendimento, pois está instalada numa área de floresta totalmente isolada. Apesar do isolamento, o turista conta com serviço de telefone (via satélite) e internet.

Toda essa estrutura é montada antes do início da temporada de turismo, que na região da APA Xeriuini inicia-se, geralmente, no mês de outubro e encerra-se no mês de março, conforme o nível dos rios. É nesse período que ocorrem a oferta de empregos temporários para os moradores da região.

Os moradores da Vila Terra Preta contratados pela empresa trabalham em regime de rodízio e recebem como pagamento, diárias de serviço. Cada equipe

formada trabalha o período de atendimento dos grupos, que pode ser até seis dias de pesca. As funções exercidas pelos moradores contratados são piloto (guias de pesca habilitados para conduzir o barco de pesca) e cozinheira/camareira. De acordo com relatos de alguns desses moradores que trabalham na temporada de turismo, as gorjetas também contribuem para uma renda extra.

Figura 18 – Serviço de hospedagem para turistas pescadores



Fonte: River Plate Pesca (2014)

A figura 18 apresenta as características das acomodações oferecidas ao turista. Nota-se que apesar de se tratar de um local bem afastado de um centro

urbano, o conforto não parece regrado. Os relatos dos turistas atendidos por esta empresa mostram que os mesmos sentem-se satisfeitos com os serviços oferecidos pela River Plate Pesca. Como exemplo o seguinte relato de um turista: “[...] os piloteiros da melhor qualidade, competentes e sempre dispostos a pescar e a buscar melhores pesqueiros. Parabéns a eles todos. Os barcos de pesca também muito bons” (RIVER PLATE PESCA, 2014). A figura 19 apresenta o principal motivo da satisfação dos turistas, o tucunaré.

Figura 19 – Turista exibindo tucunaré



Fonte: River Plate Pesca (2014)

É possível analisar que o envolvimento dos moradores na execução dos serviços é exclusivamente a prestação de serviços de guias (piloteiros) e cozinheira/camareira. Todo o planejamento e gerenciamento da operação ficam a cargo da empresa. Infere-se que a contratação para outras funções que não sejam piloto e cozinheira não ocorra devido à baixa escolaridade e falta de formação profissional dos moradores locais.

4.4 INTERFERÊNCIAS DA ATIVIDADE DE TURISMO DE PESCA

A interferência da atividade turística na vida das comunidades é objeto de estudo de várias pesquisas, porém a maioria destas usa o termo impacto para apontar como o turismo interfere no ambiente, na cultura, na economia do local receptor. Como foi explicado no tópico 2.4 deste documento, sobre o uso do termo interferência como sendo mais adequado em relação à pesquisa em turismo, justifica-se o uso do termo impacto, neste tópico, ao confrontar e comparar os resultados deste estudo com o resultado das pesquisas examinadas que usaram essa terminologia.

Ao analisar as informações a seguir, busca-se a compreensão, na visão dos moradores, de como a atividade turística vem interferindo na condição econômica e socioambiental da comunidade. Nessa direção, foram considerados os comentários e justificativas dos respondentes registradas pela pesquisadora no ato da entrevista.

O quadro 7 dispõe as informações de ordem econômica entendidas na sua relação com a atividade do turismo vivenciada pela comunidade em estudo e que visam proporcionar à pesquisadora a oportunidade de entender se a relação ocorre de maneira positiva ou negativa.

Quadro 7 – Informações sobre visão dos moradores em relação ao turismo e economia

Interferências na Economia	Média	Desvio Padrão
1 - As pessoas da região têm mais dinheiro para gastar graças ao turismo de pesca.	2,658	1,18
2 - O turismo de pesca gera empregos na minha localidade.	2,303	1,05
3 - O turismo de pesca gera empregos na minha região.	2,329	0,93
4 - O turismo de pesca gera impostos para o Estado.	3,776	1,53
5 - O turismo de pesca gera impostos para o Município.	2,658	1,23
6 - O turismo de pesca ajuda a aumentar a renda familiar dos moradores da região.	2,316	0,88
7 - O turismo na minha região faz com que existam postos de trabalho muito desejáveis.	3,289	1,65
8 - O turismo tem feito com que subam os preços na minha região.	4,145	1,24
9 - Os benefícios derivados do turismo são mais importantes para minha região do que os benefícios derivados da agricultura ou da pesca artesanal.	3,776	1,64
10 - O turismo de pesca é uma das principais fontes de renda da minha região.	3,211	1,45

Fonte: A Autora (2014)

Analisando o resultado de concordância parcial (2,658) com a afirmação de que as pessoas da região têm mais dinheiro para gastar graças ao turismo de pesca, entende-se que isso ocorra em função do fato da sazonalidade da atividade e também por valorizarem as outras atividades exercidas pelos mesmos. Um exemplo é o comentário do respondente que justificou sua resposta com o seguinte argumento: “[...] há circulação de dinheiro também na temporada da castanha. Ganhamos dinheiro com a castanha também”. Outro exemplo que corrobora a constatação feita é o seguinte comentário feito por outro respondente: “[...] na temporada de pesca, os que trabalham têm uma renda extra”. Tal comentário deixa transparecer que nem todos se beneficiam das atividades turísticas.

Sobre a geração de empregos na localidade e região, houve predominância quanto a concordar (2,303) com a afirmação de que o turismo ajuda na oferta de empregos locais, na visão dos entrevistados. Quanto à geração de impostos os respondentes discordam parcialmente (3,776) que os impostos são gerados em âmbito estadual e concordam parcialmente (2,658) que o turismo gera impostos para o município, o que é justificado pelo fato de a maior empresa em atividade na região ter sua sede no Estado do Amazonas.

Quanto ao assunto renda familiar, os entrevistados concordam (2,316) que o turismo de pesca ajuda a aumentar a renda dos moradores da região, concordam parcialmente que os postos de trabalho gerados pelo turismo são desejados pelos moradores. No estudo de Filho, Andretta e Nogueira (2005) na região, quanto às expectativas da população com o desenvolvimento da atividade turística no local observou-se que 50% dos moradores que foram entrevistados gostariam que a atividade turística gerasse mais emprego, 25% que se desenvolvesse a venda de produtos agrícolas cultivados pela comunidade, 8% desejariam a venda de artesanato produzido no local. Os autores comentam que este resultado evidenciou o anseio por postos de trabalho em virtude do baixo número de empregos disponíveis na região. Passados quase dez anos, nota-se que a população ainda sente-se otimista em relação a geração de empregos que a atividade pode proporcionar.

Sobre a relação do turismo com o aumento de preços na região, os respondentes discordam parcialmente (4,145) ressaltam que pelo fato do isolamento é comum a chegada dos produtos com o preço mais elevado e isso não tem relação

com o turismo, havendo a possibilidade, inclusive, de com o incremento da atividade turística, haver o aumento na quantidade de transportes regulares, o que poderia contribuir para reduzir o preço das mercadorias que são trazidas até a Vila Terra Preta.

No tocante aos benefícios do turismo serem mais importantes para a região do que os benefícios gerados pela agricultura e pesca artesanal, os moradores da Vila Terra Preta também discordam parcialmente (3,776). Concordam parcialmente (3,211) que o turismo de pesca é uma das principais fontes de renda da região, por se tratar de uma atividade temporária (apenas cinco meses).

O estudo de Dall’Agnol (2009) também mostrou que os residentes de três bairros pesquisados na cidade de Laguna, Estado de Santa Catarina reconhecem o turismo como uma alternativa de renda, mesmo sofrendo com a sazonalidade. No caso da Vila Terra Preta, a maioria dos entrevistados manifestaram interesse por um turismo mais organizado, mesmo que haja oferta de empregos apenas na temporada.

É possível concluir que as interferências do turismo na economia da região, sob a ótica dos moradores, se baseiam na oferta de empregos temporários, não somente para os moradores da localidade, mas também para os moradores das vilas vizinhas. Na circulação de moeda devido aos salários recebidos pelos moradores e somente a isso, pois para a execução do serviço a empresa tem seus fornecedores na cidade de Manaus, nada é adquirido na região, não gerando renda nesse aspecto.

Contudo, os entrevistados não consideram o turismo como a principal de fonte de renda da região, observando que apenas 20% deles afirmaram que dependem economicamente do turismo. Também não consideram os benefícios advindos do turismo como sendo mais importantes do que os benefícios gerados pela agricultura e pesca, embora avaliem que o turismo complementa a renda familiar e gera impostos para o município.

No tocante à renda, toma-se como exemplo o caso de uma entrevistada que trabalhou como auxiliar de cozinha e recebeu na última temporada em que trabalhou (começo do ano de 2013), para uma das empresas que atuam na região, R\$ 60,00 para cada dia trabalhado (6 dias), totalizando um valor de R\$ 360,00. Porém, como são contratados em regime de rodízio, pode ser que ela trabalhe

apenas esses seis dias no mês, e por isso ela perceber que os benefícios econômicos do turismo sejam apenas um complemento na renda familiar. Segundo os relatos da entrevistada os que trabalham como piloteiros ganham bem mais, inclusive nas gorjetas.

Filho, Andretta e Nogueira (2005) identificaram que os guias de pesca de estabelecimentos hoteleiros da região do Baixo Rio Branco que foram entrevistados no estudo, voltado ao diagnóstico quanto ao potencial de desenvolvimento da atividade de pesca esportiva na região, afirmaram que a remuneração é procedente em grande parte das gorjetas recebidas dos turistas estrangeiros pelo sucesso da pescaria e que estas gorjetas também são oferecidas aos outros trabalhadores (camareira, cozinheiro, etc.), porém em menor escala.

Oliveira e Teixeira (2005) concluíram em seu estudo sobre a contribuição socioeconômica do setor privado na atividade turística que os salários pagos pela atividade no município que pesquisaram encontram-se na faixa de 1,0 a 1,47 salários mínimos, e que isso possibilita somente a manutenção de condições mínimas de sobrevivência e não uma interferência que modifique a qualidade de vida da população local.

No universo estudado observou-se que os salários pagos, por vezes, estão abaixo de um salário mínimo e todos os empregos oferecidos são meramente informais, fazendo com que a contribuição do turismo, no aspecto econômico, seja contrária ao objetivo de promover o desenvolvimento social e econômico das comunidades de povos tradicionais da região, como trata o art. 1º do Decreto nº 25/1999 que instituiu a Área de Proteção Ambiental (APA) Xeriuini.

Observa-se ainda que o fato da empresa de maior atuação na região estar constituída em outro estado faz com que impostos referentes aos serviços sejam gerados para o município/estado onde está sediada. Conforme relatos dos moradores a empresa paga diretamente à comunidade um valor por temporada e de acordo com gestor municipal a empresa paga ao município as taxas de licenças de pesca.

A receita dessas licenças de pesca, segundo o art. 2º da Lei nº 378 de 18/11/202 que institui a licença de pesca na APA Xeriuini, destinar-se-ia à organização e custeio das atividades de monitoramento e fiscalização ambiental, porém, de acordo com os relatos moradores isso não tem acontecido e os conflitos

existentes há mais de 15 anos sequer foram amenizados, por falta de monitoramento e fiscalização.

Tendo em vista que a atividade vem sendo bem executada pela empresa operadora e que os turistas sentem-se satisfeitos após vivenciar a experiência da pesca numa região preservada. Considerando ainda que, o pagamento pelos serviços é efetuado, geralmente antes da execução dos mesmos, e que o turismo na região é uma atividade que movimenta cifras bem elevadas, é notório que o Poder Público e a Comunidade necessitam, primeiramente, de organização, pois sem a definição de um plano que pondere a sazonalidade da atividade, as necessidades e a opinião dos moradores locais, a gestão se tornará cada vez mais inadequada, prejudicando ainda mais a população que precisa, pelo menos, melhorar sua condição básica de vida.

Quanto a isso, passa-se agora, a analisar conforme o quadro 8, a visão dos moradores em relação às interferências do turismo no modo de vida da população, ou seja, o que a atividade de turismo de pesca tem trazido de contribuição, assim como o que essa prática tem desencadeado que seja prejudicial à maneira de viver dessas pessoas.

Ressalta-se que esses questionamentos foram os que mais os entrevistados sentiram-se satisfeitos em responder, nos quais a pesquisadora despendeu mais tempo para ouvi-los e no qual fizeram questão que anotasse todos os seus comentários. Notou-se que a atenção dada pela pesquisadora, despertou a disposição dos moradores para falar mais abertamente sobre o turismo, diferentemente dos primeiros questionamentos onde foram observados comportamentos mais comedidos por parte dos entrevistados. É interessante destacar a imparcialidade da pesquisadora mesmo diante de indagações como: “[...] a senhora é contra ou a favor do turismo de pesca?”, permanecendo e respondendo sempre imparcialmente que chegaria a uma opinião após a conclusão da pesquisa.

Quadro 8 – Informações sobre a visão dos moradores em relação ao turismo e o modo de vida local

Interferências no Modo de Vida Local (Social/Cultural)	Média	Desvio Padrão
1- O turismo tem contribuído para uma melhor assistência sanitária na minha região.	4,618	1,18
2- Os serviços públicos (saúde, educação, água, luz, telefone) na minha região têm melhorado em função das atividades de turismo.	4,671	1,18

Continua...

...Continuação

Interferências no Modo de Vida Local (Social/Cultural)	Média	Desvio Padrão
3- Devido ao turismo a infraestrutura da região tem melhorado.	3,895	1,10
4- Devido ao turismo o acesso à região (disponibilidade de barcos) tem melhorado	3,724	1,05
5- As pessoas da localidade gostam de conhecer os turistas para ter contato com outras culturas.	2,329	1,14
6- O turismo favorece a recuperação das nossas tradições culturais.	2,987	1,08
7- O desenvolvimento do turismo na região tem feito com que se perca a tranquilidade que antes existia.	3,908	1,11
8- O desenvolvimento do turismo tem aumentado o número de crimes na minha região.	4,632	0,96
9- O encontro com turistas de outros locais do mundo constitui uma experiência positiva.	2,408	0,9
10- Devido ao turismo os valores religiosos têm experimentado uma modificação.	4,513	0,92
11- O desenvolvimento do turismo tem aumentado o consumo de drogas na região.	4,553	0,97
12- Devido ao turismo houve aumento de pessoas circulando pela região.	2,776	0,93
13- O turismo favorece a troca de experiências entre moradores e turistas.	2,461	1,09
14- Quando há muitos turistas, as pessoas da localidade não se sentem confortáveis na sua própria localidade.	3,645	1,04
15- O desenvolvimento do turismo na minha região tem provocado um aumento do trânsito de barcos pelos rios e igarapés da região.	3,895	0,94
16- O turismo tem provocado modificações nos hábitos/costumes das pessoas.	4,158	0,99
17- O turismo tem provocado episódios de vandalismo na região.	4,697	0,91
18- O turismo tem provocado um maior desenvolvimento de atividades culturais (festejos).	4,697	1,02
19- Devido ao turismo têm surgido episódios de prostituição na região.	4,829	0,81
20- O turismo tem feito com que os episódios de agressão sexual na região aumentem.	4,921	0,83

Fonte: A Autora (2014)

Quando questionados sobre a contribuição do turismo para uma melhor assistência sanitária, a média (4,618) mostra que eles discordam. Também discordam (4,671) que os serviços públicos como (saúde, educação, água, luz, telefone) têm melhorado em função das atividades de turismo. Com relação a essas informações, todos os comentários dos moradores referentes a esses questionamentos evidenciaram que esse descontentamento dos moradores é recorrente, há anos eles buscam auxílio sem nenhuma resposta.

Nogueira (2006), no estudo sobre infraestrutura para o turismo no Baixo Rio Branco, aponta que 96% dos entrevistados em quatro comunidades da região, inclusive a Vila Terra Preta, respondeu que não dispõe de energia, água potável,

sistema de esgoto, indicando que esse é um fator complicador para o desenvolvimento do turismo, apesar de existir uma demanda latente. O estudo aponta ainda que 63% dos entrevistados disseram que os serviços de saúde e segurança pública não são adequados. Quase dez anos depois do estudo (NOGUEIRA, 2006) os moradores da localidade ainda não concordam que infraestrutura inclusive a acessibilidade (disponibilidade de barcos) da região tenha melhorado conforme os itens 3 e 4 do quadro 8.

Quanto à satisfação dos entrevistados em conhecer os turistas, a média (2,329) aponta para um grau de concordância, apesar do pouco contato entre turistas e moradores, os comentários dos entrevistados consideram positivo este contato. Os moradores relatam que alguns turistas, antes de embarcar para os locais de pesca, conversam rapidamente com os mesmos e interagem perguntando sobre como é viver num lugar tão isolado e solicitam permissão para fotografar. Os residentes recordam que já receberam a visita de um grupo na comunidade e que apreciaram bastante esse contato. Concordam (2,408) que o encontro com turistas estrangeiros seja uma experiência positiva, mas comentam que há a barreira do idioma, porém concordam (2,461) também que o turismo favorece a troca de experiências entre moradores e turistas, como exemplo o comentário de um senhor de 62 anos que declarou depender economicamente do turismo: “[...] *o turista chega aqui para pescar trazendo suas ferramentas desenvolvidas, mas ele não sabe em qual parte do rio o peixe está [...], mas nós que trabalhamos com isso a vida toda, sabemos onde e qual peixe encontrar, somente pelo movimento da água ou pela planta que tem perto do local que serve como alimento para o peixe*” (respondente do questionário nº 29).

O estudo de Silva e Maia (2008) sobre a avaliação dos benefícios da atividade turística percebidos pelos moradores no Parque Nacional do Catimbau no município de Buíque-PE, destacou que o envolvimento com a atividade se limitava aos guias, e a maioria dos moradores se encontrava alheia à situação do parque, deste modo, poucos vinham se beneficiando mais diretamente com o turismo. De igual modo, fica evidente uma situação semelhante na região estudada, alguns moradores desconhecem o fato de que a comunidade está inserida numa área de proteção e que o envolvimento com a atividade turística também se limita aos guias de pesca.

Sobre o turismo favorecer a recuperação das tradições culturais locais, os respondentes concordam parcialmente (2,987), comentam que a vida na comunidade sempre foi a pesca, a caça e essa intimidade com a natureza, conhecer o comportamento dos peixes, por exemplo. Para eles, não foi o turismo que os levou a valorizar isso, enfatizam que a vida, para eles, é isso, embora considerem que com o turismo há uma valorização sim da vida do ribeirinho pescador pelo conhecimento que o mesmo possui das características da região.

Quanto à afirmação relativa à tranquilidade da região ter sido prejudicada com o advento do turismo, discordam parcialmente (3,908) que isso tenha acontecido, pois as ocorrências de conflitos existentes na região estão relacionadas à disputa pelo uso do recurso para pesca comercial/subsistência/esportiva. Discordam (4,632) que o número de crimes na região tenha aumentado devido ao desenvolvimento do turismo; que tenha aumentado (4,553) o consumo de drogas na região; e que episódios de vandalismo tenham sido provocados (4,697) após o início da atividade. Nesse aspecto os moradores sentem-se privilegiados pela tranquilidade existente no local, comentam que em toda história da comunidade nunca ouviram falar de um crime na Vila Terra Preta, nem antes e nem depois do início da atividade turística.

Quando questionados se os valores religiosos experimentaram alguma modificação devido ao turismo, o grau de concordância foi baixo (4,513), apontando para uma evidente discordância, uma vez que os moradores consideram que o turismo não interfere de maneira nenhuma em suas convicções religiosas. Concordam parcialmente (2,776) também que devido ao turismo houve aumento de pessoas circulando pela região, comentam que o turista vem para pescar e faz somente isso desde a chegada até a partida.

Em relação a não se sentir confortável com o grande número de turistas na localidade, os entrevistados discordam parcialmente (3,645) quando questionados sobre esse assunto. Comentam que quando há contato com os visitantes, é bastante agradável e que para eles o desconforto ocorre por não poderem receber o turista na comunidade em razão da falta de infraestrutura.

Quanto ao aumento de trânsito de barcos pelos rios e igarapés da região, os moradores discordam parcialmente (3,895) que isso tenha acontecido devido à atividade turística. Entende-se, pelo fato do isolamento geográfico, que as pessoas que mais transitam pela região são moradores de outras vilas ribeirinhas localizadas

no interior e entorno da APA Xeriuini, porém durante a temporada de pesca esportiva, conforme relatos de alguns moradores, mais barcos circulam pela região. Outros barcos procedem do Estado vizinho Amazonas, por vezes, barcos geleiros, visto que a região é desprovida de fiscalização.

Sobre o assunto modificações nos hábitos e costumes locais, os moradores discordam parcialmente (4,158) que o turismo tenha provocado modificações nesse aspecto, porém alguns moradores comentam que antes do turismo nenhuma pessoa da comunidade usava petrechos de pesca “sofisticados”, e depois do turismo pode-se observar o uso desses objetos por parte das pessoas que trabalham como guias de pesca, geralmente ofertados pelos turistas pelo sucesso na pescaria, ofertam também roupas e calçados apropriados para pesca esportiva. Para Rennó e Teixeira (2007, p. 222) a atividade turística pode interferir nos hábitos da comunidade em que se desenvolve, “[...] podendo alterar hábitos e costumes dos moradores e colocando o turista como um pólo distribuidor de informações que são assimiladas pelos residentes, afetando suas vidas para melhor ou para pior”.

Quando questionados se em função do turismo houve maior desenvolvimento de atividades culturais (festejos) na localidade a média foi alta (4,697), indicando um grau de concordância baixo. Um entrevistado foi enfático: “[...] *de todas as vilas do Baixo Rio Branco, a nossa é a mais tranquila, aqui só fazemos festa na igreja*” (respondente do questionário nº 41).

O assunto prostituição e agressão sexual foi abordado com bastante prudência, visto que notou-se um comportamento reservado por parte dos entrevistados ao tratar deste tema. Quando questionados se devido ao turismo desenvolvido na região têm surgido episódios de prostituição, a média alta indica um grau de concordância baixo (4,829). Na mesma proporção discordam (4,921) que tenham aumentado os episódios de agressão sexual na localidade e região devido ao turismo.

Essa abordagem foi analisada pela pesquisadora tendo em vista que o Estado de Roraima é apontado, de acordo com Oliveira (2008), como um dos principais eixos da rota internacional do tráfico de pessoas para fins de exploração sexual comercial, via BR-174, de Manaus-AM para Boa Vista-RR e posteriormente para Pacaraima-RR cidade fronteira com a Venezuela, visando atingir a Europa. Roraima, também, é o estado brasileiro com a “[...] maior taxa de estupro (42,7/100

mil) e de atentado violento ao pudor (43,4/100 mil), sendo cada vez mais expressivo o número de casos de violência sexual contra crianças” (ISA, 2011, pag. 39).

Embora alguns moradores, na ocasião da entrevista, tenham comentado que episódios de agressão sexual e prostituição já tenham ocorrido na região, eles não atribuíram tais ocorrências ao turismo. Observa-se que a região estudada está fora da rota mencionada acima, pois na região as rodovias são inexistentes, sendo possível o acesso somente por via fluvial ou aérea (em apenas duas localidades).

Em suma, pode-se inferir que, sob a ótica dos moradores entrevistados, as interferências do turismo no modo de vida dos residentes ribeirinhos não têm trazido contribuições como melhorias na assistência sanitária e nos serviços públicos (saúde, educação, comunicação, acessibilidade) da localidade e região. Contudo, têm contribuído para que os moradores sintam-se valorizados em poder empregar seus conhecimentos nessa atividade e viver no local em que sempre viveram, o qual consideram tranquilo sem a agitação e criminalidade dos centros urbanos.

O quadro 9 exhibe as informações sobre a visão dos moradores em relação ao turismo e o meio ambiente. Ao chamar a atenção para o assunto meio ambiente, os entrevistados concordam parcialmente (2,789) que o turismo exerce uma forte interferência sobre o meio ambiente da região, sendo percebida de maneira peculiar a cada entrevistado. Foi enriquecedor ao trabalho o registro dos comentários e justificativas das respostas dos moradores na abordagem deste assunto, uns enfatizam o ponto de vista econômico e outros pendem mais para o lado ambiental conservacionista.

Quadro 9 – Informações sobre a visão dos moradores em relação ao turismo e meio ambiente

Interferências no meio ambiente	Média	Desvio Padrão
1- O turismo exerce uma forte interferência sobre o meio ambiente da minha região.	2,789	1,57
2- O turismo tem contribuído para que se cuide mais do meio ambiente na minha região.	2,263	1,24
3- Eu participo de ações para preservar o meio ambiente.	2,263	0,91
4- Os empresários do turismo de pesca desenvolvem ações junto com as pessoas da localidade para preservar o meio ambiente.	3,079	1,46
5- O turismo provoca desordem e sujeira nos rios e igarapés da região.	3,750	1,28
6- O turismo provoca níveis de ruído muito elevados.	3,434	1,16
7- Devido ao turismo tem aumentado o volume de lixo nos espaços da comunidade.	3,829	0,90

Fonte: A Autora (2014)

Um desses comentários foi que a pesca para o turismo (pesca esportiva) ajuda a preservar os recursos: “[...] *hoje, nós pensamos duas vezes em matar o peixe, ele vale mais estando vivo do que morto, pensamos em cuidar mais do ambiente para garantir a satisfação do turista que vem para pescar*” (respondente do questionário nº 55). Após a criação da APA e do advento do turismo a pesca profissional/comercial foi proibida, conforme o Decreto nº 25 de 08/12/1999.

Nogueira e Ghedin (2010, p.794) identificaram a opinião de moradores da região do Baixo Rio Branco que fazem a relação dos rendimentos conseguidos através da pesca esportiva, “[...] um quilo de peixe quando fisdado por um pescador esportivo (que pesa, fotografa e devolve o individuo vivo para o ambiente natural), podendo ser pescado novamente pelo mesmo turista pescador ou por outro”. Já na pesca artesanal o peixe é retirado do ambiente natural e tem seu valor comercial menor do que na pesca esportiva, “[...] afirmam que 10 kg de peixe na pesca esportiva, poderá lhes render aproximadamente R\$ 200,00 por dia, enquanto que na pesca artesanal a mesma quantidade em kg lhes renderá apenas R\$ 70,00 por dia”. Em alguns dos comentários registrados pela pesquisadora, notaram-se posturas semelhantes aos identificados pelas autoras acima mencionadas.

Todavia, numa postura mais conservacionista, alguns entrevistados mencionaram o risco de sobrevivência do peixe após a captura/soltura pelo turista pescador, na modalidade de pesca esportiva em que é obrigatória a devolução do peixe às águas do rio. Aguiar e Gomes (2013) mostra o relato de um morador da região do Baixo Rio Branco sobre os peixes doentes encontrados por pescadores quando estes saem para pesca de subsistência, o morador comenta que o anzol (isca artificial usada na pesca esportiva, conforme mostra a figura 20) maltrata o peixe, rasga parte de sua boca e este fica dias sem poder se alimentar, muitas vezes é encontrado com a cabeça grande e o corpo fino, devido à falta de alimento.

O estudo de Barton (2002) mostra que após estímulos estressantes, o organismo do peixe pode evocar respostas não específicas podendo chegar a um desequilíbrio homeostático, se a situação estressante for severa e de duração longa o peixe não será capaz de recuperar a sua homeostase.

Se por um lado o turismo de pesca na região tem ajudado na preservação dos rios, da fauna e flora, por outro há que se pensar em medidas que minimizem essas interferências da prática de pesca, quanto aos equipamentos permitidos nesta

modalidade de pesca, causadas à ictiofauna, para que se possa pensar na preservação e conservação dos recursos em longo prazo.

Figura 20 – Tucunaré fisdgado com isca artificial



Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora (2012) e River Plate Pesca (2014)

Quando questionados se o turismo tem contribuído para que se cuide mais do meio ambiente, a média (2,263) aponta uma concordância, assim como para a participação em ações para preservar o meio ambiente. Concordam parcialmente (3,079) que os empresários do turismo de pesca desenvolvam ações para a preservação do meio ambiente juntamente com a comunidade.

Nessa direção, o estudo de Teixeira (2009) que analisou a visão da população de dois municípios do estado do Rio Grande do Sul sobre o turismo numa unidade de conservação e sua relação com as melhorias na qualidade de vida da população mostra que a maioria dos entrevistados (78%) reconhece que para a preservação do meio ambiente a criação do Parque Nacional da Lagoa do Peixe foi a melhor solução, na opinião desses entrevistados a população local está preservando mais o

meio ambiente pelo fato de existir uma unidade de conservação no entorno da cidade.

Ao serem perguntados se a atividade turística provoca desordem e sujeira nos rios e igarapés da região, assim como se o turismo provoca níveis de ruídos muito elevados e ainda se houve aumento do volume de lixo nos espaços da comunidade, as médias calculadas (3,750; 3,434) revelam uma oscilação entre a concordância parcial e a discordância parcial, o que foi justificado pelos comentários registrados no ato da entrevista que indicam incerteza por parte dos moradores ao responder esses questionamentos.

Sobre desordem e sujeira, comentam que a empresa atuante é bastante cuidadosa nesse quesito, mas não sabem responder sobre o destino dos resíduos derivados do atendimento ao turista nos locais de pesca, alguns sugeriram que é enterrado em algum local. Com relação aos níveis de ruídos elevados, comentam que há mais barcos circulando pela região, pois para cada dois pescadores é disponibilizado um barco equipado com motor, porém para que se realize a atividade de pesca o barco fica parado e o motor é silenciado. A respeito do aumento no volume de resíduos sólidos nos espaços da comunidade devido ao turismo, a média (3,829) aponta uma discordância parcial. Os entrevistados se reservam em conversar sobre o assunto, relatam que enterram ou queimam os resíduos.

Observou-se uma quantidade moderada de resíduos sólidos nos espaços da comunidade, conforme mostra a figura 21, aparentemente derivada de ações dos próprios moradores, não tendo relação com a atividade turística. Quanto a esse assunto, foram observadas pela pesquisadora algumas atitudes inapropriadas por parte dos moradores, como por exemplo, as duas registradas no diário de anotações: uma pessoa foi observada quando jogou uma sacola plástica no rio sem a menor preocupação, com o barco em movimento como se fosse algo muito natural e outro exemplo é o da pessoa que despejou no rio uma fralda descartável usada. Essas atitudes indicam a falta de sensibilidade no uso do recurso hídrico, que para essas pessoas é a única via de acesso para suas casas e a fonte do seu principal alimento, o peixe.

Ramos (2012, p. 110), que investigou a qualidade ambiental a partir da identificação de interferências ambientais decorrentes do turismo em três lagoas costeiras do sul do Brasil, aponta que os resíduos sólidos dispostos em locais

inadequados e a inexistência de coleta é algo que constantemente ocorre e se nota em áreas naturais que são visitadas por turistas, além de que essa condição pode prejudicar o meio ambiente (recurso hídrico, fauna e flora) e também torna-se um risco a saúde humana. Para o autor, “[...] os resíduos presentes em um local turístico podem prejudicar a experiência do turista, por meio da diminuição da qualidade estética da paisagem devido a sua presença”.

Apesar da não permanência do turista nos espaços da comunidade, esta é a porta de entrada para os locais de pesca, considerando que o primeiro contato do visitante com a região, após a vista aérea, acontece no momento do desembarque do mesmo na comunidade.

Figura 21 – Resíduos sólidos dispostos em alguns espaços da comunidade



Fonte: Pesquisa de Campo (2013)

Um aspecto ambiental que foi observado pela pesquisadora com bastante relevância para futuras discussões, é o fato da inexistência de saneamento básico sujeitar os moradores a utilizarem fossas rudimentares (próximo à margem do rio) para despejo de esgoto sanitário, o que pode acarretar contaminação das águas, além do lançamento de águas residuárias, sem tratamento, diretamente no rio.

Existem outros pontos a serem abrangidos numa análise das interferências ambientais na região estudada, como por exemplo, a estrutura instalada na região para o atendimento ao turista (hospedagem, alimentos e bebidas, lavanderia, barcos, etc.), a capacidade de carga das zonas de pesca e os equipamentos usados para a captura dos peixes, porém não foram considerados neste estudo por exigir um embasamento teórico específico à temática assim como visita ao local. No caso deste estudo o enfoque se deu na comunidade.

4.5 PARTICIPAÇÃO E ENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE EM RELAÇÃO AO TURISMO DE PESCA

Apesar de constar no documento oficial Evolução do Processo de Criação da APA Xeriuini – Resumo analítico do diagnóstico socioeconômico ambiental que a criação da unidade de conservação Área de Proteção Ambiental Xeriuini, em 1999, foi precedida de consulta aos moradores das comunidades em seu interior, e que estes a referendaram na condição de beneficiários diretos (Caracaraí, 2000), foi constatado que alguns dos moradores da Vila Terra Preta entrevistados desconheciam a informação de que a comunidade está inserida na referida UC até recente data.

Para averiguar se a comunidade estudada está envolvida na atividade que vem acontecendo há mais de uma década, foi perguntado sobre a participação em associações ou cooperativas e o conhecimento da legislação específica para o turismo de pesca na APA, além da perspectiva dos moradores para a atividade. O quadro 10 exibe as informações levantadas.

Sobre a existência de órgãos públicos para tratar assuntos relacionados ao turismo os entrevistados concordam parcialmente (2,645) que existem órgãos específicos responsáveis pela atividade na região. Também concordam parcialmente (2,776) que existem leis específicas para a o turismo de pesca na região. Em seus

comentários, revelaram que já foram realizadas algumas palestras para falar sobre o turismo, porém, geralmente, o modo de se expressar das pessoas responsáveis é de difícil compreensão. Entende-se que, por se tratar de assuntos referentes à legislação, os termos empregados para essa comunicação sejam de abrangência técnica, dificultando o entendimento por parte dos ribeirinhos.

Quadro 10 – Informações sobre a participação e envolvimento na atividade turística

Participação e Envolvimento	Média	Desvio Padrão
Existem órgãos públicos responsáveis por assuntos de turismo na minha região.	2,645	1,48
Existem Leis específicas para a atividade de turismo de pesca na região.	2,776	1,43
A prefeitura e os responsáveis políticos estão trabalhando para promover o turismo.	4,039	1,26
O turismo de pesca tem na atualidade uma grande importância para o meu Estado.	3,368	1,56
Eu apoio o desenvolvimento do turismo de pesca na minha região.	1,974	1,06
Eu tenho trabalho garantido na temporada de pesca.	3,592	1,81
Eu participo da Associação ou da Cooperativa de Pescadores.	4,447	2,05
Eu participo de Associação ou de Cooperativa de trabalhadores do turismo (piloteiro, camareira, cozinheira, garçom etc.)	5,658	0,95
Eu conheço as Leis que regulamentam a atividade de turismo de pesca na minha região.	4,158	1,25
Eu participo de atividades propostas pelo Poder Público para discutir sobre o turismo de pesca na minha região.	4,434	1,27
O turismo terá papel fundamental no desenvolvimento da minha região.	2,421	1,33

Fonte: A Autora (2014)

Ao serem perguntados se a prefeitura e os responsáveis políticos estão trabalhando para promover o turismo, a média (4,039) indica uma discordância parcial em relação a este assunto. Os entrevistados desabafam em seus relatos que em épocas eleitorais um número elevado de políticos visita a comunidade, mas passado esse período não recebem nenhuma atenção. Sobre as ações da prefeitura, os comentários são bastante pessimistas, a maior crítica se refere à saúde, educação e a falta de fiscalização.

Foi identificada uma atitude bastante passiva em relação ao descaso do Poder Público na assistência da região e na ausência de ações em relação ao turismo, porém os moradores se mostram inconformados com a oferta de apenas alguns empregos temporários gerados pelas empresas de turismo. Pinho e Santos (2013) consideram que o turismo pode ser um dinamizador da economia, porém, a base comunitária precisa cobrar ações do governo e das empresas. Entende-se que,

para que isso aconteça, a comunidade precisa estar informada sobre a legitimidade de suas reivindicações.

Vitório (2010) constatou, ao investigar a percepção dos moradores de Caracará-RR em relação ao desenvolvimento do turismo, que 85,37% dos entrevistados responderam que não conheciam o trabalho do governo local a favor do turismo na localidade e 91,46% disseram não participar de alguma ação proposta pelo governo a favor do turismo na localidade. A autora destacou que os sujeitos que declararam não conhecer o trabalho do governo local e não participar de alguma ação proposta pelo governo, bem como não participar de algum grupo organizado que considere propostas de desenvolvimento do turismo na localidade, possuíam o nível de escolaridade elevado e descartou a possibilidade desse não conhecimento e dessa não participação estarem relacionados à falta de instrução e informação, evidenciando certo desinteresse do Poder Público em levar suas ações ao conhecimento da população. No caso da Vila Terra Preta, pode-se deduzir que além do nível de escolaridade baixo dos moradores, essa interação com o Poder Público também é dificultada devido ao isolamento, porém esta situação não minimiza a responsabilidade do Órgão Público em dar mais assistência ao povo ribeirinho.

Quando questionados se consideram que o turismo, tem na atualidade, uma grande importância para o estado, os respondentes concordam parcialmente (3,368). Defendem que se houvesse mais atenção por parte do governo, quanto à fiscalização na região, seria um auxílio bastante proveitoso. Comentam que pelo fato de não haver fiscalização eles são os maiores prejudicados quanto aos benefícios do turismo, entretanto, concordam (1,974) sobre o seu apoio ao desenvolvimento do turismo de pesca na região.

Aguiar e Gomes (2013) mostram o relato de uma pesquisadora da Universidade Estadual de Roraima sobre a ineficiência da fiscalização em áreas amazônicas, como no caso da APA Xeriuini, onde é autorizada apenas pesca nas modalidades, subsistência e esportiva (FEMACT, 2011). Segundo a pesquisadora da UERR, o morador pescador usa técnicas artesanais que causam menor interferência na população de peixes, pescando para sua sobrevivência. Entretanto os barcos pesqueiros vindos do estado do Amazonas, que entram clandestinamente no interior da UC devido à ausência de fiscalização, utilizam tecnologias para capturas muito mais eficientes e com a finalidade de comercialização, ficando o ribeirinho residente

no interior da APA, que tem todo cuidado de selecionar o peixe para a atividade turística e o peixe para a sua alimentação, como maior prejudicado.

É fato constatado que o turismo gera empregos para as pessoas da localidade, mesmo que de modo sazonal. Porém ao serem perguntados se os moradores têm trabalho garantido na temporada de pesca, os entrevistados discordam parcialmente (3,592), e referem-se à quantidade de ofertas que não atende a todos que desejam trabalhar na atividade. Nogueira e Ghedin (2010) ressaltam que na região do Baixo Rio Branco, a principal atividade exercida pelos moradores é a pesca artesanal, o que lhes confere um grande conhecimento sobre os rios da região e a sua ictiofauna, porém não possuem os conhecimentos técnicos necessários para lidar com os turistas. Essa situação acarreta uma postura de ponderação por parte da empresa em considerar esse paradoxo na organização da atividade. No entanto, há obrigatoriedade em captar 80% da mão-de-obra junto às comunidades inseridas na UC.

Perguntados se participam de Associação ou Cooperativa de pescadores, os respondentes discordam parcialmente (4,447), notou-se que alguns moradores confundiam-se ao responder esse questionamento, pois na localidade não existem associações/cooperativas de pescadores e nem de trabalhadores do turismo, e sim uma associação de produtores rurais, a qual o seu presidente responde também como líder da comunidade. Em conversa com o líder comunitário, verificou-se que através dessa associação resolvem algumas questões formais referentes a repasse de valores pela empresa atuante na APA e formalizam solicitações junto a Órgãos Públicos sobre agricultura, nenhum assunto sobre a organização do turismo na comunidade é tratada nas reuniões dessa associação. De posse dessa informação ficou evidente o porquê da discordância total (5,658) em relação a afirmação quanto a participação em associação ou cooperativa de trabalhadores do turismo (piloteiro, camareira, cozinheira, garçom, etc.).

No assunto sobre conhecer as leis e normas que regulamentam a atividade do turismo de pesca na região a discordância parcial (4,158) verificada, deixa claro o afastamento da comunidade da possibilidade de estar mais envolvida e mais participativa nas decisões sobre a atividade na sua localidade.

Mendonça (2004) constatou que com a criação de uma cooperativa comunitária na comunidade da Prainha do Canto Verde litoral leste, no município de

Beberibe – CE, os moradores se organizaram em grupos de trabalho como artesanato, hospedaria, cozinha, guia de turismo e trilhas, além da diretoria, para melhor operação e funcionamento da cooperativa. A autora destacou ainda que o Poder Público, seja municipal, estadual ou federal, não exercia nenhuma influência sobre a gestão do turismo na comunidade e que os benefícios da atividade turística foram notórios considerando a participação comunitária, passando, o turismo, a ser visto de forma mais clara pela comunidade, como sendo uma nova prática que traz retornos positivos para o desenvolvimento local, uma vez que os recursos são aplicados para a melhoria das condições de vida comunitariamente, e não para beneficiar a poucos privilegiados.

Quando questionados se participam de atividades propostas pelo poder público para discutir o turismo de pesca na região, discordam parcialmente (4,434) e comentam que recentemente, numa data anterior à visita da pesquisadora, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo enviou agentes à comunidade para falar sobre a unidade de conservação, mas que em todos esses anos desde que se iniciou a atividade turística, nada em relação ao uso dos recursos para o turismo foi consultado ou informado de maneira compartilhada com a comunidade, por vezes, apenas alguns moradores tomam conhecimento de informações isoladamente. Mesmo diante deste quadro que mostra a população sobremaneira alheia a acontecimentos e decisões tomadas para o lugar onde vivem, os moradores concordam (2,421) de maneira otimista que o turismo ainda terá papel fundamental no desenvolvimento da região.

Mota, Vianna e Anjos (2013, p. 163) em seus estudos de casos brasileiros constataram que “a visão e os interesses dos setores públicos, privados e comunidade local precisam encontrar seus pontos convergentes” para que seus esforços e interferências sejam em “prol de resultados satisfatórios para todos os atores que interagem com a destinação turística.”

Nota-se que a única relação dos moradores com a atividade se dá por meio dos serviços prestados como guias de pesca, cozinheira/camareira, “fiscal” e auxiliar de serviços gerais e ainda de modo informal, ou seja, sem registro na carteira de trabalho, sem direito previdenciário e FGTS e com jornada de trabalho excessiva. O fato de não estarem organizados em associações ou cooperativas específicas, os torna sujeitos a condições de trabalhos extenuantes. Como foram considerados por

Nogueira e Ghedin (2010), que esses trabalhadores (guias de pesca) exercem suas atividades laborais em condições insalubres, sujeitos a acidentes de trabalho, pois realizam tarefas como: retirar e colocar iscas artificiais; desengatar iscas; auxiliar na retirada dos anzóis da boca dos peixes; cuidar da alimentação, bebidas e equipamentos dos turistas; organizar os barcos; e fazer o planejamento para o dia de pesca. Tudo isto faz com que a jornada de trabalho destes guias seja superior a 10 horas diárias.

Após essas análises é possível afirmar que a comunidade de Vila Terra Preta não participa e também não está sendo envolvida em discussões a respeito da atividade turística na região em que está inserida. É notório que a articulação da atividade está restrita aos gestores (Poder Público) e aos empresários, ficando a comunidade, além de excluída desse processo, vulnerável aos efeitos negativos das interferências e deixando de aproveitar os benefícios das mesmas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A região do baixo rio Branco está localizada ao sul do município de Caracaraí, no estado de Roraima, abrangendo grande área territorial dos municípios roraimenses Caracaraí e Rorainópolis. Essa região é constituída por várias unidades de conservação, duas federais, a ESEC Niquiá e PARNA Serra da mocidade, uma estadual APA Baixo Rio Branco e uma municipal a APA Xeriuni. Inseridas na APA Xeriuni estão sete comunidade tradicionais ribeirinhas, Sacai, Terra Preta, Lago Grande, Caicumbi, Cachoeirinha, Canauini e Panacarica, pertencentes ao município de Caracaraí.

Há mais de uma década atividades de turismo de pesca esportiva vêm sendo praticadas nessa região por empresas credenciadas junto a Prefeitura Municipal de Caracaraí, da qual obtiveram licenças para prática da atividade e concessão do uso dos recursos hídricos. Os rios Itapará, Água Boa do Univini e Xeriuni são ricos em piscosidade e foram considerados os melhores destinos de pesca do país, para a pesca do tucunaré. Situada à margem direita do Rio Xeriuni, que dá nome à unidade de conservação, está a comunidade Vila Terra Preta escolhida como objeto deste estudo por ter parte dos seus moradores contratados, pelas empresas credenciadas, para trabalhar como guias de pesca durante o período de estação seca no qual ocorre a temporada de pesca esportiva, sendo visitada pela pesquisadora, por um período de doze dias no mês de outubro de 2013.

Considerando as características da região e o histórico da atividade turística desenvolvida, diante de uma perspectiva de possibilidades propícia para o desenvolvimento de um modo de gestão que considere a oportunidade de participação da comunidade, reuniu-se um referencial teórico baseado no turismo de base comunitária e no impacto do turismo em comunidades receptoras para que fosse possível a análise das interferências do turismo de pesca, a partir da visão dos residentes. Além de referenciais sobre turismo de pesca e legislação específica ao assunto.

Ressalta-se que o estudo do turismo com base comunitária ganhou relevância nas últimas décadas, quando também as questões ambientais passaram a ocupar um alto grau de preocupação em relação às interferências negativas da atividade turística, como mostrados em estudos sobre esse tema: Ruschmann (1993), Pimbert

e Pretty (1997), Araújo, Carvalho e Silva (2005), Violi (2005), Cavalcante (2008), Barbosa e Silva (2011), D'Angelis e Silva (2014), que mesmo quando executada com base em planejamento são visíveis as interferências na sociedade e no ambiente. Frente a essa preocupação, empresas, governos e sociedade foram instigados a se sensibilizarem e a adotarem uma postura baseada nos princípios de respeito ao meio ambiente e de gestão compartilhada.

Como primeiro objetivo específico, este estudo buscou traçar o perfil do morador, tendo sido identificado que, na sua maioria, os moradores entrevistados, são de origem do próprio estado de Roraima, nascidos em Caracaraí, na região do Baixo Rio Branco. Isso denota uma expressiva relação dessas pessoas com o ambiente, pois sempre moraram no local onde nasceram; têm baixa escolaridade, com a maioria não tendo completado ensino fundamental, pois a política educacional que atende a região é sobremaneira precária e oferece possibilidade de estudo até a oitava série do ensino fundamental; é uma população jovem, economicamente ativa, observando a faixa etária dentro desse parâmetro; trabalham na agricultura, na pesca de subsistência e na coleta de sementes, atividades tradicionais do modo de vida da comunidade, sendo o turismo uma atividade recente na história da comunidade que vem sendo realizada há pouco mais de 10 anos; percebem renda salarial de até um salário mínimo, por vezes complementada pelo programa de transferência de renda do Governo Federal, Bolsa Família; moram em casas de madeira, que na opinião da pesquisadora é o tipo de moradia mais condizente com a realidade local; não têm acesso a saneamento básico, estando sujeitos aos males acarretados pela falta de saneamento; contam com energia elétrica de forma racionada, esta situação traz consequências em relação a armazenagem e conservação de alimentos; estão isolados em termos de telecomunicação, pois precisam se deslocar até a comunidade vizinha para uso de telefone público; e, declaram não depender economicamente da atividade turística, apenas 20% dos entrevistados declararam essa dependência em relação ao turismo.

O segundo objetivo específico avaliou que o atual desenvolvimento da atividade de turismo de pesca praticada na região vem sendo articulado na esfera municipal, no âmbito da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo (e apenas isso, sem nenhum plano local) sendo executada por empresas turísticas aptas a operar no local por meio de concessão do uso de recurso. Ficando a comunidade

excluída de qualquer discussão a respeito, muitas vezes sendo desrespeitada quanto ao seu modo de vida e às condições de sobrevivência que as características da região a impõe. Essa situação se mostra contrária aos objetivos e à conduta dos documentos legais que colocam as comunidades da região como beneficiárias diretas e indiretas da atividade. Conforme sustenta Irving (2009) e Coriolano (2003; 2009), o protagonismo da comunidade precisa ser evidenciado, pois a mesma mantém com o seu meio uma relação cotidiana de dependência e sobrevivência. Com o controle produtivo da atividade desde o planejamento, melhorias socioeconômicas podem ser alcançadas e também valorizar o envolvimento participativo, desenvolvendo o espírito comunitário.

Constatou-se ainda que, à comunidade cabe apenas o contentamento com empregos temporários, sendo admissível afirmar que o baixo grau de escolaridade a torna refém dessa situação. Mas por outro lado, ficou evidente a morosidade das lideranças políticas não somente quanto à falta de organização política da atividade turística no âmbito municipal, mas também quanto ao descaso evidenciado no que se refere à assistência educacional e de saúde pública, mesmo diante de um aporte de instrumentos legais para que se possam regulamentar suas ações. A educação das comunidades, corroborado por Rebelo (1999) como uma necessidade, seria um caminho possível de prevenção e superação desse quadro. Conforme sustenta a autora que propõe um Plano de Educação Turística, a comunidade poderá aprender a planejar e gerir a atividade.

Como destino turístico, o Baixo Rio Branco e o Estado de Roraima estão em desvantagem, tanto no aspecto promocional quanto nas estatísticas de demanda turística, ficando a vantagem para o estado do Amazonas onde estão constituídas a maioria das empresas que atuam na região. Entende-se que por mais que o turismo desenvolvido na região necessite da atuação dessas empresas operadoras da atividade, a comunidade pode se envolver na organização do turismo, de acordo com Irving (2009), mesmo que atores externos à atividade atuem como agentes indutivos, se a iniciativa não partir do âmbito local expressando os anseios da comunidade, certamente não haverá contribuição para o protagonismo social.

Com o auxílio do terceiro objetivo específico identificou-se que o turismo vem interferindo positiva e negativamente. Em relação à economia, os entrevistados entendem de modo positivo, os empregos oferecidos à comunidade, mesmo que

sazonais, geram e complementam a renda dos moradores. Um aspecto negativo em relação à economia, é que o fato da empresa atuante na APA estar constituída na cidade de Manaus-AM faz com que o recolhimento dos impostos pelos serviços prestados acabe sendo inseridos na receita do referido município, já que a empresa não tem domicílio fiscal constituído em Caracaraí-RR.

Quanto às interferências no modo de vida dos ribeirinhos, o turismo não tem trazido contribuições como melhorias na assistência sanitária e nos serviços de saúde, educação, comunicação, acessibilidade da localidade e região. Mas por outro lado, tem contribuído para que os moradores sintam-se valorizados em poder empregar seus conhecimentos nessa atividade, quando têm seu serviço contratado, e poder viver no local em que sempre viveram, que consideram bom para morar, sem índices de criminalidade, apesar da falta de assistência.

No que tange às interferências ambientais, para os moradores, o turismo contribui para que se cuide mais do meio ambiente e exerce uma forte interferência sobre o mesmo, e as percebem de forma peculiar a cada um, ou seja, alguns comentários registrados pela pesquisadora revelaram uma conduta mais econômica no sentido de preservar para lucrar, já outros se mostraram mais conservacionistas enfatizando a preservação dos recursos hídricos, da fauna, da flora e especificamente da ictiofauna ressaltando preocupação e até compaixão pelo estado do peixe após a captura/soltura. Também foram identificadas posturas irresponsáveis quanto ao manejo de resíduos sólidos nos espaços da comunidade, assim como atitudes inapropriadas em relação ao despejo de resíduos no rio.

Por meio do quarto e último objetivo específico foi possível analisar que a participação e envolvimento dos autóctones se mostra passiva em relação ao andamento da atividade não conhecendo as leis e normas que regulamentam a atividade do turismo de pesca na região. Para os residentes os líderes políticos não estão trabalhando adequadamente para promover o turismo na região e apesar de estarem inconformados com a situação, compreendem que pior seria se não tivessem esse complemento de renda por meio do turismo. Apesar de não estar envolvida em discussões referentes à atividade turística no seu local de vivência, e por vezes caber aos moradores aceitar decisões tomadas exogenamente, consideram que o turismo terá papel fundamental no desenvolvimento da região.

Com o propósito principal de analisar as interferências da atividade turística de pesca no Baixo Rio Branco, sob a ótica da comunidade de Terra Preta, pode-se dizer que o objetivo geral foi alcançado, revelando a opinião dos moradores entrevistados bem como as suas perspectivas em relação ao turismo de pesca e as interferências no modo de vida desses moradores. Os resultados revelaram a necessidade de organização da liderança política no âmbito da gestão municipal com ênfase no comprometimento e responsabilidade socioambiental, conforme os outorga a legislação. Também a necessidade da criação de ambientes de discussão e organização de iniciativa da população local, como por exemplo, Associação ou Cooperativa para que possam requerer melhorias para as condições de trabalho junto aos seus contratantes. Às empresas compete valorizar o trabalho dos guias de pesca contratados, pois muito mais do que a prestação do serviço, os mesmos estão disponibilizando seus conhecimentos a respeito dos rios e dos peixes, sem o qual seria mais difícil a obtenção de sucesso nas pescarias, que é o produto maior das empresas turísticas.

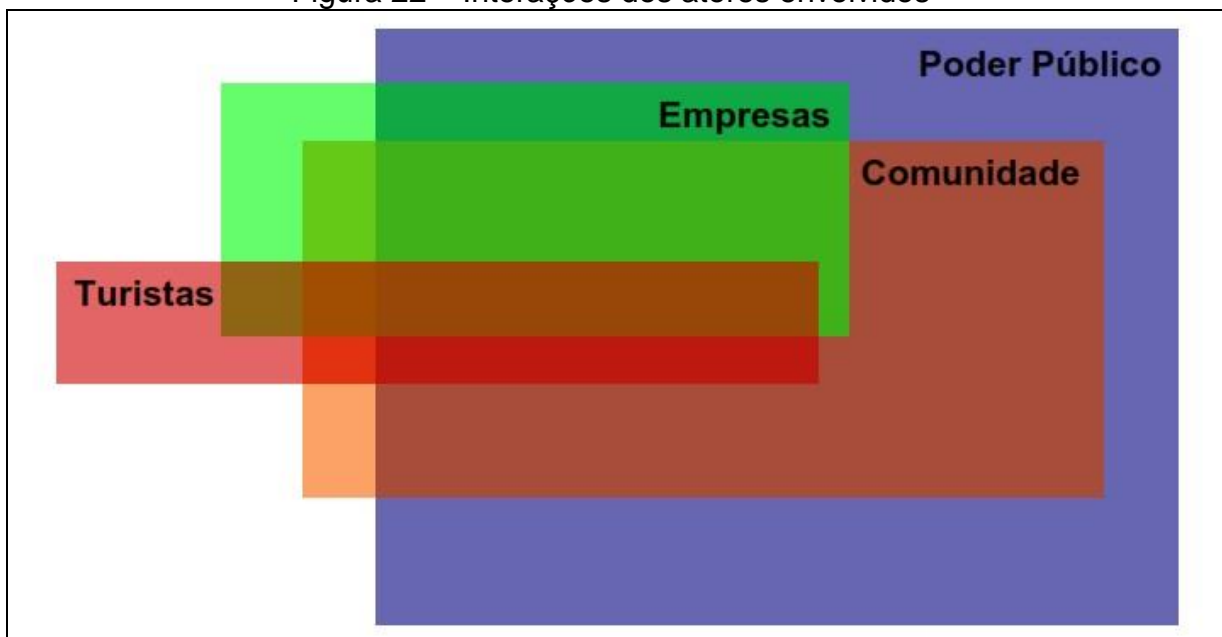
Nessa direção o Turismo de Base Comunitária como modelo de gestão se mostra uma alternativa para a inclusão da comunidade no processo de planejamento, organização e gestão da atividade, pois por meio desse modelo é possível visualizar o envolvimento efetivo dos moradores, atribuindo respeito às manifestações culturais próprias da região do Baixo rio Branco e valor adequado aos serviços prestados pela comunidade considerando o conhecimento que ela detém sobre o meio ambiente local. Com a criação de uma cooperativa comunitária, como foi constatado no estudo de Mendonça (2004), seria possível garantir postos de trabalho e renda como comércio ou aluguel de equipamentos para pesca, produção de artesanato local, alimentos e até hospedagem para o turista que tivesse preferência por ficar na comunidade, proporcionando emprego para mais pessoas e em diferentes funções.

Este trabalho busca contribuir para a construção de um planejamento da atividade de turismo na região e por isso sugere-se a proposta de levar o resultado dessa pesquisa em forma de relatório/diagnóstico à gestão municipal, assim como, em parceria com instituições de ensino interessadas, levar oficinas temáticas (legislação, meio ambiente, turismo comunitário, etc.), para os moradores da região estudada. Bezerra (2009), em estudo sobre educação ambiental, aponta que os

projetos são, na maioria, de caráter temporário, apenas para atender as exigências de um trabalho científico e que após o término desse trabalho, o pesquisador não retorna com os resultados para a comunidade. Apesar da distância e dificuldades de acessibilidade, é pretendido o retorno com os resultados para conhecimento da comunidade.

Este estudo traz ainda contribuição para a discussão sobre as relações existentes entre a atividade turística, as comunidades e o meio ambiente, bem como as interferências resultantes dessa relação, colocando o Turismo de Base comunitária como alternativa de gestão para comunidades dispostas a trabalhar com essa alternativa. Também contribui para discussões sobre a importância de valorizar a visão da comunidade sobre a atividade e suas interações socioambientais, e que esta pode auxiliar na mitigação das interferências negativas e na intensificação das interações positivas.

Figura 22 – Interações dos atores envolvidos



Fonte: A Autora (2014)

Foi possível observar, durante a realização deste trabalho, a carência de estudos sobre o turismo de pesca, constatando poucas publicações científicas sobre o assunto. Ressalta-se que a metodologia utilizada foi bastante eficiente desde a definição dos indicadores que auxiliaram na elaboração do instrumento de pesquisa às estratégias e ações para a coleta de dados, garantindo a confiabilidade da pesquisa.

Após a conclusão deste trabalho e analisadas as interações dos atores é possível apresentar questionamentos que podem desdobrar futuras pesquisas:

a) Como a comunidade pode se mobilizar para iniciar seu envolvimento nas discussões sobre o turismo na região? Para conhecer possíveis caminhos (Associação, Cooperativa, Oscip) que os residentes podem tomar para tornar efetiva a sua participação, e até que ponto estão interessados nessa mobilização.

b) O empresariado tem interesse em ser parceiro nas ações de planejamento? No entendimento de que é de fundamental importância conhecer também a visão/opinião do empresariado quanto à inclusão da comunidade nas discussões e desenvolvimento da atividade, revendo aspectos de suas ações identificados no quadro atual.

c) Quais fatores interferem na organização do Poder Público local? Para identificar fatores interferentes na constituição de um plano local da atividade turística que considere características da região, como as áreas ribeirinhas e as unidades de conservação, entendendo que com ações do Poder Público as interferências negativas identificadas poderiam ser amenizadas. A partir de um plano local a atividade contaria com um norte para a organização e para o envolvimento de todos os atores.

As Universidades podem exercer um papel fundamental de apoio a esses estudos, em parceria com o Poder Público, pois as pesquisas criam um ambiente de interação entre a Universidade e a Comunidade.

Registra-se a mudança de postura e de comportamento, por parte da pesquisadora, em relação à pesca esportiva, após as análises, leituras, reflexões e a visita realizada à comunidade, mais precisamente quanto ao ato de pescar e soltar. Na compreensão de que para o alcance do êxito na melhoria das condições de vida das pessoas, na preservação e conservação dos recursos usados na atividade, é preciso sair do ambiente de reflexão e iniciar ações palpáveis e legítimas. Enfim, acredita-se que com a disseminação dos resultados obtidos e sistematização das informações, outros pesquisadores venham a desenvolver o interesse em pesquisas na região e na produção de conhecimento científico sobre o tema.

6 REFERÊNCIAS

ALVES, T. J. C., VITÓRIO, L. S. Concepção dos atores sociais sobre turismo, desenvolvimento local no município de Caracaraí, Roraima. **Anais [...] I Encontro Semintur Jr. Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul – Saberes e Fazeres.** Caxias do Sul – RS, 2010.

AGRA, K. L. O., SILVEIRA, M. A. T. A apropriação da Amazônia como espaço turístico: da alteridade ao hibridismo. **Anais[...] XVI Encontro Nacional dos Geógrafos – Espaço de Diálogos e Práticas.** Porto Alegre – RS, 2010.

AGUIAR, E., GOMES, O. **Xeriuini.** Documentário, Caracaraí, RR, 2013.

ANDRADE, J. V. **Turismo: fundamentos e dimensões.** 8a. ed. São Paulo: Editora Ática, 2002.

ARAUJO, G. P., GELBCKE, D. L. Turismo Comunitário: uma perspectiva ética e educativa de desenvolvimento. **Turismo Visão e Ação – Eletrônica**, v. 10, nº 03. p. 357 – 378, set/dez. 2008

ARMSTRONG, R. An analysis of the conditions for success of community based tourism enterprises. International Centre for Responsible Tourism. **Ocasional Paper OP 21**, 2012.

BARBOSA, L. G. M., MARTELOTTE, M. C., ZOUAIN, D. M. Os impactos econômicos do turismo no município do Rio de Janeiro e suas implicações no desenvolvimento local. **Revista Turismo - Visão e Ação** - vol. 8 - n.3 p. 397-409 set. /dez. 2006

BARRERA, R. A. **Compartiendo buenas prácticas: Impactos del turismo rural comunitario en Costa Rica.** 1. ed. – San José, C.R. : Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo, 2007

BARTON, B. A. Stress in fishes: a diversity of responses with particular eference o changes in circulating corticosteroids. **Integrative and Comparative Biology**, v.42, p.517 - 525, 2002. Disponível em <<http://icb.oxfordjournals.org/content/42/3/517.full.pdf+html>>. Acesso em 17 ago 2014.

BRASIL. **Lei nº 11.959**, de 29 de junho de 2009. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/Lei/L11959.htm>. Acesso em: 07 mar. 2013.

_____. **Lei nº 11.771**, de 17 de setembro de 2008. Define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11771.htm>. Acesso em: 14 dez. 2013.

BURSTYN, I., BARTHOLO, R., DELAMARO, M. Turismo para quem?: sobre caminhos de desenvolvimento e alternativas para o Turismo no Brasil. 2009, p. 86). In: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Orgs.). **Turismo de Base**

Comunitária diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

CAMARGO, H. P. P. V, MACHIAVELLI, M. S., RAMOS, B. V. C. Interferências na localidade: considerações sobre turismo, cultura e descaracterização. **Anais [...] VIII Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo. UNIVALI– Balneário Camboriú/SC, 2011.**

CARACARAÍ. Prefeitura Municipal. **Decreto-Lei nº 25**, de 08 de dezembro de 1999. Dispõe sobre a criação da Área de Proteção Ambiental Xeriuini e dá outras providências.

_____. Prefeitura Municipal. **Lei nº 378**, de 18 de novembro de 2002. Institui a licença de pesca da Área de Proteção Ambiental Xeriuini e dá outras providências.

_____. Departamento de Meio Ambiente e Turismo. **Evolução do Processo de Criação da APA Xeriuini** – Resumo analítico do diagnóstico socioeconômico ambiental. DEMATUR, Caracaraí, 2010.

_____. Secretaria Municipal de Planejamento. **Informações Socioeconômicas do Município de Caracaraí – RR**, Caracaraí, 2010.

_____. Secretaria Municipal de Saúde. **Relatório Mensal do Sistema de Informação de Atenção Básica**. PSF Ribeirinho, SIAB, outubro, 2013.

CINTRA, I. H. A.; BEZERRA, S. N. **Caracterização da pesca artesanal do Estado de Roraima**. Cepnor/Ibama, 2001.

COOPER, C. FLETCHER, J. WANHILL, S. GILBERT, D. SHEPHERD, R. **Turismo**, princípios e prática. Trad. Roberto Cataldo Costa – 2.ed. - Porto Alegre: Bookman, 2001.

CORIOLOANO, L. N. M. T. O turismo comunitário do nordeste brasileiro. In: BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Orgs.). **Turismo de Base Comunitária** diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

DALL'AGNOL, S. Laguna como destino turístico: o pensar dos residentes. **Dissertação de Mestrado**, Caxias do Sul: UCS, 2009.

DE LA TORRE, O. **El turismo, fenómeno social**. México, Fondo de Cultura Económica, 1992.

DENCKER, A. F. M. **Métodos e técnicas de pesquisa em turismo**. São Paulo: Futura, 1998.

DITTON, R. B.; HOLLAND, S. M.; ANDERSON, D. K. Recreational fishing as tourism. **Fisheries**, 27 (3): 17-24, Mar. 2002.

FERREIRA, E.; ZUANON, J.; FORSBERG B.; GOULDING, M.; BRIGLIA-FERREIRA, S.R. **Rio Branco: peixes, ecologia e conservação de Roraima**, Manaus: INPA, 2007.

FIGUEIREDO, A. F. A. Participação Comunitária e Envolvimento Sustentável. In: **Anais [...] VI Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo** 10 e 11 de setembro de 2009

FILHO, H. O. S.; ANDRETTA, R. A.; NOGUEIRA, E. M. Diagnóstico preliminar do potencial de desenvolvimento da atividade de pesca esportiva na região do Baixo Rio Branco, Estado de Roraima. **Boletim Técnico Científico**. Cepnor, Belém, v. 5, n. 1, p. 173-195, 2005.

FORTUNATO, R. A., SILVA, L. S. Os significados do turismo comunitário indígena sob a perspectiva do desenvolvimento local: o caso da reserva de desenvolvimento sustentável do Tupé (AM). **Revista Cultura e Turismo - CULTUR**, ano 05 - nº 02 - Ago/2011

FORTUNATO, R. A.; SILVA, L.S. Os conflitos em torno do turismo comunitário na Prainha do Canto Verde (CE). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.6, n.1, jan/abr- 2013, pp.123-138.

GOLDNER, C. R., RITCHIE, J. R. B., MCINTOSH, R. W. **Turismo: princípios, práticas e filosofias**. 8. ed. – Porto Alegre: Bookmam, 2002.

GOODWIN, H. Reflections on 10 years of pro-poor tourism. **Journal of Policy Research in Tourism, Leisure and Events** 1 (1) March 2009: 90-94.

GOODWIN, H. & SANTILLI, R. **Community-Based Tourism: a success?** ICRT & GTZ., 2009. Disponível em: <<http://www.haroldgoodwin.info/uploads/CBTaSuccessPubpdf.pdf>> Acesso em 22 mar 2013.

GUZMÁN, T. L., CAÑIZARES S. S., PAVÓN, V. Community - based tourism in developing countries: a case study. **Tourismos: an international multidisciplinary journal of tourism** Volume 6, Number 1, Spring 2011, pp. 69-84, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estimativa da População 2012**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=rr&tema=estimativa2012>>. Acesso em: 12 jun 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA. **Pesque-e-solte: informações gerais e procedimentos práticos**. Centro Nacional de Informações, Tecnologias Ambientais e Editoração, Brasília – DF, 2006. Disponível em <www.ibama.gov.br/sophia/cnia/livros/pesqueesolte.pdf>. Acesso em: 14 jun 2013.

INSTITUTO SOCIO AMBIENTAL – ISA. **Diversidade socioambiental de Roraima: subsídios para debater o futuro sustentável da região** / [organização Ciro Campos]. – 2ª ed. revisada, São Paulo: Instituto Socioambiental, 2011.

IRVING, M. A. Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária: inovar é possível?. In: BARTHOLO, R; BURSZTYN, I; SANSOLO, D. (Orgs.). **Turismo de**

Base Comunitária diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

ITERAIMA – Instituto de Terras e Colonização de Roraima. **Planejamento Estratégico 2008-2011**. Boa Vista, 2010.

KÖECHE, J. C. **Fundamentos de metodologia científica**: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. 29. Ed.-Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MALDONADO, C. **Pautas metodológicas para el análisis de experiencias de turismo comunitário**. 2005. Disponível: < http://www.ilo.org/empent/Publications/WCMS_117525/lang--es/index.htm >. Acesso em mar 2013.

MARTOS, H. L., MARTOS, M. Y. H. G. Turismo de Pesca. In: TRIGO, L. G. G. **Análises regionais e globais do turismo brasileiro**. São Paulo: Rocca, 2005.

MENDONÇA, T. C. M. Turismo e participação comunitária: ‘Prainha do Canto Verde, a “Canoa” que não quebrou e a “Fonte” que não secou?’. **Dissertação de Mestrado**, Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.

MENDONÇA, T.C. M., IRVING, M. A. Turismo de comunitária: a participação como prática no desenvolvimento de projetos turísticos no Brasil – Prainha do Canto Verde, Beberibe (CE). **Caderno Virtual de Turismo** vol. 4, N° 4, 2004.

MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA. 1º Encontro Nacional da Pesca Amadora – **Documento final**, Brasília, 2010. Disponível: < http://www.mpa.gov.br/images/Docs/Pesca/Pesca_Amadora/TEXT0_BASE_FINAL_enpa.pdf >. Acesso em mar 2013.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Turismo de Pesca**: orientações básicas. / Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. – 2.ed. – Brasília: Ministério do Turismo, 2010. Disponível em: < http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Turismo_de_Pesca_Versxo_Final_IMPRESSxO_.pdf >. Acesso em mar 2013.

_____. **Marcos Conceituais**. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. Disponível em: < http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Marcos_Conceituais.pdf >. Acesso em mar 2013.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Bolsa Família**. Disponível em < <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia> >. Acesso em 12 ago 2014.

MOESCH, M. M. **A produção do saber científico**. São Paulo: Contexto, 2000.

MOTA, K. C. N., VIANNA, S. L. G., ANJOS, F. A. **Competitividade das destinações**

turísticas: estudo de casos brasileiros. São Paulo: Atlas, 2013.

NOGUEIRA, E. M. Turismo no baixo rio Branco: diagnóstico de capacitação e infraestrutura. **Norte Científico** – v. 1, n. 1 dezembro de 2006. Disponível em < <http://reitoria.ifrr.edu.br/SISTEMAS/revista/index.php/revista/article/view/43>>. Acesso em jul 2014.

NOGUEIRA, E. M., SILVA, G. P., GHEDIN, L. M., DANTAS, S. L. O. Mapa de los hoteles de selva para la pesca deportiva en el bajo río Branco (Roraima, Brasil). **Revista Geográfica de América Central**, Número Especial EGAL, pp. 1-11 II Semestre, 2011 – Costa Rica. Disponível em <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal13/Nuevastechnologias/Sig/14.pdf>>. Acesso em abr 2014.

NOGUEIRA, E. M., GHEDIN, L. M. A pesca esportiva como suporte para o turismo de base local no baixo rio Branco no Estado de Roraima. **Anais [...] XI ENCONTRO NACIONAL DE TURISMO COM BASE LOCAL - Turismo e Transdisciplinaridade: novos desafios.** Niterói – RJ, 2010.

OLIVEIRA, A. M., MARINHO, M. Comunidade quilombola de Furnas do Dionísio: aspectos relacionais entre cultura, turismo e desenvolvimento local. In: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Orgs.). **Turismo de Base Comunitária** diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

OLIVEIRA, S. D. F. A., TEIXEIRA, R. M. Contribuição socioeconômica do setor privado na atividade turística: o caso de Canindé de São Francisco – SE. **Turismo - Visão e Ação** - vol. 7 - n.2 p. 291 - 310 maio / ago. 2005.

OLIVEIRA, R. S. Um olhar sobre as redes de prostituição e tráfico de mulheres na fronteira Brasil-Venezuela a partir das rodovias BR-174 e TRONCAL 10. In: **Actas del X Coloquio Internacional de Geocrítica** – Diez Años de Cambios en el Mundo, en la Geografía y en las Ciencias Sociales, 1999-2008. Universidad de Barcelona, 26-30 de mayo de 2008. Disponível em: < <http://www.ub.es/geocrit/-xcol/222.htm>>. Acesso em 16 jul 2014.

OMT – Organização Mundial do Turismo. **Guia de Desenvolvimento do Turismo sustentável.** Porto Alegre: Bookman, 2003.

PINHO, T.R.R., SANTOS, A.J.C. Passivos socioambientais oriundos de empreendimentos turísticohoteleiros e seus impactos na base comunitária. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.6, n.1, jan/abr-2013, pp.297-312.

POUPART, J., DESLAURIERS, J. P., GROULX, L. H., LAPERRIÈRE, A. MAYER, R., PIRES, A. AL. **A Pesquisa Qualitativa:** enfoques epistemológicos e metodológicos / tradução de Ana Cristina Nasser. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

RAMOS, B. V. C. Interferências do uso turístico na qualidade ambiental de lagoas costeiras do litoral norte do Rio Grande do Sul. **Dissertação de Mestrado**, Caxias do Sul: UCS, 2012.

REBELO, S. M. Plano Municipal de Educação Turística – PMET: um modelo para os municípios brasileiros de potencial turístico. **Turismo Visão e Ação**. V.1 – n.2 – out-1998/mar-199, p.89.

RENNÓ, L. C., TEIXEIRA, D. J. O impacto do turismo nos hábitos de consumo de uma comunidade de pequeno porte. **Turismo - Visão e Ação** - vol. 9 - n.2 p. 217-232 maio /ago. 2007

REVISTA FORBES. **Ranking dos melhores destinos de pesca esportiva do mundo**. Disponível em <<http://www.forbes.com/forbes-life-magazine/2010/0524/top-ten-fly-fishing-lodges-no-fish-rests-easy.htm%20>> Acesso em 12 fev 2012.

RIBEIRO, M. Turismo comunitário: relações entre anfitriões e convidados. In: PANOSSO NETO, A.; ANSARAH, M. G. (Eds) **Segmentação do mercado turístico: estudos, produtos e perspectivas** Barueri, SP: Manole, 2009.

RIVER PLATE PESCA. Opções de viagem – **opções de tarifas**. Disponível em <<http://www.riverplatepesca.com.br/opcoes-de-viagem>>. Acesso em abr 2014.

_____. Opções de viagem – **itinerário**. Disponível em <<http://www.riverplatepesca.com.br/itinerario>>. Acesso em abr 2014.

_____. Opções de viagem – **cabanas flutuantes**. Disponível em <<http://www.riverplatepesca.com.br/cabanas-flutuantes>>. Acesso em abr 2014.

_____. Fotos – **Pesca**. Disponível em <<http://www.riverplatepesca.com.br/fotos-tucunare-amazonia>>. Acesso em jan 2014.

_____. Mapa e Links – **mapa dos pesqueiros**. Disponível em: <<http://www.riverplatepesca.com.br/mapa-pesca-amazonia>>. Acesso em abr 2014.

RODRIGUES, A. B. (Org.). **Turismo e desenvolvimento local**. São Paulo: Hucitec, 1999.

RUSCHMANN, D. V. M. **Turismo e Planejamento Sustentável: a proteção do meio ambiente**. 4. ed. Campinas: Papyrus, 1999.

SANTANA, A. **Antropologia do turismo**. Analogias, encontros e relações. São Paulo: Aleph, 2009.

SEPLAN – Secretaria de Planejamento do Estado de Roraima. **Perfil sócio econômico do Estado de Roraima – atualização 2003**. Boa Vista, 125 p., 2004.

SILVA, J. H., MAIA F. B. A. O turismo no parque nacional do catimbau: avaliação dos benefícios da atividade percebidos pelos moradores. **Turismo Visão e Ação** – Eletrônica, v. 10, nº 02. p. 204 – 220, mai/ago. 2008

SILVEIRA, M. A. T. Planejamento Territorial e Dinâmica Local: bases para o turismo sustentável. In RODRIGUES , A. B. (Org.). **Turismo e desenvolvimento local**. São Paulo: Hucitec, 1999.

SOUZA, J. A. B. Os impactos socioambientais do turismo nas comunidades

receptoras: reações de adaptação. **Rosa dos Ventos** 4(1) 4-14, jan-jun, 2012

SOLHA, K. T. Turismo de pesca. In: PANOSSO NETO, A.; ANSARAH, M. G. (Eds) **Segmentação do mercado turístico: estudos, produtos e perspectivas** Barueri, SP: Manole, 2009.

SPERB, M. P., TEIXEIRA, R. M. A sustentabilidade ambiental do turismo na Ilha do Mel, PR: perspectiva dos gestores públicos. **Turismo - Visão e Ação** - vol. 8 - n.3 p. 437-453 set. /dez. 2006

SCHLÜTER, R. G. **Metodologia da pesquisa em turismo e hotelaria**. Tradução Tereza Jardim. São Paulo: Aleph, 2003.

TEIXEIRA, P. R. A visão da população de Mostardas e Tavares-RS sobre a contribuição do turismo no Parque Nacional da Lagoa do Peixe ao desenvolvimento local. **Dissertação de Mestrado**, Caxias do Sul: UCS, 2009.

VASCONCELOS, F. P., CORIOLANO, L. N. M. T. Impactos Sócio-Ambientais no Litoral: Um Foco no Turismo e na Gestão Integrada da Zona Costeira no Estado do Ceará/Brasil. **Revista de Gestão Costeira Integrada** 8(2):259-275, 2008.

VIANNA, S. L. G. A competitividade e a qualidade de vida na destinação turística: análise quanto à sua correspondência. **Tese de Doutorado**, Biguaçu: Univali, 2011.

VITÓRIO, L. S. Percepção da comunidade local em relação ao desenvolvimento da atividade turística no município de Caracaraí – Roraima. **Monografia**, Boa Vista: UERR, 2010.

WWF-BRASIL. **Certificação em Turismo: lições mundiais e recomendações para o Brasil**. Salazar, Sérgio (Coord.). Brasília: wwf-Brasil, 2001.

ZAMINGNAN, G., SAMPAIO, C. A. C. Turismo de base comunitária como perspectiva para a preservação da biodiversidade e de modos de vidas de comunidades tradicionais: a experiência da micro-bacia do rio Sagrado, Morretes (PR). In: **Anais [...]** V Encontro Nacional da Anppas. Florianópolis –SC, 2010.

APÊNDICES

Apêndice I – Instrumento de Pesquisa (Questionário)

PESQUISA SOBRE O TURISMO DE PESCA NO BAIXO RIO BRANCO, RORAIMA

Caro Morador,

Está sendo realizado um estudo com o tema “Turismo de Pesca no Baixo Rio Branco, Roraima”, com o objetivo de analisar, a partir da visão da comunidade, quais as interferências do Turismo de Pesca na região. Esta pesquisa faz parte da dissertação da mestranda Luciana de Souza Vítório e a orientação é do Prof. Dr. Silvio Luiz Gonçalves Vianna, do Mestrado em Turismo da Universidade de Caxias do Sul - UCS. Todas as informações do questionário são sigilosas e serão de uso exclusivo para a realização da pesquisa, da dissertação, ou dos relatórios e artigos que dela resultarem. Agradecemos desde já a colaboração e a participação na pesquisa. O questionário deverá ser devolvido para a pesquisadora, após o preenchimento.

Agradecemos sua colaboração!

Identificação do Respondente		
Cidade: _____		
Bairro: _____		
Escolaridade: _____		
Idade: _____	Gênero: _____	Estado Civil: _____
Numero de Filhos: _____		
Trabalha: () Sim () Não Depende Economicamente do Turismo: () Sim () Não		
Renda Familiar Mensal: A() B() C() D() E() F()		
RENDA FAMILIAR - FAIXAS (em Salários Mínimos - SM)		
A - Acima de 20 SM (R\$ 13.560,00 ou mais) B - de 10 a 20 SM (de R\$ 6.780,00 até R\$ 13.559,99) C - de 4 a 10 SM (de R\$ 2.712,00 até R\$ 6.779,99) D - de 2 a 4 SM (de R\$ 1.356,00 até R\$ 2.711,99) E - Até 2 SM (até R\$ 1.355,99) F - Sem Renda		
Naturalidade: _____		
Tempo de Residência no Município: _____		

	1	2	3	4	5	6
Analise cada uma das afirmações abaixo relativas ao Turismo de Pesca na região e defina seu grau de concordância com cada uma delas utilizando a seguinte escala: 1 - Concordo Plenamente, 2 - Concordo, 3 - Concordo Parcialmente, 4 - Discordo Parcialmente, 5 - Discordo e 6 - Discordo Totalmente.						
01 - Existem órgãos públicos responsáveis por assuntos de turismo na minha região.						
02 - Existem Leis específicas para a atividade de turismo de pesca na região.						
03 - As prefeituras e responsáveis políticos estão trabalhando para promover o turismo.						
04 - As pessoas da região têm mais dinheiro para gastar graças ao turismo de pesca.						
05 - O turismo de pesca gera empregos na minha localidade.						
06 - O turismo de pesca gera empregos na minha região.						
07 - O turismo de pesca gera impostos para o Estado.						
08 - O turismo de pesca gera impostos para o Município.						
09 - O turismo de pesca ajuda a aumentar a renda familiar dos moradores da região.						
10 - O turismo na minha região faz com que existam postos de trabalho muito desejáveis.						
11 - O turismo tem feito com que subam os preços na minha região.						
12 - Os benefícios derivados do turismo são mais importantes para minha região do que os benefícios derivados da agricultura ou da pesca artesanal.						
13 - O turismo de pesca tem na atualidade uma grande importância para o meu Estado.						
14 - O turismo de pesca é uma das principais fontes de renda da minha região.						
15 - O turismo tem contribuído para uma melhor assistência sanitária na minha região.						
16 - Os serviços públicos (saúde, educação, água, luz, telefone) na minha região têm melhorado em função das atividades de turismo.						
17 - As pessoas gostam de conhecer os turistas para ter contato outras culturas.						
18 - O turismo favorece a recuperação das nossas tradições culturais.						
19 - O desenvolvimento do turismo na região tem feito com que se perca a tranquilidade que antes existia.						
20 - O desenvolvimento do turismo tem aumentado o número de crimes na minha região.						
21 - O encontro com turistas de outros locais do mundo constitui uma experiência positiva.						
22 - Devido ao turismo os valores religiosos têm experimentado uma modificação.						
23 - O desenvolvimento do turismo tem aumentado o consumo de drogas na região.						
24 - Devido ao turismo houve aumento de pessoas circulando pela região.						
25 - O turismo favorece a troca de experiências entre moradores e turistas.						
26 - Quando há muitos turistas, as pessoas da localidade não se sentem confortáveis na sua própria localidade.						
27 - O desenvolvimento do turismo na minha região tem provocado um aumento do trânsito de barcos pelos rios e igarapés da região.						

	1	2	3	4	5	6
Analise cada uma das afirmações abaixo relativas ao Turismo de Pesca na região e defina seu grau de concordância com cada uma delas utilizando a seguinte escala: 1 - Concordo Plenamente, 2 - Concordo, 3 - Concordo Parcialmente, 4 - Discordo Parcialmente, 5 - Discordo e 6 - Discordo Totalmente.						
28 - Devido ao turismo a infraestrutura da região tem melhorado.						
29 - Devido ao turismo o acesso à região (disponibilidade de barcos) tem melhorado.						
30 - O turismo tem provocado modificações nos hábitos/costumes das pessoas.						
31 - O turismo tem provocado episódios de vandalismo (criminalidade) na região.						
32 - O turismo tem provocado um maior desenvolvimento de atividades culturais (festejos).						
33 - Devido ao turismo têm surgido episódios de prostituição na região.						
34 - O turismo tem feito com que os episódios de agressão sexual na região aumentem.						
35 - O turismo exerce uma forte interferência sobre o meio ambiente na minha região.						
36 - O turismo tem contribuído para que se cuide mais do meio ambiente na minha região.						
37 - Eu participo de ações para preservar o meio ambiente.						
38 - Os empresários do turismo de pesca desenvolvem ações junto com as pessoas da localidade para preservar o meio ambiente.						
39 - O turismo provoca desordem e sujeira nos rios e igarapés da região.						
40 - O turismo provoca níveis de ruído muito elevados.						
41 - Devido ao turismo tem aumentado o volume de lixo nos espaços da comunidade.						
42 - Eu apoio o desenvolvimento do turismo de pesca na minha região.						
43 - Eu tenho trabalho garantido na temporada de pesca.						
44 - Eu participo da Associação ou da Cooperativa de Pescadores.						
45 - Eu participo de Associação ou de Cooperativa de trabalhadores do turismo (piloteiro, camareira, cozinheira, garçom etc).						
46 - Eu conheço as Leis que regulamentam a atividade de turismo de pesca na minha região.						
47 - Eu participo de atividades propostas pelo Poder Público para discutir sobre o turismo de pesca na minha região.						
48 - O turismo terá papel fundamental no desenvolvimento da minha região.						

Apêndice II – Instrumento de Pesquisa (Roteiro de Entrevista) não aplicado

PESQUISA SOBRE O TURISMO DE PESCA NO BAIXO RIO BRANCO, RORAIMA

Caro Morador,

Está sendo realizado um estudo com o tema “Turismo de Pesca no Baixo Rio Branco, Roraima”, com o objetivo de analisar, a partir da visão da comunidade, quais as interferências do Turismo de Pesca na região. Esta pesquisa faz parte da dissertação da mestranda Luciana de Souza Vitório e a orientação é do Prof. Dr. Silvio Luiz Gonçalves Vianna, do Mestrado em Turismo da Universidade de Caxias do Sul - UCS. Todas as informações são sigilosas e serão de uso exclusivo para a realização da pesquisa, da dissertação, ou dos relatórios e artigos que dela resultarem. Agradecemos desde já a colaboração e a participação na pesquisa. O questionário deverá ser devolvido para a pesquisadora, após o preenchimento.

Agradecemos sua colaboração!

Identificação do Respondente		
Cidade: _____		
Bairro: _____		
Escolaridade: _____		
Idade: _____	Gênero: _____	Estado Civil: _____
Numero de Filhos: _____		
Trabalha: () Sim () Não Depende Economicamente do Turismo: () Sim () Não		
Profissão: _____		
Função (Temporada de Pesca): _____		
Tempo que Trabalha na Atividade Turística de Pesca: _____		
Renda Familiar Mensal: A() B() C() D() E() F()		
RENDA FAMILIAR - FAIXAS (em Salários Mínimos - SM)		
A - Acima de 20 SM (R\$ 13.560,00 ou mais)		
B - de 10 a 20 SM (de R\$ 6.780,00 até R\$ 13.559,99)		
C - de 4 a 10 SM (de R\$ 2.712,00 até R\$ 6.779,99)		
D - de 2 a 4 SM (de R\$ 1.356,00 até R\$ 2.711,99)		
E - Até 2 SM (até R\$ 1.355,99)		
F - Sem Renda		
Naturalidade: _____		
Tempo de Residência no Município: _____		

ROTEIRO DE ENTREVISTA

- 1) Você está satisfeito(a) com o salário recebido pelo trabalho na temporada de pesca? Por quê?
- 2) Qual a duração da temporada de pesca?
- 3) Quando não está trabalhando na atividade turística em qual atividade você trabalha?
- 4) Na outra atividade que trabalha, você ganha mais ou ganha menos do que quando trabalha no turismo?
- 5) Você está satisfeito com o seu trabalho no turismo e sente vontade de passar o seu conhecimento para outras pessoas?
- 6) Você se considera uma pessoa bem informada quando o assunto é turismo de pesca? Por quê?
- 7) Para você, o turismo que vem acontecendo na região do Baixo rio Branco interfere na economia do município de Caracaraí?
- 8) Para você, o turismo que vem acontecendo na região do Baixo rio Branco interfere na economia da Vila Terra Preta? Por quê?
- 9) Para você, o turismo que vem acontecendo na região do Baixo rio Branco interfere no meio ambiente da Vila Terra Preta? Por quê?
- 10) Para você, o turismo que vem acontecendo na região do Baixo rio Branco interfere no meio ambiente da região? Por quê?
- 11) Indique as interferências do turismo de pesca que você considera positivas para a região.
- 12) Para você, essas interferências positivas representam benefícios para as pessoas que moram em Vila Terra Preta? Por quê?
- 13) Os Benefícios que o turismo proporciona ajuda a melhorar as condições de vida das pessoas? De que forma?
- 14) Indique as interferências do turismo de pesca que você considera negativas para a região.
- 15) Para você, essas interferências negativas representam prejuízos para as pessoas que moram em Vila Terra Preta? Por quê?
- 16) Os prejuízos que o turismo acarreta faz com que piore as condições de vida das pessoas? De que maneira?
- 17) Você gostaria de estar melhor informado sobre assuntos relacionados ao turismo de pesca? Por quê?
- 18) O que você espera da atividade turística (turismo de pesca) na região do Baixo Rio Branco?
- 19) Você considera importante participar desta pesquisa? Por quê?
- 20) Se desejar, faça comentários e sugestões sobre a entrevista/pesquisa.

ANEXOS

Anexo II – Mapa dos Pesqueiros Empresa River Plate Pesca (verso)



PEQUEIROS EXCLUSIVOS EM BARCOS
River Plate Pesca
Tucunare

BLACK WATER EXPLORER
HOUSEBOAT

Fly-In **I** FLOATING CABINS
Fly-In **II** FLOATING CABINS
Fly-In **III** FLOATING CABINS
Fly-In **IV** FLOATING CABINS
Fly-In **V** FLOATING CABINS
Fly-In **VI** FLOATING CABINS

Av. Rodrigo Otávio Nº. 2890 sala 1 Altos, Cep. 69.077.000
Distrito Industrial - Manaus - Amazonas - Brasil
Rua Raul Oliveira, 1 conjunto Anjaris
CEP 69.300.000 Canoas - Roraima / Brasil

www.RiverPlatePesca.com
www.facebook.com/RiverPlateAnglers
info@riverplateoutfitters.org

Bangalôs Flutuantes
MOBILIDADE E CONFORTO

Os bangalôs são revestidos por fora com lona de vinil e por dentro, com isolamento térmico de 3" e forro de acrílico o que permite que a temperatura interna seja de uma confortável 21° C por volta das 18:00 horas e de uma 18° C por volta das 22:00 horas. As novas cabines com 61 metros quadrados têm grandes janelas com vistas panorâmicas sobre os quatro lados da posada e chuveiro privativo com chuveiro quente, telefone, Internet e serviço de e-mail.

As paredes são totalmente enteadas e sombreadas em ambos os lados. Internamente as paredes são revestidas com cortinas.

Estrutura totalmente de aço.

Água pressurizada.

Vaso ecológico embutido no piso.

Dois confortáveis camas de tamanho padrão.

3,03 mt

4,81 mt

Apenas 20 cm de calado.

Framente de alumínio totalmente soldado e com assuêlo acurçado. O fundo é chato e liso construído para suportar os arrastos das pedras nas corredeiras e nos bancos de areia.



A Liga otimiza qualquer alteração nos níveis dos rios utilizando mais de **30 pesqueiros REMOTOS** e protegidos por barreiras naturais espalhados em um raio de 300 milhas.

TUCUNARÉ

RECORDE MUNDIAL DE PESCA

A capacidade de ultrapassar os baixios ...

... é a chave para uma pescaria excepcional do Tucunaré. Barco Hotéis de pesca esportiva, barcos de pesca comercial e até mesmo a pesca de sobrevivência tem que parar quando os baixios impedem sua progressão e passagem. E além destes obstáculos que a pescaria dos grandes açúes realmente acontece! Nossos bangalôs flutuantes estão, entre 4 e 6 horas, (mesmo se uma super voadeira for utilizada) acima destas barreiras.



Nossos Bangalôs, com conforto e estilo, podem navegar e pescar através das barreiras naturais, como os baixios, se tiverem um mínimo de 20 cm de água.



Nós transportamos nosso grupo de 8 pescadores direto de Manaus até nossos confortáveis Bangalôs em um hidroavião Cessna Caravan.





Embora muitas posadas fixas, incluindo nossas posadas nos rios Jufari e Itaperá, foram construídas além destas barreiras naturais, elas não possuem mobilidade alguma, no intuito de procurar águas com melhores níveis. Ainda mais, estas áreas sofrem alta pressão de pesca duas ou três horas no acima e/ou rio abaixo. Nossos bangalôs flutuantes, porém, podem ser movimentados diariamente, se necessário for, para pontos ainda não pescados do rio ancorando em praias ímpares e brancas como as praias do Caribe.





AMAZONAS TUCUNARÉ

O MAPA DOS PESQUEIROS



OS 30 Melhores Pesqueiros

Black Water Explorer

Sendo você um daqueles que gostam de navegar poderá viver e matar dentro de meses: simples, fácil, usar com o conhecimento em todas as acomodações dentro e fora do barco. A bordo do Black Water Explorer, o mais luxuoso e confortável, um grupo de no máximo de 16 pescadores será pagado por uma tripulação de 14 pessoas.

Operador

Embora tenha nascido e crescido nos matos e nos acampamentos de madeireiros na Amazônia de 60, Tom Brown foi educado nos Estados Unidos com pós-graduação na Wharton School of Finance. Lm, em 1992, foi o primeiro na pesca esportiva do Tucunaré. Desde aquela época oferece serviços de nível superior, de muita facilidade e bom conforto aos pescadores. E o conforto dos altos padrões de qualidade esperados e desejados pelos pescadores. Sua vasta experiência, seus instintos contatos locais e regionais e sua percepção e compreensão dos costumes culturais o habilitam para fornecer uma aventura de pesca inesquecível.

Barcos

Com uma curva de aprendizagem de 12 anos para superar os baixios de áreas dos rios do Amazonas procurando sempre alcançar os locais mais remotos e as águas menos pescadas, não se desanimem: uma pesca eficiente fazemos americanos de alta velocidade para os atuais barcos de projeto "peixe" de alumínio totalmente soldado. Com todos os equipamentos de um barco de pesca: motor de popa, motor elétrico, cadafus giratórios, etc) eles medem 6 metros de comprimento.

Os Guias

Incorporando os guias da Liga de Eco-Pesqueiros da Amazônia Ltda, são os melhores. Uma grande parte dos operadores da Amazona empresa "meios próprios de barco" que são mal treinados e que, por este motivo, não são muito felizes e felizes. Os Guias, exclusivamente treinados pela Liga, são excelentes pescadores esportivos e têm um conhecimento familiar e profundo dos rios e condições propícias para pescar nos rios amazônicos. Muitos dos Guias trabalham com a Liga há por 10 (dez) anos. São eles que, com esta longa experiência, cobrem os pescadores onde os grandes turistas estão como turistas que não são turistas.

Trilha

Para o conforto da viagem e pelas restrições de peso no hidrômetro, em todos os acampamentos, existem vagas e carrinhas para alugar.

Projeto de etiquetagem dos peixes

Conservação ambiental

Em 2001 a Liga de Eco-Pesqueiros da Amazônia Ltda, deu início a um projeto oficial de etiquetagem com o Instituto de Pesquisas do Amazonas para determinar o impacto causado no povoamento do Tucunaré pela poluição do "pesqueiro e colhe".

Reservas indígenas

A Liga de Eco-Pesqueiros da Amazônia Ltda, é a única operadora no Brasil que tem legalmente obtido licenças para pescar nas áreas indígenas através de ampla negociação com as autoridades governamentais brasileiras. Estas licenças limitam a pesca comercial, potencialmente degradante (que visam unicamente o lucro e não a preservação do rio). Deste modo nossos acordos incluem grandes benefícios às comunidades indígenas porque preservamos a terra, os custos do rio e a vida selvagem nestas comunidades ribeirinhas. Nossas operações dentro "nossa zona de pesca pesqueira" sempre passamos o mínimo de tempo em terra (nosso pescador em estado pescando em seu barco ou em estado comercial e acomodado em nossos bangalôs flutuantes) e utilizamos produtos biodegradáveis e reutilizáveis cuidadosamente todos os resíduos (lixo) e restos de nossos pescos.

Preservando a floresta

Como do seu papel conservacionista, a Liga de Eco-Pesqueiros da Amazônia Ltda, junto com alguns municípios amazônicos, ajudou a criar Parques de Preservação Ambiental nos bacias das Rios Mamoré, Maturá, Itaperá e Jufari, abrangendo uma área de aproximadamente 1 milhão e meio de acres. No período de 2008 a 2002, a Liga desmataba e recuperava 30 toneladas de árvores em alguns destes Parques em recuperação por terras restringidas e pesca comercial e proibida. A Liga tem feito várias doações em dinheiro para ajudar a pagar os vigilantes dos Parques e também para manter seus projetos ambientais de fiscalização.

Ajuda Humanitária

Em 1994, a Liga de Eco-Pesqueiros da Amazônia Ltda, construiu um Posto de Saúde no Município de Manaus. Em 1998, doou 200 acres de terreno urbano à cidade de Roraimópolis, em Roraima, para que a Prefeitura ali construísse um abrigos que poderiam atender os deslocados do interior da floresta. A Liga continuará desempenhando seu papel humanitário através do fornecimento de alimentos e de ajuda pecuniária a estas comunidades ribeirinhas e as famílias que têm contato com suas operações de pesca esportiva.

Anexo III – Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e Pesca



Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 11.959, DE 29 DE JUNHO DE 2009.

Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras, revoga a Lei nº 7.679, de 23 de novembro de 1988, e dispositivos do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
NORMAS GERAIS DA POLÍTICA NACIONAL DE
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AQUICULTURA E
DA PESCA

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, formulada, coordenada e executada com o objetivo de promover:

I – o desenvolvimento sustentável da pesca e da aquicultura como fonte de alimentação, emprego, renda e lazer, garantindo-se o uso sustentável dos recursos pesqueiros, bem como a otimização dos benefícios econômicos decorrentes, em harmonia com a preservação e a conservação do meio ambiente e da biodiversidade;

II – o ordenamento, o fomento e a fiscalização da atividade pesqueira;

III – a preservação, a conservação e a recuperação dos recursos pesqueiros e dos ecossistemas aquáticos;

IV – o desenvolvimento socioeconômico, cultural e profissional dos que exercem a atividade pesqueira, bem como de suas comunidades.

CAPÍTULO II
DEFINIÇÕES

Art. 2º Para os efeitos desta Lei, consideram-se:

I – recursos pesqueiros: os animais e os vegetais hidróbios passíveis de exploração, estudo ou pesquisa pela pesca amadora, de subsistência, científica, comercial e pela aquicultura;

II – aquicultura: a atividade de cultivo de organismos cujo ciclo de vida em condições naturais se dá total ou parcialmente em meio aquático, implicando a propriedade do estoque sob cultivo, equiparada à atividade agropecuária e classificada nos termos do art. 20 desta Lei;

III – pesca: toda operação, ação ou ato tendente a extrair, colher, apanhar, apreender ou capturar recursos pesqueiros;

IV – aquicultor: a pessoa física ou jurídica que, registrada e licenciada pelas autoridades competentes, exerce a aquicultura com fins comerciais;

V – armador de pesca: a pessoa física ou jurídica que, registrada e licenciada pelas autoridades competentes, apresta, em seu nome ou sob sua responsabilidade, embarcação para ser utilizada na atividade pesqueira pondo-a ou não a operar por sua conta;

VI – empresa pesqueira: a pessoa jurídica que, constituída de acordo com a legislação e devidamente registrada e licenciada pelas autoridades competentes, dedica-se, com fins comerciais, ao exercício da atividade pesqueira prevista nesta Lei;

VII – embarcação brasileira de pesca: a pertencente a pessoa natural residente e domiciliada no Brasil ou a pessoa jurídica constituída segundo as leis brasileiras, com sede e administração no País, bem como aquela sob contrato de arrendamento por empresa pesqueira brasileira;

VIII – embarcação estrangeira de pesca: a pertencente a pessoa natural residente e domiciliada no exterior ou a pessoa jurídica constituída segundo as leis de outro país, em que tenha sede e administração, ou, ainda, as embarcações brasileiras arrendadas a pessoa física ou jurídica estrangeira;

IX – transbordo do produto da pesca: fase da atividade pesqueira destinada à transferência do pescado e dos seus derivados de embarcação de pesca para outra embarcação;

X – áreas de exercício da atividade pesqueira: as águas continentais, interiores, o mar territorial, a plataforma continental, a zona econômica exclusiva brasileira, o alto-mar e outras áreas de pesca, conforme acordos e tratados internacionais firmados pelo Brasil, excetuando-se as áreas demarcadas como unidades de conservação da natureza de proteção integral ou como patrimônio histórico e aquelas definidas como áreas de exclusão para a segurança nacional e para o tráfego aquaviário;

XI – processamento: fase da atividade pesqueira destinada ao aproveitamento do pescado e de seus derivados, provenientes da pesca e da aquicultura;

XII – ordenamento pesqueiro: o conjunto de normas e ações que permitem administrar a atividade pesqueira, com base no conhecimento atualizado dos seus componentes biológico-pesqueiros, ecossistêmico, econômicos e sociais;

XIII – águas interiores: as baías, lagunas, braços de mar, canais, estuários, portos, angras, enseadas, ecossistemas de manguezais, ainda que a comunicação com o mar seja sazonal, e as águas compreendidas entre a costa e a linha de base reta, ressalvado o disposto em acordos e tratados de que o Brasil seja parte;

XIV – águas continentais: os rios, bacias, ribeirões, lagos, lagoas, açudes ou quaisquer depósitos de água não marinha, naturais ou artificiais, e os canais que não tenham ligação com o mar;

XV – alto-mar: a porção de água do mar não incluída na zona econômica exclusiva, no mar territorial ou nas águas interiores e continentais de outro Estado, nem nas águas arquipelágicas de Estado arquipélago;

XVI – mar territorial: faixa de 12 (doze) milhas marítimas de largura, medida a partir da linha de baixa-mar do litoral continental e insular brasileiro, tal como indicada nas cartas náuticas de grande escala, reconhecidas oficialmente pelo Brasil;

XVII – zona econômica exclusiva: faixa que se estende das 12 (doze) às 200 (duzentas) milhas marítimas, contadas a partir das linhas de base que servem para medir a largura do mar territorial;

XVIII – plataforma continental: o leito e o subsolo das áreas submarinas que se estendem além do mar territorial, em toda a extensão do prolongamento natural do território terrestre, até o bordo exterior da margem continental, ou até uma distância de 200 (duzentas) milhas marítimas das linhas de base, a partir das quais se mede a largura do mar territorial, nos casos em que o bordo exterior da margem continental não atinja essa distância;

XIX – defeso: a paralisação temporária da pesca para a preservação da espécie, tendo como motivação a reprodução e/ou recrutamento, bem como paralisações causadas por fenômenos naturais ou acidentes;

XX – (VETADO);

XXI – pescador amador: a pessoa física, brasileira ou estrangeira, que, licenciada pela autoridade competente, pratica a pesca sem fins econômicos;

XXII – pescador profissional: a pessoa física, brasileira ou estrangeira residente no País que, licenciada pelo órgão público competente, exerce a pesca com fins comerciais, atendidos os critérios estabelecidos em legislação específica.

CAPÍTULO III DA SUSTENTABILIDADE DO USO DOS RECURSOS PESQUEIROS E DA ATIVIDADE DE PESCA

Seção I

Da Sustentabilidade do Uso dos Recursos Pesqueiros

Art. 3º Compete ao poder público a regulamentação da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Atividade Pesqueira, conciliando o equilíbrio entre o princípio da sustentabilidade dos recursos pesqueiros e a obtenção de melhores resultados econômicos e sociais, calculando, autorizando ou estabelecendo, em cada caso:

I – os regimes de acesso;

II – a captura total permissível;

III – o esforço de pesca sustentável;

- IV – os períodos de defeso;
- V – as temporadas de pesca;
- VI – os tamanhos de captura;
- VII – as áreas interditas ou de reservas;
- VIII – as artes, os aparelhos, os métodos e os sistemas de pesca e cultivo;
- IX – a capacidade de suporte dos ambientes;
- X – as necessárias ações de monitoramento, controle e fiscalização da atividade;
- XI – a proteção de indivíduos em processo de reprodução ou recomposição de estoques.

§ 1º O ordenamento pesqueiro deve considerar as peculiaridades e as necessidades dos pescadores artesanais, de subsistência e da aquicultura familiar, visando a garantir sua permanência e sua continuidade.

§ 2º Compete aos Estados e ao Distrito Federal o ordenamento da pesca nas águas continentais de suas respectivas jurisdições, observada a legislação aplicável, podendo o exercício da atividade ser restrita a uma determinada bacia hidrográfica.

Seção II Da Atividade Pesqueira

Art. 4º A atividade pesqueira compreende todos os processos de pesca, exploração e exploração, cultivo, conservação, processamento, transporte, comercialização e pesquisa dos recursos pesqueiros.

Parágrafo único. Consideram-se atividade pesqueira artesanal, para os efeitos desta Lei, os trabalhos de confecção e de reparos de artes e petrechos de pesca, os reparos realizados em embarcações de pequeno porte e o processamento do produto da pesca artesanal.

Art. 5º O exercício da atividade pesqueira somente poderá ser realizado mediante prévio ato autorizativo emitido pela autoridade competente, asseguradas:

- I – a proteção dos ecossistemas e a manutenção do equilíbrio ecológico, observados os princípios de preservação da biodiversidade e o uso sustentável dos recursos naturais;
- II – a busca de mecanismos para a garantia da proteção e da seguridade do trabalhador e das populações com saberes tradicionais;
- III – a busca da segurança alimentar e a sanidade dos alimentos produzidos.

Art. 6º O exercício da atividade pesqueira poderá ser proibido transitória, periódica ou permanentemente, nos termos das normas específicas, para proteção:

- I – de espécies, áreas ou ecossistemas ameaçados;
- II – do processo reprodutivo das espécies e de outros processos vitais para a manutenção e a recuperação dos estoques pesqueiros;
- III – da saúde pública;
- IV – do trabalhador.

§ 1º Sem prejuízo do disposto no caput deste artigo, o exercício da atividade pesqueira é proibido:

- I – em épocas e nos locais definidos pelo órgão competente;
- II – em relação às espécies que devam ser preservadas ou espécimes com tamanhos não permitidos pelo órgão competente;
- III – sem licença, permissão, concessão, autorização ou registro expedido pelo órgão competente;
- IV – em quantidade superior à permitida pelo órgão competente;
- V – em locais próximos às áreas de lançamento de esgoto nas águas, com distância estabelecida em norma específica;
- VI – em locais que causem embaraço à navegação;
- VII – mediante a utilização de:
 - a) explosivos;
 - b) processos, técnicas ou substâncias que, em contato com a água, produzam efeito semelhante ao de explosivos;
 - c) substâncias tóxicas ou químicas que alterem as condições naturais da água;
 - d) petrechos, técnicas e métodos não permitidos ou predatórios.

§ 2º São vedados o transporte, a comercialização, o processamento e a industrialização de espécimes provenientes da atividade pesqueira proibida.

Art. 7º O desenvolvimento sustentável da atividade pesqueira dar-se-á mediante:

- I – a gestão do acesso e uso dos recursos pesqueiros;
- II – a determinação de áreas especialmente protegidas;

- III – a participação social;
- IV – a capacitação da mão de obra do setor pesqueiro;
- V – a educação ambiental;
- VI – a construção e a modernização da infraestrutura portuária de terminais portuários, bem como a melhoria dos serviços portuários;
- VII – a pesquisa dos recursos, técnicas e métodos pertinentes à atividade pesqueira;
- VIII – o sistema de informações sobre a atividade pesqueira;
- IX – o controle e a fiscalização da atividade pesqueira;
- X – o crédito para fomento ao setor pesqueiro.

CAPÍTULO IV
DA PESCA
Seção I
Da Natureza da Pesca

Art. 8º Pesca, para os efeitos desta Lei, classifica-se como:

I – comercial:

- a) artesanal: quando praticada diretamente por pescador profissional, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, desembarcado, podendo utilizar embarcações de pequeno porte;
- b) industrial: quando praticada por pessoa física ou jurídica e envolver pescadores profissionais, empregados ou em regime de parceria por cotas-partes, utilizando embarcações de pequeno, médio ou grande porte, com finalidade comercial;

II – não comercial:

- a) científica: quando praticada por pessoa física ou jurídica, com a finalidade de pesquisa científica;
- b) amadora: quando praticada por brasileiro ou estrangeiro, com equipamentos ou petrechos previstos em legislação específica, tendo por finalidade o lazer ou o desporto;
- c) de subsistência: quando praticada com fins de consumo doméstico ou escambo sem fins de lucro e utilizando petrechos previstos em legislação específica.

Seção II
Das Embarcações de Pesca

Art. 9º Podem exercer a atividade pesqueira em áreas sob jurisdição brasileira:

I – as embarcações brasileiras de pesca;

II – as embarcações estrangeiras de pesca cobertas por acordos ou tratados internacionais firmados pelo Brasil, nas condições neles estabelecidas e na legislação específica;

III – as embarcações estrangeiras de pesca arrendadas por empresas, armadores e cooperativas brasileiras de produção de pesca, nos termos e condições estabelecidos em legislação específica.

§ 1º Para os efeitos desta Lei, consideram-se equiparadas às embarcações brasileiras de pesca as embarcações estrangeiras de pesca arrendadas por pessoa física ou jurídica brasileira.

§ 2º A pesca amadora ou esportiva somente poderá utilizar embarcações classificadas pela autoridade marítima na categoria de esporte e recreio.

Art. 10. Embarcação de pesca, para os fins desta Lei, é aquela que, permissionada e registrada perante as autoridades competentes, na forma da legislação específica, opera, com exclusividade, em uma ou mais das seguintes atividades:

I – na pesca;

II – na aquicultura;

III – na conservação do pescado;

IV – no processamento do pescado;

V – no transporte do pescado;

VI – na pesquisa de recursos pesqueiros.

§ 1º As embarcações que operam na pesca comercial se classificam em:

I – de pequeno porte: quando possui arqueação bruta - AB igual ou menor que 20 (vinte);

II – de médio porte: quando possui arqueação bruta - AB maior que 20 (vinte) e menor que 100 (cem);

III – de grande porte: quando possui arqueação bruta - AB igual ou maior que 100 (cem).

§ 2º Para fins creditícios, são considerados bens de produção as embarcações, as redes e os demais petrechos utilizados na pesca ou na aquicultura comercial.

§ 3º Para fins creditícios, são considerados instrumentos de trabalho as embarcações, as redes e os demais petrechos e equipamentos utilizados na pesca artesanal.

§ 4º A embarcação utilizada na pesca artesanal, quando não estiver envolvida na atividade pesqueira, poderá transportar as famílias dos pescadores, os produtos da pequena lavoura e da indústria doméstica, observadas as normas da autoridade marítima aplicáveis ao tipo de embarcação.

§ 5º É permitida a admissão, em embarcações pesqueiras, de menores a partir de 14 (catorze) anos de idade, na condição de aprendizes de pesca, observadas as legislações trabalhista, previdenciária e de proteção à criança e ao adolescente, bem como as normas da autoridade marítima.

Art. 11. As embarcações brasileiras de pesca terão, no curso normal de suas atividades, prioridades no acesso aos portos e aos terminais pesqueiros nacionais, sem prejuízo da exigência de prévia autorização, podendo a descarga de pescado ser feita pela tripulação da embarcação de pesca.

Parágrafo único. Não se aplicam à embarcação brasileira de pesca ou estrangeira de pesca arrendada por empresa brasileira as normas reguladoras do tráfego de cabotagem e as referentes à praticagem.

Art. 12. O transbordo do produto da pesca, desde que previamente autorizado, poderá ser feito nos termos da regulamentação específica.

§ 1º O transbordo será permitido, independentemente de autorização, em caso de acidente ou defeito mecânico que implique o risco de perda do produto da pesca ou seu derivado.

§ 2º O transbordo de pescado em área portuária, para embarcação de transporte, poderá ser realizado mediante autorização da autoridade competente, nas condições nela estabelecidas.

§ 3º As embarcações pesqueiras brasileiras poderão desembarcar o produto da pesca em portos de países que mantenham acordo com o Brasil e que permitam tais operações na forma do regulamento desta Lei.

§ 4º O produto pesqueiro ou seu derivado oriundo de embarcação brasileira ou de embarcação estrangeira de pesca arrendada à pessoa jurídica brasileira é considerado produto brasileiro.

Art. 13. A construção e a transformação de embarcação brasileira de pesca, assim como a importação ou arrendamento de embarcação estrangeira de pesca, dependem de autorização prévia das autoridades competentes, observados os critérios definidos na regulamentação pertinente.

§ 1º A autoridade competente poderá dispensar, nos termos da legislação específica, a exigência de que trata o caput deste artigo para a construção e transformação de embarcação utilizada nas pescas artesanal e de subsistência, atendidas as diretrizes relativas à gestão dos recursos pesqueiros.

§ 2º A licença de construção, de alteração ou de reclassificação da embarcação de pesca expedida pela autoridade marítima está condicionada à apresentação da Permissão Prévia de Pesca expedida pelo órgão federal competente, conforme parâmetros mínimos definidos em regulamento conjunto desses órgãos.

Seção III Dos Pescadores

Art. 14. (VETADO)

Art. 15. (VETADO)

Art. 16. (VETADO)

Art. 17. (VETADO)

CAPÍTULO V Da Aquicultura

Art. 18. O aqüicultor poderá coletar, capturar e transportar organismos aquáticos silvestres, com finalidade técnico-científica ou comercial, desde que previamente autorizado pelo órgão competente, nos seguintes casos:

I – reposição de plantel de reprodutores;

II – cultivo de moluscos aquáticos e de macroalgas disciplinado em legislação específica.

Art. 19. A aqüicultura é classificada como:

I – comercial: quando praticada com finalidade econômica, por pessoa física ou jurídica;

II – científica ou demonstrativa: quando praticada unicamente com fins de pesquisa, estudos ou demonstração por pessoa jurídica legalmente habilitada para essas finalidades;

III – recomposição ambiental: quando praticada sem finalidade econômica, com o objetivo de repovoamento, por pessoa física ou jurídica legalmente habilitada;

IV – familiar: quando praticada por unidade familiar, nos termos da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006;

V – ornamental: quando praticada para fins de aquarofilia ou de exposição pública, com fins comerciais ou não.

Art. 20. O regulamento desta Lei disporá sobre a classificação das modalidades de aquicultura a que se refere o art. 19, consideradas:

I – a forma do cultivo;

II – a dimensão da área explorada;

III – a prática de manejo;

IV – a finalidade do empreendimento.

Parágrafo único. As empresas de aquicultura são consideradas empresas pesqueiras.

Art. 21. O Estado concederá o direito de uso de águas e terrenos públicos para o exercício da aquicultura.

Art. 22. Na criação de espécies exóticas, é responsabilidade do aquicultor assegurar a contenção dos espécimes no âmbito do cativeiro, impedindo seu acesso às águas de drenagem de bacia hidrográfica brasileira.

Parágrafo único. Fica proibida a soltura, no ambiente natural, de organismos geneticamente modificados, cuja caracterização esteja em conformidade com os termos da legislação específica.

Art. 23. São instrumentos de ordenamento da aquicultura os planos de desenvolvimento da aquicultura, os parques e áreas aquícolas e o Sistema Nacional de Autorização de Uso de Águas da União para fins de aquicultura, conforme definidos em regulamentação específica.

Parágrafo único. A implantação de empreendimentos aquícolas em áreas de salinas, salgados, apicuns, restingas, bem como em todas e quaisquer áreas adjacentes a rios, lagoas, lagos, açudes, deverá observar o contido na Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965 – Código Florestal, na Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001, e nas demais legislações pertinentes que dispõem sobre as Áreas de Preservação Permanente – APP.

CAPÍTULO VI DO ACESSO AOS RECURSOS PESQUEIROS

Art. 24. Toda pessoa, física ou jurídica, que exerça atividade pesqueira bem como a embarcação de pesca devem ser previamente inscritas no Registro Geral da Atividade Pesqueira - RGP, bem como no Cadastro Técnico Federal - CTF na forma da legislação específica.

Parágrafo único. Os critérios para a efetivação do Registro Geral da Atividade Pesqueira serão estabelecidos no regulamento desta Lei.

Art. 25. A autoridade competente adotará, para o exercício da atividade pesqueira, os seguintes atos administrativos:

I – concessão: para exploração por particular de infraestrutura e de terrenos públicos destinados à exploração de recursos pesqueiros;

II – permissão: para transferência de permissão; para importação de espécies aquáticas para fins ornamentais e de aquicultura, em qualquer fase do ciclo vital; para construção, transformação e importação de embarcações de pesca; para arrendamento de embarcação estrangeira de pesca; para pesquisa; para o exercício de aquicultura em águas públicas; para instalação de armadilhas fixas em águas de domínio da União;

III – autorização: para operação de embarcação de pesca e para operação de embarcação de esporte e recreio, quando utilizada na pesca esportiva; e para a realização de torneios ou gincanas de pesca amadora;

IV – licença: para o pescador profissional e amador ou esportivo; para o aquicultor; para o armador de pesca; para a instalação e operação de empresa pesqueira;

V – cessão: para uso de espaços físicos em corpos d'água sob jurisdição da União, dos Estados e do Distrito Federal, para fins de aquicultura.

§ 1º Os critérios para a efetivação do Registro Geral da Atividade Pesqueira serão estabelecidos no regulamento desta Lei.

§ 2º A inscrição no RGP é condição prévia para a obtenção de concessão, permissão, autorização e licença em matéria relacionada ao exercício da atividade pesqueira.

Art. 26. Toda embarcação nacional ou estrangeira que se dedique à pesca comercial, além do cumprimento das exigências da autoridade marítima, deverá estar inscrita e autorizada pelo órgão público federal competente.

Parágrafo único. A inobservância do disposto no caput deste artigo implicará a interdição do barco até a satisfação das exigências impostas pelas autoridades competentes.

CAPÍTULO VII DO ESTÍMULO À ATIVIDADE PESQUEIRA

Art. 27. São considerados produtores rurais e beneficiários da política agrícola de que trata o art. 187 da Constituição Federal as pessoas físicas e jurídicas que desenvolvam atividade pesqueira de captura e criação de pescado nos termos desta Lei.

§ 1º Podem ser beneficiários do crédito rural de comercialização os agentes que desenvolvem atividades de transformação, processamento e industrialização de pescado, desde que atendido o disposto no § 1º do art. 49 da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991.

§ 2º Fica o Poder Executivo autorizado a criar sistema nacional de informações sobre a pesca e a aquicultura, com o objetivo de coletar, agregar, intercambiar e disseminar informações sobre o setor pesqueiro e aquícola nacional.

Art. 28. As colônias de pescadores poderão organizar a comercialização dos produtos pesqueiros de seus associados, diretamente ou por intermédio de cooperativas ou outras entidades constituídas especificamente para esse fim.

Art. 29. A capacitação da mão de obra será orientada para o desenvolvimento sustentável da atividade pesqueira.

Parágrafo único. Cabe ao poder público e à iniciativa privada a promoção e o incentivo da pesquisa e capacitação da mão de obra pesqueira.

Art. 30. A pesquisa pesqueira será destinada a obter e proporcionar, de forma permanente, informações e bases científicas que permitam o desenvolvimento sustentável da atividade pesqueira.

§ 1º Não se aplicam à pesquisa científica as proibições estabelecidas para a atividade pesqueira comercial.

§ 2º A coleta e o cultivo de recursos pesqueiros com finalidade científica deverão ser autorizados pelo órgão ambiental competente.

§ 3º O resultado das pesquisas deve ser difundido para todo o setor pesqueiro.

CAPÍTULO VIII DA FISCALIZAÇÃO E DAS SANÇÕES

Art. 31. A fiscalização da atividade pesqueira abrangerá as fases de pesca, cultivo, desembarque, conservação, transporte, processamento, armazenamento e comercialização dos recursos pesqueiros, bem como o monitoramento ambiental dos ecossistemas aquáticos.

Parágrafo único. A fiscalização prevista no caput deste artigo é de competência do poder público federal, observadas as competências estadual, distrital e municipal pertinentes.

Art. 32. A autoridade competente poderá determinar a utilização de mapa de bordo e dispositivo de rastreamento por satélite, bem como de qualquer outro dispositivo ou procedimento que possibilite o monitoramento a distância e permita o acompanhamento, de forma automática e em tempo real, da posição geográfica e da profundidade do local de pesca da embarcação, nos termos de regulamento específico.

Art. 33. As condutas e atividades lesivas aos recursos pesqueiros e ao meio ambiente serão punidas na forma da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e de seu regulamento.

CAPÍTULO IX DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 34. O órgão responsável pela gestão do uso dos recursos pesqueiros poderá solicitar amostra de material biológico oriundo da atividade pesqueira, sem ônus para o solicitante, com a finalidade de geração de dados e informações científicas, podendo ceder o material a instituições de pesquisa.

Art. 35. A autoridade competente, nos termos da legislação específica e sem comprometer os aspectos relacionados à segurança da navegação, à salvaguarda da vida humana e às condições de habitabilidade da embarcação, poderá determinar que os proprietários, armadores ou arrendatários

das embarcações pesqueiras mantenham a bordo da embarcação, sem ônus para a referida autoridade, acomodações e alimentação para servir a:

I – observador de bordo, que procederá à coleta de dados, material para pesquisa e informações de interesse do setor pesqueiro, assim como ao monitoramento ambiental;

II – cientista brasileiro que esteja realizando pesquisa de interesse do Sistema Nacional de Informações da Pesca e Aquicultura.

Art. 36. A atividade de processamento do produto resultante da pesca e da aquicultura será exercida de acordo com as normas de sanidade, higiene e segurança, qualidade e preservação do meio ambiente e estará sujeita à observância da legislação específica e à fiscalização dos órgãos competentes.

Parágrafo único. (VETADO)

Art. 37. Esta Lei entra em vigor após decorridos 60 (sessenta) dias de sua publicação oficial.

Art. 38. Ficam revogados a Lei nº 7.679, de 23 de novembro de 1988, e os arts. 1º a 5º, 7º a 18, 20 a 28, 30 a 50, 53 a 92 e 94 a 99 do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967.

Brasília, 29 de junho de 2009; 188º da Independência e 121º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Tarso Genro

Guido Mantega

Reinhold Stephanes

Carlos Lupi

Izabela Mônica Vieira Teixeira

Altemir Gregolin.

Anexo IV – Decreto de Criação da Área de Proteção Ambiental Xeriuni



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARACARÁI

DECRETO Nº 25, de 08 de dezembro de 1.999

Dispõe sobre a criação da Área de Proteção Ambiental Xeriuni e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Caracarái, Estado de Roraima, usando das atribuições que lhe conferem o Artigo 23, “Caput” e parágrafos III, VI e X da Constituição Federal; Artigos 120 e 166, da Constituição Estadual; e considerando o disposto nos Artigos 9º, Parágrafo VI da lei 6938, de 31/08/81; Artigo 8º da lei 6902, de 27/04/1981 e Artigo 19º da Lei Complementar nº 007 (Código Ambiental do Estado de Roraima),

DECRETA:

Art 1º - Fica criada a Área de Proteção Ambiental Xeriuni, com o objetivo de conservar as áreas representativas dos ecossistemas ali existentes e promover o desenvolvimento social e econômico das comunidades de povos tradicionais nela encontrados.

Art 2º - A Área de Proteção Ambiental Xeriuni fica localizada no município de Caracarái, com perímetro de setecentos e sessenta e cinco mil, trezentos e noventa metros, encerrando uma área aproximada de um milhão, seiscentos e setenta e um mil e seiscentos e noventa e quatro hectares, apresentando os limites a seguir descritos: Toma-se como origem o marco **P1**, de coordenadas geográficas N=01°09'15" e W Gr 61°20'27", localizado junto a um igarapé sem denominação, afluente da margem direita do Rio Branco; deste, segue-se no sentido montante por sua margem esquerda até o marco **P2**, de coordenadas geográficas N=01°03'21" e W Gr 61°24'36", localizado em um dos formadores do citado igarapé; deste, segue por uma linha seca até o marco **P3**, de coordenadas geográficas N=00°58'47" e W Gr 61°29'31", localizado na confluência de dois formadores do igarapé Niquiá; deste, segue no sentido jusante em sua margem esquerda até o marco **P4**, de coordenadas geográficas N=00°47'18" e W Gr 61°38'19", localizado da foz do referido igarapé no rio Água Boa do Univini; deste, segue no sentido montante pela margem direita do referido rio, até o marco **P5**, de coordenadas geográficas N=01°03'54" e W Gr 61°44'33", localizado no encontro deste com o rio Capivara; deste, segue por uma linha seca, junto a terras arrecadas pela união até o marco **P6**, de coordenadas geográficas N=00°38'27" e W Gr 62°30'58", situado na linha limite interestadual do Amazonas e Roraima; deste, segue por uma linha seca acompanhando a linha limite interestadual citada até as cabeceiras do rio Jufari, seguindo-se no sentido jusante, na mesma linha limite interestadual, em sua margem esquerda até o marco **P7**, de coordenadas geográficas N=00°04'53" e W Gr 62°25'31"; deste, segue no sentido jusante junto à margem esquerda do rio Jufari, na linha limite interestadual até o marco **P8**, de coordenadas geográficas S=00°19'32" e W Gr 62°11'33", localizado na confluência deste com o igarapé Pacuti; deste, segue no sentido jusante pela margem esquerda do Rio Jufari na citada linha limite interestadual até o marco **P9**, de coordenadas geográficas S=00°41'25" e W Gr 62°27'58"; deste, segue no sentido jusante pela margem esquerda do citado rio, na linha limite interestadual até o marco **P10**, de coordenadas geográficas S=00°40'54" e W Gr 62°29'11"; deste, segue no sentido jusante pela margem esquerda do citado rio na linha limite interestadual até o marco **P11**, de coordenadas geográficas S=00°46'56" e W Gr 62°30'08, localizado

na linha limite interestadual; deste segue no sentido jusante pela margem esquerda do rio Jufari, na linha limite interestadual até o marco **P12**, de coordenadas geográficas S=01°15'06" e W Gr 61°58'20", localizado junto à sua foz no Rio Negro; deste, segue no sentido jusante pela margem esquerda do Rio Negro até o marco **P13**, de coordenadas geográficas S=01°23'54" e W=61°51'30", localizado junto à foz do Rio Branco; deste, segue no sentido montante pela margem direita do Rio Branco até o marco **P14**, de coordenadas geográficas N=00°04'54" e W Gr 61°46'22", localizado na foz do Igarapé Muaú, no mesmo rio; deste, segue no sentido montante pela margem direita do citado rio até o marco **P1**, início da descrição deste polígono.

Art 3º - A implantação e Gestão da Área de Proteção Ambiental de que trata este Decreto é de responsabilidade do Departamento Especial de Meio e Ambiente – DEMATUR, observadas as legislações estaduais e federais.

I - O DEMATUR poderá celebrar convênios com instituições públicas ou privadas, legalmente constituídas, com vistas ao desenvolvimento de atividades compatíveis com a finalidade da Área de Proteção Ambiental Xeriuini;

II - O DEMATUR expedirá atos normativos, com vistas ao fiel cumprimento deste Decreto.

Art 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Antônio da Costa Reis

Prefeito Municipal